



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

EMERSON RODRIGUES DA CUNHA PALMIERI

**O SISTEMA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A ORDEM SOCIAL EM NIKLAS  
LUHMANN**

Campinas

2019

Emerson Rodrigues da Cunha Palmieri

**O SISTEMA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A ORDEM SOCIAL EM  
NIKLAS LUHMANN**

Orientador: Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas, para a  
obtenção do título de mestre em sociologia

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação  
defendida pelo aluno Emerson Rodrigues da Cunha Palmieri  
e orientada pelo Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira

Campinas

2019

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P185s Palmieri, Emerson Rodrigues da Cunha, 1993-  
O sistema dos meios de comunicação e a ordem social em Niklas Luhmann  
/ Emerson Rodrigues da Cunha Palmieri. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Pedro Peixoto Ferreira.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Luhmann, Niklas, 1927-. 2. Sistemas sociais. 3. Comunicação de massa.  
4. Modernidade. I. Ferreira, Pedro Peixoto, 1975-. II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The media system and the social order in Niklas Luhmann

**Palavras-chave em inglês:**

Social systems

Communication media

Modernity

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Mestre em Sociologia

**Banca examinadora:**

Pedro Peixoto Ferreira [Orientador]

Tiago Cardoso Vaitekunas Zapater

Cicero Romão Resende de Araujo

**Data de defesa:** 25-04-2019

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-5406-9068>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3757114331526565>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 25/04/2019, considera o candidato Emerson R.C Palmieri aprovado.

Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira

Prof. Dr. Tiago Cardoso Vaitekunas Zapater

Prof. Dr. Cicero Romão Resende de Araújo

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.*

## **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Número do processo: 132371/2017-0.

Agradeço ao meu orientador, Pedro Peixoto Ferreira, pelo apoio constante durante o tempo da pesquisa.

## **Resumo**

Este texto tem por objetivo realizar um estudo sobre a teoria dos meios de comunicação em Niklas Luhmann. Colocando como perspectiva temática a questão que autor apresenta acerca da possibilidade da ordem social, particularmente sobre a ordem social moderna, buscamos entender como seus escritos a respeito do subsistema dos meios de comunicação contribuem na reflexão sobre essa problemática; de modo mais específico, buscamos analisar de que maneiras esse subsistema particular influencia no sistema mais amplo da sociedade no que diz respeito às dinâmicas relacionadas à manutenção ou transformação da ordem social.

**Palavras-chave:** ordem social; subsistemas; meios de comunicação; Luhmann; modernidade

## **Abstract**

This paper aims to conduct a study on the theory of the media in Niklas Luhmann. Putting as a thematic perspective the author's question about the possibility of the social order, particularly on the modern social order, we seek to understand how his writings on the subsystem of the media contribute to the reflection on this problematic; in a more specific way, we seek to analyze in what ways this particular subsystem influences the broader system of society with respect to the dynamics related to the maintenance or transformation of the social order.

**Keywords:** social order; subsystems; communication media; Luhmann; modernity

## Sumário

### Introdução

I - Apresentação: o que é ordem social?.....	10
II - Breve introdução a Luhmann: os sistemas autopoieticos.....	14
III – Por que Luhmann?.....	18
VI – Bibliografia e estrutura do texto.....	19

### Capítulo 1: Comunicação.....

I - Informação como seleção.....	21
II- A improbabilidade da comunicação.....	27
III- Meio e Forma.....	29
IV- Meios de comunicação simbolicamente generalizados.....	30

### Capítulo 2: Sistemas.....

I - O que é um sistema.....	38
II- O objeto de estudo da teoria dos sistemas: a diferença sistema/ambiente...40	
III- Diferenciação sistêmica.....	44
IV- Códigos e programas dos subsistemas.....	46
V- Acoplamento Estrutural.....	51
VI- Formas de diferenciação dos sistemas.....	53

### Capítulo 3: O subsistema dos meios de comunicação.....

I - A ambivalência da realidade.....	55
II - Código.....	56
III- Programas.....	58
IV- Considerações sobre a ordem social.....	71

### Capítulo 4: Os meios de comunicação e a ordem social.....

I - Formação de esquemas e limite do subsistema.....	74
II - A construção da realidade.....	79
III – A produção de aceitação e de confiança.....	84
IV – Esferas públicas.....	92

Conclusão.....	99
----------------	----

Bibliografia.....	103
-------------------	-----

## **Lista de Figuras**

<b>Figura 1:</b> Tipos de sistemas autopoieticos.....	15
<b>Figura 2:</b> Classificação dos meios de comunicação simbolicamente generalizados de acordo com sua referência e atribuição.....	31
<b>Figura 3:</b> Domínios de expertise científica.....	69
<b>Figura 4:</b> Níveis de exposição a notícias falsas e reais e a correlação com o realismo percebido das notícias falsas.....	85

## **Introdução**

A proposta deste trabalho é a de realizar uma discussão dentro da obra de Niklas Luhmann acerca da contribuição teórica dos meios de comunicação (mais especificamente, do subsistema dos meios de comunicação) para se pensar o problema da ordem social no cenário da modernidade. Para isso, tomamos como referência principal a obra de Luhmann “*A realidade dos meios de comunicação*” (2005), além de alguns outros de seus textos necessários para a apresentação de sua teoria.

A conclusão do trabalho tem a pretensão de ser um movimento reflexivo da teoria dos sistemas sociais luhmanniana: aplicar seus próprios conceitos a si mesma, de forma a expandir a possibilidade de seus horizontes comunicativos. Esse exercício reflexivo é, inclusive, incentivado pelo próprio autor:

Cada determinação conceitual tem, então, de ser lida como restrição da possibilidade das determinações conceituais seguintes. O conjunto da teoria é, assim, concebido como um contexto que se autolimita. Quando há um grande número de tais conceitos, torna-se impossível associar qualquer conceito com qualquer outro, pelo menos para uma única apresentação textual. Existem linhas preferenciais de associação [...] A teoria autodescreve-se ao longo de tais linhas preferenciais, sem com isso excluir definitivamente outras possibilidades combinatórias [...] Ela mantém em aberto o acesso a outras combinações – pressuposto que suas determinações conceituais sejam observadas ou substituídas adequadamente em relação à sua posição na teoria (Luhmann, 2016, p 13).

### **I - Apresentação: o que é ordem social?**

A questão geral que orienta este trabalho é a mesma que Luhmann colocou, não apenas para si mesmo, mas como possibilidade da fundamentação da disciplina de sociologia como um todo: “Como a ordem social é possível?”. Essa questão, evidentemente, se tem o princípio de orientar toda uma área de conhecimento, não busca uma resposta simples, mas uma pluralidade de respostas que nunca esgotam novos potenciais para novas respostas. Esse movimento, argumenta o autor, permite à teoria reinventar-se constantemente. A teoria de Luhmann se constrói respondendo à questão por partes (Luhmann, 2018): a ordem é possível por conta da formação de sistemas, por conta da formação de sentido, etc.

Nosso lugar de fala, então, não é externo, mas interno à sociedade. Mas “sociedade”, usado de maneira vaga, não indica nenhuma totalidade, mas somente um horizonte possível de comunicações (Junior, 2014). Dessa forma, faz-se necessário estabelecer diferenças. Servindo

de fundamentação para a sociologia, a questão funciona como um mecanismo de restrição da comunicação ao sistema da ciência. A pergunta expande, dessa maneira, sua possibilidade de respostas ao adotar uma referência sistêmica específica, e ao mesmo tempo estabelece seus limites: aquilo que qualquer resposta à questão “Como a ordem social é possível?” visa responder diz respeito apenas à perspectiva do subsistema da ciência, e em particular da perspectiva da sociologia.

Nossa posição, então, é a de um observador interno à sociedade. Porém, há mais. Como pretendemos analisar um outro subsistema social, o dos meios de comunicação, adotamos um procedimento chamado “observação de segunda ordem” (Luhmann, 1989). Ela consiste não em observar o mundo diretamente, mas em observar a observação de outros, sem deixar de tomar como critério de análise os pressupostos internos ao subsistema social no qual estamos inseridos. A ciência observa os meios de comunicação e descreve “cientificamente” o modo como estes enxergam o ambiente social. Visamos responder à questão, portanto, adotando uma referência específica do subsistema dos meios de comunicação enquanto subsistema observado, e o da ciência enquanto subsistema observante.

A questão “como a ordem social é possível” pode ser decomposta em sub-questões que não apenas facilitam o trabalho de investigação (Luhmann, 2018), como também permitem não deixar que a expressão “ordem social” seja apenas uma “expressão vazia” (De Berg, 1995). Decompor a questão nos permite propor as possibilidades de sentido nas quais ela aparece. Porém, esse destrinchar da problemática mais ampla em sub-questões não é um exercício técnico, mas sociológico. Isto é, temos que analisar brevemente como a tradição sociológica tratou desse problema através de outras chaves.

A definição do fenômeno da ordem social dentro da teoria sociológica é necessariamente ampla tendo em vista o seu tratamento de diferentes maneiras pelos autores. Durkheim (2010), por exemplo, pensa a questão a partir da diferença entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica: aquela é marcada por uma forte associação entre o indivíduo e a sociedade, as normas e valores sociais são quase indistinguíveis das consciências individuais. São características presentes em sociedades tradicionais. A segunda é marcada, em sentido contrário, pela separação entre indivíduo e sociedade; a consciência deste já não representa uma síntese da totalidade social, mas está restrita a espaços específicos da sociedade, particularmente os espaços profissionais. A sociedade se divide como em órgãos do corpo humano, trabalhando juntos para atingir uma finalidade única. Esta configuração de

solidariedade é característica das sociedades modernas. A questão da ordem social aparece, aqui, ou no alto grau de associação entre indivíduo e sociedade ou no compartilhamento de um objetivo em comum. De outro lado, a desordem aparece no baixo grau de integração entre indivíduo e sociedade, mas também em um processo que o autor se refere como “anomia”, uma situação em que as regras sociais não estão bem estabelecidas e, portanto, ocorrem conflitos sistemáticos.

Weber (1982), por sua vez, entende a ordem social a partir de sua tese sobre a racionalização do mundo. Esta tem início com um processo de integração quando as explicações do mundo que possuem caráter mágico, frequentemente marcadas por improvisos e arbítrios, são substituídas por explicações religiosas sistemáticas. Posteriormente as religiões desenvolvem tipos específicos de ascese, isto é, de instruções para o ser e o agir no mundo. No argumento do autor o protestantismo calvinista, em particular, desenvolveu um tipo de ascese que acabou por incentivar um processo de desintegração que se deu através do afastamento individual da religião, na medida em que aquelas explicações sistemáticas sobre o mundo foram avançando e perdendo sua raiz religiosa. A partir daí, ocorre um novo processo de integração com a formação de “esferas de valor” (Weber, 1982), de uma pluralidade de domínios culturais da vida que substituem a religião tanto nas explicações do mundo quanto nas orientações de ação dos indivíduos. Cada esfera de valor possui leis próprias, elas não são integradas entre si, e constantemente encontram-se em conflito umas com as outras.

Parsons (1951; 1966; 1969) procura entender a ordem social a partir da integração feita em um esquema analítico complexo, o sistema AGIL<sup>1</sup>. Isto é, ele procura ordenar toda a sociedade e seus diferentes espaços em uma relação funcional, cada um dependente do outro de maneiras distintas. O esquema AGIL possui quatro imperativos funcionais de ação: manutenção de padrão (normas e valores que definem a estrutura de um sistema); integração (coordenar o funcionamento das diferentes funções); atingimento de objetivos (lidar com situações específicas); adaptação (fornecer recursos para essas situações específicas). A esses quatro imperativos funcionais, correspondem, respectivamente, quatro subsistemas que compõem o sistema geral da ação: sistema cultural; sistema social; personalidade e organismo (Parsons, 1966). Por sua vez, a cada subsistema correspondem respectivamente espaços sociais

---

<sup>1</sup> Sigla do inglês: Adaptation (adaptação); Goal-attainment (atingimento de objetivos); Integration (integração); Latency (latência ou manutenção de padrão)

específicos: arte, ciência e religião; tribunais e normas legais; política e economia. A sociedade, então, aparece em Parsons profundamente integrada em suas funções.

Olhando para o escrito desses autores, podemos dizer que a ordem social significa, em primeiro lugar, a relação entre o indivíduo (ou indivíduos) e a estrutura social. Isso pode se dar em vários sentidos: membros de uma mesma religião que compartilham um mesmo sistema de crenças; eleitores de determinado candidato que compartilham seus ideais; funcionários de uma empresa que precisam seguir determinadas regras de conduta, etc. Esse primeiro sentido de ordem social diz respeito à uma relação direta entre indivíduo(s) e sociedade, a como o primeiro é coagido ou busca na segunda referenciais de orientação que o permitem construir seu modo de ser e agir no mundo.<sup>2</sup>

Em segundo lugar, ordem social diz respeito à relação entre indivíduos, buscando entender os seus pressupostos. Dito de outro modo: como pessoas que são fisicamente separados em suas consciências constroem de maneira relativamente bem sucedida relações ordenadas (Luhmann, 2018)?<sup>3</sup> Na tradição sociológica, isso é frequentemente explicado pela ideia de compartilhamento de um mesmo referencial cultural de normas e valores.

Esses dois sentidos da ordem social foram explicitamente apresentados por Luhmann na forma de “perguntas parciais”, isto é, sub-questões que são auxiliares na resposta da questão mais ampla sobre a ordem social:

No entanto, a decomposição da questão “Como é possível ordem social?” conduz novamente a ambas as perguntas parciais mencionadas [...]. As relações sociais entre pessoas precisam ser diferenciadas analiticamente das relações entre a pessoa singular e a ordem social. Deve-se exigir de uma teoria social que ela distinga esses dois tipos e relações e, apesar disso, possa encontrar um enfoque conceitual a partir do qual é possível falar consistentemente, em ambos os casos, de ordem social ou socialidade (Luhmann, 2018, p 28).

Gostaríamos de acrescentar, por fim, uma terceira interpretação da ideia de ordem social, nos inspirando nos escritos acima sobre Parsons, que diz respeito ao grau de coesão a

---

<sup>2</sup> Esse primeiro sentido de “ordem social” pode ser visto em *A Ética Protestante e o ‘espírito’ do capitalismo*, de Weber (2004): o surgimento do capitalismo moderno através do protestantismo (entre outros fatores) inaugura um novo ethos comportamental, isto é, ele exige que o indivíduo siga um determinado tipo de ação no mundo que seja condizente com uma ordem social preocupada, por um lado, com o acúmulo e a poupança de riquezas e, por outro, com a salvação individual da alma.

<sup>3</sup> A diferença entre “indivíduo” e “pessoa” é indicada no item II do capítulo 4.

que as diversas partes da sociedade estão submetidas entre si, e também ao caráter de sua relação. Os diferentes espaços sociais podem ter entre si uma relação de complementaridade, coexistência, tensão, hostilidade, etc que, eventualmente, emite um sinal do seu estado de integração ou desintegração e, por consequência, do estado da ordem social. Além disso, pode-se usar esse sentido de ordem social para colocar em discussão se a sociedade está dividida em partes autônomas ou se estamos em um período de novos processos de desdiferenciações<sup>4</sup>.

Em síntese, a ideia de ordem social pode ser analisada através de relações pessoa-pessoa; pessoa-sociedade ou sociedade-sociedade. São nesses três sentidos possíveis que pretendemos, então, analisar o problema da ordem social partindo da referência sistêmica dos meios de comunicação.

## **II - Breve introdução a Luhmann: os sistemas autopoieticos**

Luhmann será tratado com mais detalhes ao longo do projeto. Nos limitaremos aqui a fazer aqui uma breve introdução de sua teoria tendo em vista dois objetivos: 1) introduzir o conceito de “autopoiese”, que servirá como uma primeira aproximação ao autor e servirá de base para a compreensão dos capítulos posteriores e 2) a partir desse conceito, fazer uma primeira aproximação à questão da integração social.

O problema da integração social pode começar a ser apreendido na teoria de Luhmann a partir do seu argumento sobre a diferenciação funcional da sociedade moderna juntamente com o conceito de sistemas ou, mais especificamente, de sistemas autopoieticos. O conceito de autopoiese aparece nos escritos de dois biólogos chilenos, Humberto Maturana e Francisco Varela (1974), que procuram responder a dois problemas: o da diferença da vida para a não-vida (Seidl, 2004), e o questionamento de como um sistema pode sobreviver a um meio muito mais complexo do que ele (Vanderstraeten, 2005). Os autores concluem que sistemas vivos criam mecanismos para se autoproduzirem (por ex, uma célula). A autopoiese, então, designa um tipo de sistema que produz seus próprios elementos, estabelecendo relações recursivas entre eles a fim de formar uma unidade organizacional.

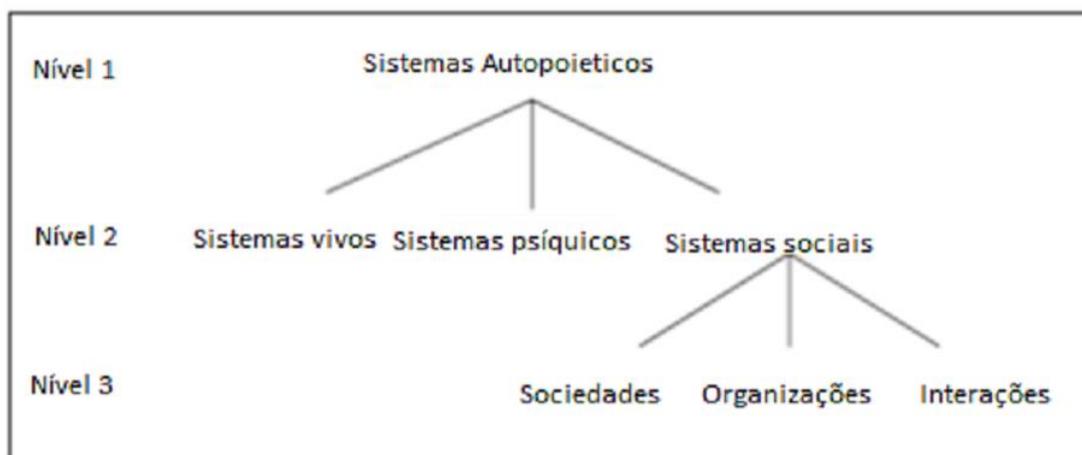
---

<sup>4</sup> Sem adentrar em muitos detalhes, essa proposta de “desdiferenciação” é colocada por Ulrich Beck (2011) em sua discussão sobre a sociedade de risco: de acordo com o autor, a sociedade de risco colocaria em cheque os processos de diferenciação modernos uma vez que os riscos sociais, principalmente os ecológicos, só poderiam ser tratados de maneira eficaz através da cooperação dos diversos espaços sociais na formação de novas racionalidades mais capazes de lidar com os riscos.

A organização autopoietica é definida como uma unidade por uma rede de produções de componentes que (i) participam recursivamente na mesma rede de produções de componentes que produziram esses componentes e (ii) realizam a rede de produções como uma unidade no espaço em que os componentes existem. Considere, por exemplo, o caso de uma célula: é uma rede de reações químicas que produzem moléculas tais que (i) através de suas interações geram e participam recursivamente na mesma rede de reações que as produziram e (ii) realizam a célula como uma unidade material (Maturana, Varela e Uribe, 1974, p 188).

Luhmann expande o conceito de autopoiese para além dos organismos vivos. Para o autor, além dos organismos vivos, existem outros dois tipos de sistemas autopoieticos: os sistemas psíquicos e os sistemas sociais. Cada um desses sistemas constitui um domínio específico e é movido por diferentes tipos de operação: os organismos vivos são movidos por reações biológicas (ou pela “vida”, como o autor coloca); os sistemas psíquicos, que são a consciência humana, são movidos por pensamentos; por fim, os sistemas sociais são movidos por comunicação.

Figura 1: Tipos de sistemas autopoieticos



Fonte: Seidl, 2004, p 5

Como já dissemos, a autopoiese pressupõe a produção e reprodução dos elementos do sistema através deles mesmos. Isso significa dizer que sistemas autopoieticos são, usando uma terminologia teórica, “operacionalmente fechados”. Isto é, não há elementos dentro de um sistema que sejam produzidos fora dele. A comunicação só se faz pela comunicação e só pode produzir comunicação; ela não é produzida pelo pensamento ou pela vida e nem pode produzir esses elementos. Toda operação realizada pelos sistemas é feita pressupondo a possibilidade de uma operação futura e é resultado de uma operação passada. Não há aqui, portanto, uma

investigação da origem: os elementos do sistema são criados e recriados a partir de seu próprio uso.

Há, por sua vez, três tipos de sistemas sociais: as sociedades, as organizações e as interações<sup>5</sup>. As interações referem-se a encontros presenciais entre indivíduos; as organizações referem-se a instituições decisórias e as sociedades, o foco do nosso trabalho, referem-se a um sistema social mais amplo que abarca todas as comunicações (existentes ou possíveis).

O problema da diferenciação social aparece na teoria de Luhmann uma escala abaixo dos sistemas sociais, com a criação dos “subsistemas”<sup>6</sup> de comunicação. De maneira resumida, para Luhmann, a diferenciação da sociedade significa a diferenciação de suas comunicações, que formam, por sua vez, novos sistemas autopoieticos (arte, direito, religião, economia, política, etc). Ou seja, cada um desses sistemas desenvolve mecanismos operacionais específicos que restringem suas possibilidades comunicativas. A economia, por exemplo, só se reproduz através de pagamentos; o direito, através de leis; a ciência, através de verdades. Não é possível pagar alguém com uma teoria, ou criar uma lei a partir do dinheiro, porque não se formam mecanismos recursivos para se produzir uma nova operação nesse sentido. Esse tipo de operação não tem como se basear em uma operação passada.

O processo de autopoiese dos subsistemas, contudo, é algo que deve ser encarado com cuidado: para Luhmann (2009), o fechamento operacional do sistema é a condição necessária para sua abertura em outros níveis. Por meio do fechamento o sistema aumenta a sua capacidade para lidar com ruídos e irritações do ambiente<sup>7</sup>. Não se trata, como pode parecer, de um enclausuramento total do sistema.

Em resumo, podemos dizer, então, que para Luhmann a sociedade moderna se constitui por subsistemas autopoieticos e que o conceito de sociedade designa o horizonte de todas as

---

<sup>5</sup> Para uma explicação mais detalhada sobre os três tipos, cf Seidl, 2004.

<sup>6</sup> Por ora, basta saber que um subsistema é um sistema inserido dentro de um sistema maior. O conceito será melhor explicado no capítulo 2.

<sup>7</sup> Novamente, “ambiente” é um conceito que será explicado no capítulo 2. Basta saber por enquanto que ele se refere a tudo aquilo que está fora do sistema.

comunicações possíveis que são produzidas dentro dela. Nesse sentido, portanto, a unidade da sociedade já aponta um aglomerado de diferenças.

Assim como nenhuma operação monetária é capaz de fugir da lógica econômica, toda fé é sempre uma fé religiosa e toda crítica estética da arte acaba se afirmando como arte. Mas não se pode alcançar a estrutura daquilo que, como o “econômico”, o “religioso” e o “artístico”, produz ondas comunicativas. É preciso compreender a sociedade funcionalmente diferenciada como um horizonte inalcançável de comunicações – se ele fosse alcançável, não seria um horizonte –, no qual, com a ajuda de meios de comunicação simbolicamente generalizados, emergem relações em que a conectividade entre elementos é altamente provável; essas comunicações se fecham como sistemas funcionais no momento em que elas se tornam insubstituíveis em relação às funções que desempenham (Nassehi, 2004, p 102 apud Junior, 2014, p 550).

A teoria dos sistemas sociais autopoieticos de Luhmann nos chama a atenção, nesse primeiro momento, para o segundo sentido da ideia de integração social que propomos: a das diversas partes da sociedade interligadas entre si. Luhmann é um autor que incorpora o paradigma da diferenciação social enquanto aspecto central de seu pensamento, levando-o até suas últimas consequências: não apenas a sociedade é apresentada enquanto dividida, como também a sociedade não é integrada através de um ordenamento operacional entre suas diversas partes. O autor recusa trabalhar com a distinção entre todo e parte para enfatizar seu argumento de que cada sistema autopoietico forma um complexo próprio. No caso dos sistemas sociais, cada operação cria, por assim dizer, um efeito multiplicador, a comunicação gera mais comunicação, tornando completamente impossível pensar em uma unidade, mas tão somente, como foi dito, em um horizonte.

Em um primeiro momento, então, a teoria luhmanniana nos apresenta um cenário social desintegrado, marcado por diferentes autopoieses de sistemas comunicativos.

Tendo em vista nossa delimitação temática, descarta-se, dessa forma, a pretensão de se fazer um estudo abrangente e detalhado sobre a teoria luhmanniana, que procuraria entender a formação de seus principais conceitos, suas reelaborações, aplicações empíricas e recepções críticas. Além da limitação temática, há outra de caráter profissional. Luhmann é um autor da sociologia. Contudo, a construção teórica que realiza é um esforço interdisciplinar, passando por vários autores de áreas e ênfases muito distintas (alguns exemplos: Parsons na sociologia contribui para a construção do conceito de ação, Husserl na filosofia para o conceito de sentido, Maturana e Varela (1974) na biologia para o conceito de autopoiese e Von Bertalanffy (1968) também na biologia para o conceito de sistema). Abarcar tal escopo epistemológico de autores

exigiria um trabalho muito mais amplo que não terá tempo de ser realizado. As investigações conceituais mais profundas na obra de Luhmann serão, portanto, limitadas. Serão considerados no texto do trabalho as elaborações conceituais de outros autores utilizados por Luhmann para montar sua teoria apenas na medida em que estas forem pertinentes para o tema de pesquisa aqui exposto. De outra forma, os conceitos apresentados pelo autor para montar sua teoria sociológica serão considerados em si mesmos, isto é, no formato em que forem retirados da leitura bibliográfica da obra de Luhmann e no uso em que este faz deles, sem a preocupação de se investigar suas possíveis formulações ou revisões por outros autores. Não se pretende, portanto, realizar uma história dos conceitos ou uma sociologia do conhecimento da teoria luhmanniana, exceto se tal empreendimento, mirando em um ou outro conceito, puder contribuir diretamente para o tema da pesquisa.

### **III – Por que Luhmann?**

Por que estudar o tema da ordem social, e por que estudá-la a partir de Luhmann? Esse tema perpassa a própria fundação da sociologia e avança no cenário contemporâneo, tornando-se, assim, uma questão perene. O seu surgimento enquanto problema social e problemática sociológica pode ser identificado com as transformações sociais ocorridas com a queda do Antigo Regime, no qual, resumidamente, predominava uma ordem social rigidamente estratificada e centralizada em uma cosmovisão religiosa, e a passagem para uma sociedade “livre”, isto é, em que as pessoas veem suas condições de vida como contingentes: a estratificação não possui mais uma rigidez ideologicamente sustentada, e nem a sociedade possui um centro ou cosmovisão específica, tornando-se, dessa forma, dividida e fragmentada.

A fundação da sociologia no século XIX, portanto, traz para si o esforço de compreender a modernidade, e a crescente fragmentação social coloca para os autores, principalmente os clássicos, uma questão desafiadora: de que maneira uma sociedade que se constitui por partes isoladas mantém a sua ordem? Em outras palavras, como esse tipo de estrutura permite a sua própria reprodução, sem deixar de existir? Dar uma resposta convincente a esse problema não é uma tarefa fácil, devido ao caráter *sui generis* da nova organização social: não se pode resolver tal dificuldade simplesmente substituindo as concepções de valor presentes no Antigo Regime por outras que seriam modernas, como em um movimento de equivalência funcional. Ao confrontar-se com uma sociedade dividida é preciso admitir como ponto de partida que seus vários elementos não compartilham as mesmas visões mundo. Em sentido contrário, no entanto, a sociedade continua a existir e a se reproduzir, levando esses autores a concluir que tal processo

de desintegração não leva simplesmente a um caos desordenado. A ordem precisa ser explicada de alguma maneira.

Esse problema inicial continua a ser discutido no cenário contemporâneo, embora com outros termos que serão apresentados em seu momento. Dentro do cenário contemporâneo da sociologia, entendemos a teoria de Luhmann como aquela que, em comparação com as demais, leva mais a sério a problemática da desintegração social a partir do paradigma da diferenciação, no sentido de ser a teoria que incorpora de maneira mais profunda esse tema à sua própria constituição teórica, e não enquanto uma questão externa.

Por que observar a ordem social a partir do subsistema dos meios de comunicação? Entendemos, junto com o autor, que estes possuem uma importância central para compreender os outros subsistemas sociais devido à função que cumprem em fornecer a todos eles a representação de seus respectivos ambientes (Luhmann, 2005)<sup>8</sup>. Se os sistemas sempre possuem um correlato externo, o ambiente, os meios de comunicação são o subsistema que permite aos outros subsistemas a observação de seus respectivos ambientes.

Por fim, a justificativa sobre o autor. A obra de Luhmann é pouco lida na área de sociologia fora do país do autor, a Alemanha, e ainda menos no Brasil. Como exemplo, foi apenas no final de 2016 que *Sistemas Sociais* (2016), obra na qual o autor esboça uma teoria geral, foi traduzida para o português e *Ecological Communication* (1986), na qual esboça conceitos específicos para tratar dos subsistemas, não se encontra em nossa língua. Sua obra principal, *La sociedad de la sociedad* (2006), também não se encontra disponível em português. O estudo da obra de Luhmann, dessa forma, contribui para alargar os horizontes da disciplina de sociologia, dentro e fora do nosso país.

#### **IV – Bibliografia e estrutura do texto**

Tratando-se de um estudo autoral, o método de análise escolhido é a discussão bibliográfica de algumas obras de Luhmann:

---

<sup>8</sup> Todos esses conceitos (subsistemas, ambiente, etc) serão apresentados em seu devido momento ao longo do texto.

- A principal obra a ser trabalhada é *A Realidade dos meios de comunicação* (2005)<sup>9</sup>: escrita nos anos 1990, é o lugar onde se localiza o estudo específico do subsistema dos meios de comunicação.

- *Sistemas Sociais* (2016): primeiro esforço sistemático do autor elaborado nos anos 1980 para a criação de uma teoria geral, incluindo sua teoria da comunicação e a diferença sistema/ambiente.

- *Ecological Communication* (Comunicação Ecológica) (1989): também dos anos 1980, escrita um pouco depois de *Sistemas Sociais*. São formulados conceitos específicos (como “código” e “programa”) para se falar da diferenciação da comunicação, e na qual o autor faz uma descrição geral dos subsistemas sociais modernos.

- *La sociedad de la sociedad* (A sociedade da sociedade) (2006). Também dos anos 1990. Obra tardia de Luhmann na qual o autor faz uma grande síntese de seus escritos ao longo dos anos anteriores.

- *A improbabilidade da comunicação* (2006): texto em que o autor discute o caráter contingencial da comunicação.

Poderão ser utilizadas no trabalho outros textos de auxílio a serem encontrados ao longo da pesquisa. Todas as citações encontradas ao longo desse texto são traduções nossas (com exceção daquelas já provenientes de textos em português).

O texto está dividido em 4 capítulos. Os capítulos 1 e 2 se dedicam a apresentar questões e conceitos mais gerais da obra de Luhmann que, no entanto, são necessárias para entender seus desdobramentos na questão mais específica dos meios de comunicação. Poderíamos dizer que nos escritos de Luhmann há, de um lado, uma teoria geral dos sistemas sociais e, de outro, teorias de sistemas sociais específicos que são autoaplicações dessa teoria geral. O capítulo 3 dedica-se a apresentar a obra de Luhmann sobre o subsistema dos meios de comunicação e o capítulo final coloca as discussões exibidas no capítulo 3 para responder à nossa questão de pesquisa. Essas respostas são apresentadas na forma de proposições indicadas no texto.

---

<sup>9</sup> A tradução correta seria “a realidade dos meios de massa”, do alemão “die realität der massenmedien”. Apesar da presença do termo “massa”, já sociologicamente em desuso, a análise de Luhmann não pressupõe em nenhum momento um ancoramento profundo nesse conceito, o que não a torna, por isso, obsoleta. Massa, aqui, significa simplesmente que são meios dirigidos a um número muito grande de pessoas (ou sistemas de consciência) que o subsistema não tem acesso diretamente; ele pode apenas realizar observações.

## Capítulo 1 - Comunicação

Quando falamos da teoria dos sistemas sociais de Luhmann, é preciso ter em mente que tais sistemas são constituídos por comunicação. Falar de sistemas sociais, nesse sentido, é falar sobre comunicação. Porém, como coloca Ignácio Izuzquiza (2008), Luhmann trata de ambos os problemas de maneira separada porque os coloca de um ponto de vista complexo, problemático. Seguiremos o mesmo caminho de Luhmann e vamos tratar ambos os problemas separadamente, por isso reservamos nesse texto um capítulo voltado apenas para a comunicação.

A importância sociológica da comunicação na teoria luhmanniana aparece no lugar que o conceito ocupa enquanto contraponto comparativo à ideia de ação: Luhmann observa a sociedade tomando como seu elemento primário a comunicação, e não os indivíduos, as ações dos indivíduos ou o sentido das ações dos indivíduos. É a comunicação a responsável não apenas pelas dinâmicas sociais como também pela formação de suas estruturas. A ordem social é fruto da comunicação.

### I – Comunicação enquanto seleção

Uma recusa importante feita por Luhmann ao analisar a comunicação é a rejeição da ideia de transmissão de informação. A comunicação não é um processo no qual se transmite informações de um emissor para um receptor. Primeiro, admitir essa proposição significa, de acordo com Luhmann (2016), colocar a ênfase principal no emissor ou na emissão, nas suas capacidades de transmitir alguma coisa. Segundo, significa admitir um certo tipo de identidade ontológica à informação, de modo que seu conteúdo signifique a mesma coisa para quem a transmite e para quem a recebe quando, na verdade, as interpretações de um e de outro sobre esse conteúdo são diferentes. A ideia de “transmissão”, portanto, é substituída na teoria pela ideia de “seleção”. Comunicação é, para Luhmann, um processo autorreferente, temporal e seletivo constituído, por sua vez, por três tipos de seleções: a) a seleção daquele que participa<sup>10</sup> uma informação a alguém (chamado de “alter” pelo autor); b) a seleção daquele a quem a mensagem se destina, o destinatário (*Adressat*) (chamado de “ego” pelo autor) e c) a seleção da

---

<sup>10</sup> “Participar” a informação no lugar de “emitir” a informação. “Participação” deriva do original alemão *Mitteilung*.

própria informação. Luhmann acata a definição de informação de Shannon e Weaver (1998): uma seleção feita a partir de um repertório de possibilidades disponíveis.

Dentre essas três seleções, é a seleção feita por ego, o entendimento da informação, a qual Luhmann atribui um papel essencial. Em primeiro lugar, é ego que realiza a distinção entre informação e participação, isto é, entre o conteúdo em si da informação e a maneira como este é participado; entre o “que” e o “como” ou “por que?” (Seidl, 2004)<sup>11</sup>. Se pergunto, por exemplo, “tudo bem com você?”, isso pode significar um simples cumprimento ou uma indicação de preocupação. O significado da pergunta será produzido por ego, pela sua capacidade de distinguir entre informação e participação e, assim, atribuir na sua fala um sentido que considere adequado. Não é, portanto, um sentido projetado da informação daquele que a participa que cria o significado da comunicação, mas a seleção de sentido desta realizada pelo destinatário.

O destinatário, evidentemente, atribui um sentido à mensagem a partir de uma situação concreta, que é onde situações comunicativas ocorrem. É nesse contexto que o postulado da seleção de possibilidades aparece: alter não exclui todas as possibilidades não adequadas à situação para assim selecionar aquela que é adequada. Não existe, como nos diz De Berg (1995), uma unidade orgânica entre emissão e contexto, então sempre haverá outra alternativa possível. O contexto deve aparecer como um contexto diferencial, como possibilidades negadas dentro dele mesmo por um determinado sentido da mensagem, o qual, por sua vez, seleciona dentro desse mesmo escopo de possibilidades um outro sentido possível.

Luhmann não especifica quem ou o que seriam alter e ego, o que acaba gerando interpretações distintas de como a interação comunicativa entre ambos ocorre. Vanderstraeten (2012) diz que deve haver pelo menos dois sistemas participantes, aquele que produz a informação e aquele que distingue-a da sua emissão. Mingers (1995), por outro lado, argumenta que todas as três seleções são feitas dentro de um mesmo sistema. É interessante que ambos notam, no entanto, que a teoria luhmanniana enseja pensar a autopoiese no processo de comunicação. Creio que as interpretações não sejam opostas, mas diverjam de acordo com o que se considera enquanto alter e ego. Por exemplo, em um processo no tribunal há dois

---

<sup>11</sup> Algumas tradições sociológicas também trabalham com a distinção entre o “que” e o “como” da informação. Cf, por ex, Garfinkel (1967).

advogados. Eles são considerados, um para o outro, sistemas (psíquicos) diferentes, porém, estão atuando em um mesmo sistema (jurídico) produtor de informação. Mingers nos fornece alguns exemplos para ilustrar a proposição de Luhmann:

No direito, uma comunicação legal pode ser o julgamento de um tribunal. Contém uma seleção particular de informações (a natureza do caso, as principais considerações, a referência às leis e as decisões anteriores - comunicações anteriores): é apresentada de forma particular (um discurso, um julgamento escrito); e é interpretado de maneiras particulares. O julgamento como um todo leva a comunicações posteriores, tanto diretamente pelas suas consequências como indiretamente como parte da jurisprudência. Na ciência, uma comunicação é sobre uma nova teoria ou os resultados de uma experiência particular. Novamente, é uma seleção particular de informações (referência a resultados anteriores, definições do que é ou não aceitável); é apresentado em um artigo em uma revista, ou em uma conferência, ou por demonstração; e é entendido de determinadas maneiras e leva a novas comunicações. No mundo cotidiano do trabalho, uma comunicação pode ser um memorando ou uma chamada telefônica e a compreensão que ela gera no destinatário (Mingers, 1995, p 143)

Da proposição que o processo comunicativo é seletivo e autorreferente, resulta que encadeamentos criados a partir da seleção de Ego e Alter não resultam de compreensões duplamente esperadas por ambos. Isto é, dentro das fronteiras criadas pela própria comunicação, alter pode falar A e ego entender B, e mesmo assim B pode ser um elemento capaz de gerar novos fluxos comunicativos. A aceitação pode ser bem sucedida ou um mal-entendido (pensemos aqui no jogo do telefone sem fio, onde o objetivo é justamente transmitir a mesma mensagem para um número cada vez maior de elementos, que são alteres e egos com capacidades seletivas). Porém, a autorreferência da comunicação também produz reflexividade, e nesse sentido fornece a possibilidade de se realizar controles de compreensão, ou seja, de saber se aquilo que foi falado foi também compreendido. Esse mecanismo reflexivo é um modo de restringir a possibilidade que o mal entendido tem de criar encadeamentos comunicativos (ao final do jogo, os participantes conseguem conferir se a mesma mensagem foi repassada a todos).

Em segundo lugar, há uma diferença, também da perspectiva de ego, entre a compreensão da mensagem e a sua aceitação ou rejeição. A compreensão da mensagem, como foi dito, conclui o ato comunicativo. Do ponto de vista da teoria luhmanniana, porém, a aceitação ou rejeição da mensagem por ego não fazem parte da unidade da comunicação mencionada acima. Ela se trata de uma quarta etapa ou, nos termos do autor, uma quarta seleção

que serve de ponto intermediário entre um ato comunicativo e outro. A aceitação significa a incorporação do sentido seletivo da mensagem, por parte de ego, como premissa de um comportamento futuro. Apenas o entendimento do conteúdo da informação participada por alter não garante uma comunicação futura, funciona apenas como um estímulo para tal (Luhmann, 2016).

A reflexividade da comunicação possui um papel mais decisivo na reprodução social desta. Ao restringir a possibilidade do mal entendido através da referência a si mesma, a reflexividade permite alargar as possibilidades sob as quais um ato comunicativo pode ocorrer.

Por seu lado, a reflexividade pode, então, servir para compensar o risco de uma complexidade mais elevada e de uma seletividade mais crítica. Pode-se arriscar participações inesperadas, pode-se conceber mais concisamente e pressupor (sem ter de testar) horizontes de entendimento; pode-se comunicar com completos desconhecidos, se em caso de dúvida ou de dificuldades de entendimento for possível fazer uma pergunta. Não é necessário realizar tudo já via comunicação direta, se, complementarmente, estiver à disposição aquele metanível no qual se pode comunicar sobre o sucesso ou insucesso de um entendimento comunicativo (Luhmann, 2016, p 177)

A consequência mais importante da reflexividade que nos interessa aqui é que ela é um dos mecanismos que possibilita a diferenciação de sistemas sociais. A partir do momento em que a comunicação desenvolve a capacidade de autocontrole, torna-se possível diferenciá-la e especializá-la, afastando-a do nível primário de estar ligada a um contexto perceptivo. Nos termos de Anthony Giddens (1991) poderíamos dizer que a autorreferência da comunicação permite que esta se expanda para além das interações face-a-face, que muitas vezes são mediadas por elementos que se encontram presentes apenas naquele momento. A diferenciação da comunicação permite torná-la compreensível em si mesma.

Para que a comunicação possa se transformar em um processo, isto é, em ocorrências seletivas e autorreferentes encadeadas temporalmente, há dois outros fatores apontados por Luhmann que contribuem para tornar essa situação possível: os temas e as contribuições ao tema (Luhmann, 2016). Temas são formas de reduzir a arbitrariedade que pode se seguir dos encadeamentos comunicativos: se se está falando de assunto X, não posso imediatamente mudar para assunto Y. Os temas atuam como a seleção da informação, aquela terceira seleção para além de ego e alter explicada acima. São os temas que permitem aos participantes uma espécie de controle do comportamento próprio e do outro, no sentido de um ajustamento recíproco a

um conteúdo dotado de sentido. Ao mesmo tempo, deixam em aberto as maneiras pelas quais podem se falar sobre determinado assunto; nesse ponto entram as contribuições ao tema, que podem ser de diversas naturezas. As contribuições possuem um valor de curto prazo, servem para adicionar informação no momento em que são colocadas. Os temas, ao contrário, são elementos de longo prazo, compostos por um compilado e uma síntese de contribuições parciais.

De acordo com Luhmann (2016), os temas possuem três dimensões estruturais: a dimensão material, a dimensão temporal e a dimensão social.<sup>12</sup> A dimensão material diz respeito ao reconhecimento do assunto. Deve-se saber do que se está falando, seja um assunto conhecido por todos, como futebol, ou um assunto mais especializado, como leis trabalhistas. A dimensão temporal diz respeito ao grau de novidade do tema. Eles variam como novos/velhos e essa variação, por sua vez, depende da percepção individual. No limite de cada polo, temas que são muito velhos não esperam mais contribuições para si e precisam de novos participantes para se manterem vivos. Por outro lado, temas muito novos, justamente por causa da falta de informações anteriores (por isso, aliás, são novos), não estimulam inicialmente um número elevado de contribuições. Por fim, a dimensão social diz respeito aos interesses que conectam os temas e os participantes. Não há simplesmente colisão de uns com outros. Como Weber (2006) dirá ao analisar o interesse do cientista social por um aspecto do mundo, poderíamos dizer que as escolhas dos temas que selecionamos para debater revelam nossos interesses culturais sobre eles. E, não por acaso, embora não mencione Weber, Luhmann denomina de “cultura” aquilo que fornece os temas para discussão: estes não podem surgir nem da simples interação casual e nem da exatidão da linguagem; a cultura atua como uma espécie de meio termo entre esses dois polos.

Isso significa que eles [os participantes], com comunicações, também dizem algo sobre si mesmos, sobre suas opiniões, suas posições, suas experiências, seus desejos, seu discernimento, seus interesses. Comunicação serve também à apresentação de si, ao autoconhecimento; ela pode, então, de fato, conduzir a que seja levado a uma forma e que, por fim, se tenha de ser aquilo que apareceu na comunicação: o sedutor tem de, por fim, amar. (Luhmann, 2016, p 180)

---

<sup>12</sup> Isso corresponde às três dimensões do sentido, tratadas por Luhmann em outra parte de *Sistemas Sociais* (2016), assunto que não poderemos nos deter aqui.

As situações que mais evidenciam a ligação cultural dos participantes com os temas ocorrem quando estes se tratam de temas morais ou assumem tons morais. Nesse estado, os participantes interpretam uns aos outros a partir da estima ou do desprezo. Luhmann remete a Durkheim nesse ponto e argumenta que o grau de liberdade que uma sociedade possui ao lidar com a moral pode tomar parte no resultado que a discussão de temas morais traz: pode aumentar a solidariedade dos membros ou, ao contrário, aumentar a crítica e, por consequência, os conflitos.

Considerando que a comunicação tem as possibilidades de aceitação/rejeição, essa díade pode ser reintroduzida no processo comunicativo agora já transformado em sistema social sob as possibilidades “redundância/diferença”. Tratam-se de duas possibilidades distintas de fluxos comunicativos que se formam a partir de seleções igualmente distintas de conteúdos. Luhmann argumenta que a redundância e a diferença são dois resultados da comunicação que cumprem funções importantes para a manutenção do sistema. A redundância, isto é, um excesso de informação, garante que determinados conteúdos não sejam esquecidos, permitindo filtrar as comunicações que se tornam eficazes e, assim, criar estruturas; ou seja, replicar o mesmo conteúdo comunicativo em diferentes partes do sistema (um exemplo dentro da sociologia: a discussão sobre a ação social é um conteúdo comunicativo que se comprovou eficaz para a auto reprodução da disciplina. Em uma quantidade grande de teorias muito distintas o tema da ação social é abordado, o que se demonstra como uma redundância e uma estrutura perene da comunicação sociológica). Ao mesmo tempo, porém, o sistema precisa produzir diferenças, a saber, diferenças de informação que permitam o desenvolvimento da comunicação em várias direções. A diferença é importante para evitar o risco de uma posição unilateral errônea (assim, no mesmo exemplo da sociologia, há uma grande quantidade de teorias que se opõem à perspectiva da ação e colocam como foco de análise a estrutura social). Isso permite não só um equilíbrio de posições distintas igualmente incertas, mas pode-se utilizar a diferença como próprio tema comunicativo dentro do sistema para buscar aproximações e, assim, criar uma terceira via de desenvolvimento comunicativo (como nas teorias sociológicas contemporâneas que buscam aproximar paradigmas da ação e paradigmas da estrutura para criar um novo tipo de pensar a sociedade).<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Nesse ponto da argumentação é possível notar, como o próprio Luhmann (2016) aponta rapidamente em uma nota de rodapé, uma diferença com a teoria de Habermas, que busca como objetivo da comunicação a possibilidade

## II – A improbabilidade da comunicação

Luhmann versa sobre uma questão teórica que, do ponto de vista lógico, precede as anteriores. O autor se pergunta como a comunicação é, de fato, possível. A premissa subjacente a essa questão é a de que a comunicação é algo improvável, isto é, encontra uma série de problemas que não é possível superar uma vez e para sempre, mas que é possível manejar a fim de transformar a improbabilidade em probabilidade. É importante lembrar que, na teoria luhmanniana, o sucesso da comunicação ocorre quando ego incorpora o conteúdo seletivo de alter como premissa de seu comportamento.

Três são as improbabilidades da comunicação apontadas por Luhmann (2016), colocadas na ordem dos estágios do processo comunicativo: a primeira é a improbabilidade de ego entender o que alter está dizendo. Dada a separação física de suas consciências, é improvável que o horizonte de sentido para um e para outro seja o mesmo e é improvável que possam deduzi-lo espontaneamente. Um grau considerável de entendimento precisa ser estabelecido. Superado esse primeiro problema, há o segundo: a improbabilidade da comunicação se expandir para além da situação presente. Essa dificuldade chama a atenção para o fato de que a comunicação não se expande para um espaço vazio, como se fosse necessário apenas preenchê-lo. Em outros lugares, outras pessoas estão fazendo outras coisas. Além disso, de acordo com o autor, é mais fácil garantir a comunicação em uma situação local considerando que a interação entre os presentes, por si mesma, cumpre algumas necessidades comunicativas que devem ser cumpridas de outro modo em uma situação de distância espaço-temporal. Por fim, a terceira improbabilidade é a de que ego aceite a informação como premissa de seu comportamento, o que pode significar tanto uma ação concreta quanto uma reflexão mental que considere a nova informação durante seu processamento.

A consideração da comunicação enquanto um processo improvável aponta uma perspectiva importante na teoria luhmanniana: a formação de sistemas sociais e, de maneira mais geral, da ordem social, não se torna, nesse sentido, automática, dada ou espontânea. Ao contrário, a ordem social é apresentada pelo autor, primeiramente, como um surgimento improvável. Para que acontecesse, foi preciso desenvolver mecanismos que transformassem as

---

de um consenso a partir de um dissenso historicamente fundado. Para Luhmann, consenso e dissenso são coproduzidos como resultados da comunicação e a predominância do primeiro traria um risco de estagnação.

improbabilidades em probabilidades. Mas mesmo as superações das improbabilidades tratam-se de processos delicados: como foi explicitado, a superação de uma das improbabilidades reforça uma outra ou as demais. Quando Ego entende o que Alter diz, há mais motivos para rejeitá-lo. Quando a comunicação se expande para fora do círculo presente, a compreensão se torna mais difícil. Portanto, a “evolução” social (termo utilizado pelo autor) da comunicação não possui um sentido linear de superação das improbabilidades; antes, deve ser tratada, nos termos de Luhmann como um “acontecimento hidráulico que reprime e distribui a pressão do problema” (Luhmann, 2016, p 183), isto é, distribui as improbabilidades de acordo com o objetivo pretendido.

A transformação das improbabilidades em probabilidades comunicativas é realizada através dos meios (*Medien*). Há, também, três meios, cada um responsável por tornar provável cada uma das improbabilidades. A linguagem é o meio que transforma a incompreensão em compreensão (Luhmann, 2016): utiliza um sistema de signos operado pelo sentido que é capaz de traduzir qualquer ocorrência em uma informação que possui significado mediante a redução de complexidade dessa ocorrência em uma sequência limitada de combinações. Em segundo lugar, há os “meios de difusão”, responsáveis por possibilitar a expansão da comunicação para além de contextos locais de interação. Utilizando uma linguagem já pronta, eles operam um processo de seleção dentro dos elementos dessa e constroem suas próprias potencialidades e limites. Estes consistem em padronizações, uma vez que é preciso pressupor um outro indeterminado para o qual, supostamente, a mesma mensagem terá de produzir o mesmo sentido. Isso se diferencia do modo de operação da comunicação local no sentido de que esta não necessita frequentemente de padronização porque pode contar com as próprias situações presentes para produzir variações. Por fim (Luhmann, 2016), há a transformação do insucesso em sucesso comunicativo (a aceitação do conteúdo). Em um primeiro momento, isso foi tentado através do aperfeiçoamento de técnicas de retórica. Porém, o desenvolvimento eficaz dessa transformação foi atingido com os chamados “meios de comunicação simbolicamente generalizados”. Esses meios são generalizações que simbolizam uma unidade entre seleção e motivação, isto é, a seleção de um valor cultural específico e a sua motivação para persegui-

lo.<sup>14</sup> Os exemplos do autor (Luhmann, 2016) são propriedade/dinheiro, poder, verdade, valores, amor e arte.

Esses três meios, portanto, permitem o aumento de processos comunicativos e, mediante estes, a formação de sistemas sociais que a delimitam e aumentam ainda mais a capacidade de transformar o improvável em provável.

### **III – Meio e Forma**

Cada um dos meios mencionados (os de compreensão, de difusão e simbolicamente generalizados) realiza seu trabalho de superar as improbabilidades da comunicação através de processos de seleção. Resta saber como se dá a caracterização operativa desse processo.

A constituição dos meios de comunicação, a sua unidade, se faz através da diferença entre “substrato medial” e “forma” (ou, mais comumente, “meio” e “forma”) (Luhmann, 2006). Os meios são elementos do sistema conectados de maneira frouxa, enquanto as formas são elementos do sistema conectados de maneira firme (Luhmann, 2006). Os meios de comunicação dão formas a elementos soltos. Os três meios já mencionados, de compreensão, difusão e simbolicamente generalizados, como já dissemos, possuem a capacidade de criar formas: 1) na linguagem, os sons podem ser meios que se combinam para formar uma palavra. Da mesma forma, as palavras podem ser meios que se combinam para formar uma frase, e assim por diante. 2) o rádio, o livro, a televisão e outros meios de difusão também não possuem um sentido pré-determinado, sendo necessário dar a eles uma forma significativa (a impressão não determina o que está escrito e o aparelho de rádio não determina quais programas serão transmitidos)<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Isso nos lembra a discussão de Parsons (Cf 1969) sobre como determinado valor cultural pode ser transformado em uma motivação para a ação individual, e como isso resulta de uma conexão entre o sistema cultural da sociedade e a personalidade do indivíduo. É importante ressaltar aqui as diferenças teóricas entre Parsons e Luhmann: enquanto Parsons vê nessa conexão uma consequência da integração de dois subsistemas da ação, Luhmann coloca cada uma das conexões seleção/motivação em um subsistema diferente, visto que eles apresentam, igualmente, valores diferentes não redutíveis entre si, de maneira semelhante às esferas de valor weberianas.

<sup>15</sup> Isso não significa que Luhmann toma uma posição conteudista dos meios de comunicação, isto é, acreditando que, se é apenas a forma que dá sentido ao meio, então todos os meios seriam funcionalmente equivalentes na participação de uma mensagem. Se assim o fosse, não haveria sentido na distinção entre meios de compreensão, difusão e simbolicamente generalizados. Em síntese: embora Luhmann não diga simplesmente que “o meio é a mensagem”, ele não adota a posição oposta, criticada por McLuhan (1971), que valoriza apenas o conteúdo que se transmite nos meios (por exemplo, ao se perguntarem “o que devemos ler ou assistir na televisão?”), nunca se perguntando sobre as potencialidades e diferenças que cada um desses meios carregam.

3) por fim, os meios de comunicação simbolicamente generalizados não determinam que aspecto estes irão assumir. A verdade (científica), por exemplo, não determina que tipos de teorias serão feitas ou como cada artigo acadêmico será escrito, assim como o poder pode assumir um aspecto totalitário ou democrático; etc.

A distinção meio/forma esclarece, pelo menos em parte, duas questões da obra de Luhmann: em primeiro lugar, ela explica o conceito de seleção, que permeia todo seu argumento. Elementos frouxos não conectam-se aleatoriamente uns com os outros. Eles precisam ser selecionados de modo que se constituam em formas dotadas de sentido. Em segundo lugar, essa distinção confere lugar à noção de contingência: o conceito de seleção pressupõe não só a escolha de combinações eficazes (de acordo com as funções do sistema), mas também que, dada a quantidade de elementos presentes, muitas combinações são possíveis. As formas não são estruturas fixas. Elas podem desfazer-se e refazer-se em novas combinações a fim de se adaptarem a ocorrências ou mudanças de qualquer tipo. Qualquer estrutura que formem possui o caráter da contingência. Vemos, nesse sentido, que a reflexividade da comunicação aparece novamente: diante de uma reserva de elementos disponíveis, os meios fazem referência a si mesmos quando desejam promover alguma alteração de forma. Dito de outra maneira, a reflexividade pressupõe o reconhecimento não apenas daquilo que é selecionado, mas do conjunto de seleções possíveis. Eu posso formar um número imenso de frases diferentes; eu posso escolher se vou montar uma rádio de música, de notícias, ou de esportes e posso discutir com meus colegas de trabalho que método dentre muitos iremos usar para provar uma determinada teoria.

No entanto, o ponto importante é que não entendamos uma mensagem ao olhar para o conteúdo "transmitido", mas olhando a seleção feita entre um conjunto de outras possibilidades [...]. Sem um "olhar" no conjunto de possibilidades, não temos nenhuma chance de entender nada (Baecker, 2001).

#### **IV – Meios de comunicação simbolicamente generalizados**

Entre todos os meios de comunicação, decisivo para a formação dos sistemas sociais são, no entanto, os meios de comunicação simbolicamente generalizados e, portanto, iremos analisar mais detalhadamente como Luhmann os descreve.

A designação do termo, para começar, retoma a Parsons (Luhmann, 2006): “simbólico” significa a referência mútua a alter e ego e “generalizados” significa a sua não restrição

significativa a uma situação particular. A aparição desses meios ocorre, de um ponto de vista teórico, com o desenvolvimento da escrita: considerando que esta aumenta consideravelmente as chances de se rejeitar uma determinada comunicação, visto que a força da palavra oral de compensar a informação com retórica diminui, torna-se necessário criar mecanismos que produzam a aceitação em um nível satisfatório. Esses meios, Luhmann (2006) diz, são equivalentes funcionais para a moral. Isso significa que, se anteriormente a sociedade podia contentar-se a se reproduzir por meio da orientação a uma única referência simbólica geral que abarcava mais ou menos todas as outras, na modernidade tais referências ganham maior independência comunicativa e separam-se em diversas formações de sentido. O verdadeiro não necessariamente é justo; o belo não necessariamente é bom; etc.

Os meios de comunicação simbolicamente generalizados classificam-se a partir de um critério de atribuição: a atribuição é um mecanismo utilizado por um observador para localizar determinada seleção, se ela se refere ao sistema ou ao ambiente e a ego ou a alter (Corsi; Esposito; Baraldi, 1996). É possível atribuir uma seleção a uma vivência (ou experiência) se ela se refere ao ambiente de um sistema, ou a uma ação se ela se refere ao próprio sistema (Corsi; Esposito; Baraldi, 1996). A figura abaixo do próprio Luhmann mostra a ordenação dessas atribuições de cada um desses meios simbolicamente generalizados.

Figura 2: Classificação dos meios de comunicação simbolicamente generalizados de acordo com sua referência e atribuição.

	Vivência de Ego ( $E_v$ )	Agir de Ego ( $E_a$ )
Vivência de Alter ( $A_v$ )	$A_v \rightarrow E_v$ verdade; valores	$A_v \rightarrow E_a$ amor
Agir de Alter ( $A_a$ )	$A_a \rightarrow E_v$ Propriedade/dinheiro; arte	$A_a \rightarrow E_a$ poder/direito

Fonte: Luhmann, 2006, p 261.

Existem 4 ordenações possíveis: a) a vivência de alter desperta uma vivência complementar em ego. b) a vivência de alter desperta uma ação de ego. c) a ação de alter é vivenciada por ego e d) a ação de alter desperta uma ação correspondente em ego (Luhmann, 2006).

Cada meio de comunicação simbolicamente generalizado, por sua vez, é explicado a partir da constelação em que se situa.

a) Verdade

A “verdade” enquanto meio simbolicamente generalizado surge quando uma seleção de informações (por exemplo, a afirmação de que a água é formada por hidrogênio e oxigênio) não é atribuída a nenhum dos participantes (alter e ego), mas é externa a ambos (Luhmann, 2006). Nesse sentido, eles vivenciam, experienciam a verdade.

b) Valores

Apesar de os valores (no sentido de valores comuns a todos) estarem na tabela, Luhmann (2006) duvida de seu status enquanto meios simbólicos generalizados, e isso devido à contingência presente nas relações entre alter e ego, que impede uma base comum a tal nível. Nesse sentido, os valores não cumprem a função dos meios simbolicamente generalizados de reduzirem a probabilidade de rejeição de uma comunicação (em uma sociedade que diferencia seus valores em diversos âmbitos comunicativos, um apelo a algo supostamente comum a todos torna-se ineficiente). Portanto, iremos deixá-los de lado.<sup>16</sup>

c) Amor

O amor necessita que ego aja em correspondência com a vivência de alter; mais particularmente, em correspondência com a maneira pela qual alter vivencia ego. Se, por exemplo, declaro meu amor a alguém, estou vivenciando o amor a partir de uma experiência externa, localizada na pessoa amada. Mas não basta a pessoa apenas aceitar meu amor; para o meio ser formado ela deverá agir de acordo com essa experiência que tenho dela.

d) Propriedade/dinheiro

O dinheiro, para o autor, surge como um meio de regulação da escassez. Ambos, alter e ego, a fim de assegurarem seu futuro, consideram recorrer a bens escassos em que o outro poderia ter interesse. Mas o que garante que o outro irá aceitar o que tenho a oferecer? Nesse sentido, reforça Luhmann (2006), o dinheiro aparece para superar essa improbabilidade

---

<sup>16</sup> Aqui há uma diferença em relação a Parsons, que considera os valores culturais enquanto guias para a ação.

comunicativa, e tem seu funcionamento garantido em função de seu caráter generalizado. Ele assegura que ego aceite (vivencie) a oferta monetária (ação) de alterar porque sabe que, no futuro, poderá trocá-la por outra coisa.

#### e) Arte

A arte pressupõe que o artista, por meio de seu trabalho (ação), desperte no espectador uma experiência estética. De maneira curiosa, arte e dinheiro se localizam no mesmo lugar no quadro de referência do autor, mas cumprem funções um tanto opostas: se o dinheiro dá prioridade ao útil devido à escassez de bens, a arte atribui valor àquilo que não deve ser visto como útil. Sua função em representar o não útil é a de reativar possibilidades de sentido de interpretação do mundo.

O que é feito é orientado por fins, mas por que não para outros fins ou para nenhum? Aquilo que a arte aspira pode ser designado como reativação de possibilidades descartadas. Sua função consiste em tornar o mundo aparente no mundo (representar a unidade na unidade), seja ele melhorado ou, ou nos nossos dias, piorado. [...] A obra de arte reivindica essa função do esclarecer e esconder do sentido e eleva-a a tal ponto que mesmo aquele invisível se torne visível e, quando o faz, o mundo se representa no mundo. Precisamente por esta razão, é necessário quebrar com o que a vida cotidiana geralmente alude (fins e utilidades) para distrair a atenção dessas distrações (Luhmann, 2006, p 274-275)

#### f) Poder/Direito

O poder surge como um meio regulador das ações tanto de alterar quanto de ego, quando se exige que a ação do primeiro seja acatada por uma ação correspondente do segundo, ou seja, quando há a necessidade de cumprimentos de ordens e exigências que, se evitados, acarretam sanções. Se sou um agente de trânsito por exemplo, devo multar quem passar ao sinal vermelho mesmo que não deseje fazer isso. Por sua vez, o multado (ego) deverá pagar a multa correspondente se quiser evitar as sanções que poderei aplicar.

Não precisamos nos preocupar com a particularidade de cada meio simbólico descrito por Luhmann. O que é importante chamar atenção é para o impacto que o raciocínio do autor pode causar nas discussões sociológicas contemporâneas. Todos esses meios, ele próprio admite (Luhmann, 2006), são formados a partir de situações triviais do cotidiano, de necessidades comunicativas que surgem ao longo do tempo. Vemos aqui, ao contrário de muitas

alegações, a importância da ação na teoria luhmanniana. Isso significa dizer, na linguagem da velha díade teórica estrutura/ação, que os meios simbólicos não são estruturas anteriores às pessoas; ao contrário, são formados pela sua agência e interpretação de mundo.<sup>17</sup>

Os meios de comunicação simbolicamente generalizados não podem ser comparados a partir de uma perspectiva privilegiada, como a de um meta meio que inclua todos eles, por exemplo. Antes, Luhmann estabelece alguns critérios de comparação que não necessariamente ocorrem com todos os meios e nem no mesmo grau, mas nos permitem compreender porque alguns deles transformam-se em sistemas e outros não. Algumas dessas características serão abordadas novamente no capítulo sobre a diferenciação social.

1) Todos esses meios possuem um código binário. O código binário reduz as opções de se aceitar ou não uma comunicação na forma do sim ou não. Rejeitar não é simplesmente seguir outro caminho. Os códigos também organizam as formas de se aceitar ou rejeitar a comunicação, colocando uma decisão que é esperada para ego e alter. A não-codificação da rejeição poderia levar a uma situação de imprevisibilidade geral. Por exemplo: o código do meio “poder” aceita ou rejeita comunicações com o valor “legal” ou “ilegal”, e não com qualquer outra justificativa. Se o fizesse, as possibilidades de rejeição seriam muito mais elevadas. No entanto, apesar de cada opção do código ser considerada um valor, não se apresenta aí a ideia de valor moral. É possível passar de um lado a outro do código sem que isso implique qualquer afronta social: essa estrutura de coisas só é possível, de acordo com Luhmann, em uma sociedade funcionalmente diferenciada. Enquanto esses meios estão ligados a outras estruturas sociais (por exemplo, de maneira estamental), não é possível realizar sua neutralização moral. Esta só ocorre com o que o autor chama de “tecnização” do meio (Luhmann, 2006). Os códigos binários, além disso, dificultam o intercruzamento de valores positivos ou negativos provenientes de outros códigos (por exemplo, o fato de ser rico e dizer a verdade torna-se uma situação contingente, não uma questão natural) e, ainda, o intercruzamento destes com as valorações comuns da sociedade (um exemplo do próprio autor

---

<sup>17</sup> Uma curiosidade: Vale ressaltar que vários comentários feitos à teoria da comunicação de Luhmann destacam sempre a preferência do autor pela comunicação em vez da ação, mas dão a impressão de que o autor simplesmente rejeita a ideia de ação em sua teoria. Não concordamos com essa interpretação. Podemos ver que o próprio autor atribui a ela um papel crucial na formação de meios simbolicamente generalizados (e, posteriormente, sistemas) a partir de situações de agência executadas por ego ou alter. É correto dizer que o objeto de análise de Luhmann não é a ação ou a ação social e também que seus pressupostos epistemológicos não partem da ação. No entanto, é incorreto dizer que a ação não faz parte da constituição de sua teoria.

(Luhmann, 2006): o código do dinheiro distingue apenas entre proprietários e não-proprietários; porém, frequentemente avalia-se a economia através da distinção ricos/pobres). Esses diferentes códigos não são convertíveis entre si<sup>18</sup>. A tecnização dos meios é uma das características principais que permite compará-los. Há meios em que não se passa facilmente de um lado para outro do código, então não são considerados tecnizados e, nesse sentido, não podem formar sistemas. Luhmann (2006) argumenta, porém, sem colocar muitos esclarecimentos, que o amor e a arte são exemplos de meios desse tipo, uma vez que se desenvolvem de maneira crítica aos meios tecnizados.

2) Se os códigos possuem valores positivos e negativos, resta saber que mecanismos operam no sentido de selecionar um ou outro valor. Tais mecanismos são os programas<sup>19</sup>, estruturas dos meios que definem essa tendência. Os programas do meio “verdade” são as teorias e métodos; do “poder”, as leis e decisões dos tribunais; do “dinheiro”, os preços; etc. Da mesma forma que códigos não se cruzam, programas também não (não se decide pelo “legal” a partir do “muito caro”, por exemplo). À diferença dos códigos, porém, não é possível determinar precisamente quais programas levarão a que valor. Os conteúdos que os definem não só contêm muitos elementos de contingência (as decisões do juiz, as formações de consensos científicos, a oferta de crédito, etc), como também são mais susceptíveis a influências externas (uma decisão política que influi no preço de produtos, por exemplo). Isso faz dos programas estruturas abertas e variáveis.

3) É importante ter em mente que os valores dos códigos não podem ser tratados de maneira simétrica. Se é verdade que a distinção sim/não permite a reflexividade da comunicação pela rejeição, é também verdade que meios simbólicos generalizados foram construídos através de sucessos comunicativos recorrentes, o que indica uma preferência destes pelo valor positivo. A própria estrutura dos códigos demonstra essa proposição na medida em que o valor positivo é utilizado como justificativa para cada um dos valores: isso é legal porque é legalmente válido, ou ilegal porque legalmente válido; chega-se ao verdadeiro ou ao falso

---

<sup>18</sup> Não é possível portanto, no cenário moderno, pensar em uma estrutura similar à “conversão de capital” de Bourdieu (2002), nesse caso.

<sup>19</sup> Iremos falar dos programas novamente no capítulo 2.

pelos critérios da verdade; aquilo que fala sobre o bom e o mal é algo bom; etc. “O código, por assim dizer, autoriza a si mesmo a operação sem ter que recorrer a valores mais superiores”(Luhmann, 2006, p 288).<sup>20</sup> Luhmann denomina esse processo de “autocolocação” dos códigos em seus valores, e argumenta que esse processo não é tematizado, permanecendo apenas latente. Essa afirmação do autor, na nossa visão, estabelece um limiar de reflexividade que a comunicação produz dentro dos meios simbólicos generalizados, e tal fronteira é colocada justamente para se poder pressupor a existência de uma base comum para se estabelecer distinções futuras. É possível, dentro de um meio, questionar, por exemplo, a verdade ou falsidade dos enunciados e, em um segundo nível, tematizar o critério de verdade ou falsidade dos mesmos (nas ciências sociais os exemplos são variados: textos sobre métodos de se fazer ciência; críticas à metodologias específicas; a abordagem da construção histórica da verdade (ou da falsidade); a abordagem da autoridade daquele que escreve; críticas às idealizações da verdade (ou da falsidade) pela ciência; etc). Porém, não é possível questionar, dentro do meio simbólico da “verdade”, que todas as contribuições feitas tentam trazer, de uma forma ou de outra, uma verdade, e não outro valor pertencente a outro meio (um pagamento, um projeto de lei, uma obra de arte, uma declaração de amor). O mesmo se aplica ao âmbito comunicativo de outros meios simbólicos.

4) Uma característica importante sobre os meios de comunicação simbolicamente generalizados é sua capacidade de produzir confiança ou desconfiança<sup>21</sup> através da valorização ou desvalorização de seus símbolos. Luhmann (2006) chama o primeiro caso de “inflação” dos meios e o segundo caso de “deflação” dos meios. Uma inflação no meio da verdade ocorre, por exemplo, quando se produz uma teoria (símbolo) que se pretende universal e que, no final, não encontra aplicabilidade; no meio do dinheiro, quando há aumento de preços (indicando a menor valorização do meio de troca); no meio do poder, quando se fazem promessas políticas que não se cumprem. Esses são casos mais comuns. As deflações, por outro lado, segundo o autor

---

<sup>20</sup> Aqui há uma clara divergência em relação a Habermas (2007): para este, no caso do direito, não há uma autolegitimação valorativa do código do direito por ele mesmo (o que leva a Habermas a considerar a perspectiva luhmanniana positivista), mas sua constante revalidação social através de experiências comunicativas no mundo da vida, que levam à possibilidade de se chegar ao consenso pela forma democrática do direito.

<sup>21</sup> O tema da confiança aparece em outras abordagens sociológicas contemporâneas. Cf, por exemplo, Anthony Giddens – As consequências da modernidade (1991).

(Luhmann, 2006), ocorrem de maneira mais localizada, atuando como mecanismos de correção (no meio da verdade, a insistência da empiria contra as teorias gerais; no meio do poder, os movimentos de regionalização da política; no meio dos valores, o fundamentalismo religioso; etc). Isso leva ao argumento de que a tendência desses vários meios é pela inflação, ou seja, pela desvalorização de seus símbolos. Porém, não só a confiança nestes como também a confiança na confiança dos outros cria nestes meios uma crescente tolerância à inflação, permitindo que mantenham suas operações.

É importante distinguir os meios de comunicação simbolicamente generalizados dos subsistemas sociais formados por eles. Não podem ser considerados sinônimos, ainda que muitas das dinâmicas operativas expostas aqui sobre os meios sejam válidas para os sistemas. Os primeiros surgem antes e podem ou não formar um ou mais sistemas correspondentes. Para Luhmann, dois critérios são determinantes na formação de sistemas: em primeiro lugar, o meio precisa desenvolver um código próprio para poder se distinguir de outras codificações em seu ambiente. Além disso, como foi dito, é preciso que o meio tenha a capacidade de tecnização; isto é, uma vez estabelecido um código, deve ser possível passar de um lado a outro sem maiores dificuldades (sem restrições valorativas externas). Em segundo lugar, o meio em questão deve ser capaz de circular, isto é, de possibilitar, embora não controlar ou prever, comunicações futuras que pressuponham o seu uso passado. Nesse sentido, para Luhmann, o dinheiro e a verdade formam sistemas porque um pagamento feito é condição para um pagamento futuro, e pode-se partir de verdades estabelecidas para se chegar a outras; a arte, no entanto, não possui capacidade significativa para concatenar comunicações (embora ele não explique o porquê disso em *A sociedade da sociedade*). É importante reter aqui que Luhmann não acredita em uma crescente diferenciação social da modernidade, como em um modelo de racionalização weberiano, por exemplo. Ao contrário, há uma assimetria de sistemas funcionais, uns predominam mais do que outros.

A sociedade não cresce como fermento, não se torna uniformemente maior, mais diferenciada, mais complexa, como as teorias do progresso do século XIX pensaram, as quais poderiam pensar assim, porque concebiam a sociedade apenas como um sistema econômico. Por outro lado, a sociedade torna mais complexas algumas áreas de funções e deixa outras se atrofiarem (Luhmann, 2006, p 306)

## Capítulo 2 - Sistemas

### I – O que é um sistema?

Quando falamos sobre sistemas, seja de que maneira for, cria-se a impressão de uma entidade organizada e controladora, à semelhança das burocracias weberianas. O leitor, geralmente, recorre a definições prévias, geralmente as de senso comum, que entendem o termo a essa maneira de uma totalidade rígida que estabelece controles sobre os mais diversos processos (como um sistema operacional de computador, por exemplo). Para fugir a essas impressões, gostaríamos de iniciar esse capítulo com uma definição, breve mas importante, sobre sistemas, com foco particular nos sistemas de comunicação (sistemas sociais).

Em um texto relativamente conhecido, Dirk Baecker (2001) argumenta sobre o significado dos sistemas para a análise social e expõe muito das características prévias destes que não são mencionadas por Luhmann. Em primeiro lugar devemos lembrar que, da perspectiva da teoria dos sistemas, o mundo é um espaço dotado de uma complexidade inalcançável, pois se constitui de vários elementos não conectados entre si. Sendo assim, não é possível ordenar as coisas de uma maneira verdadeira ou correta, todas as conexões possíveis são arbitrárias. Os sistemas surgem, nesse sentido, na tentativa de ordenar um estado de caos. Porém, eles não são dotados de uma ferramenta mágica para isso, seu único critério é a arbitrariedade. No caso de sistemas de comunicação, Baecker (2001) chega a dizer que temos que esperar que as causas efetivem seus efeitos e que os efeitos sejam causados pelas suas causas. Dito de outro modo, a relação entre causa e efeito é estabelecida, criada e produzida, e não dada ou descoberta. Diante de infinitas possibilidades de conexão entre elementos, os sistemas precisam assumir que há, ao mesmo tempo, sobre e sob determinação; ou seja, ao mesmo tempo muitas e poucas causas e muitos e poucos efeitos. Sistemas reproduzem-se constantemente através dessas conexões. Luhmann (2006) trabalha com a ideia de sistemas operacionalmente fechados: isso significa dizer que as operações do sistema são possibilitadas por elas mesmas, recursivamente. Elas formam estruturas que permitem reconhecer e repetir operações já produzidas anteriormente.

Essa aparente ambiguidade de sobre e sob determinação de causas e efeitos é o que, a nosso ver, distingue o conceito de sistema teoricamente fundado das percepções do senso comum, por duas razões: primeira, não se trata de se estabelecer um controle daquilo que é dado, mas daquilo que é contingente. Segunda, se existe contingência, a análise dos sistemas sociais deve incluir também em sua agenda a investigação do contingente, isto é, não só de

como as coisas são feitas, mas como poderiam ser feitas de maneira distinta. Sistemas são, nesse sentido, novamente, reflexivos. Retomando uma proposição do capítulo anterior e do próprio texto de Baecker, os sistemas de comunicação devem estar atentos não só à mensagem que é selecionada, mas ao conjunto de possibilidades de seleções. No caso de sistemas sociais, isso torna-se uma tarefa ainda mais difícil pelo fato desse conjunto de possibilidades ser mais indeterminado. Ele depende, argumenta Baecker, não só da influência dos meios de comunicação e dos códigos sociais, mas de eventos cotidianos em que pessoas são confrontadas com as mais variadas situações.

Um exemplo do próprio Luhmann ajuda a deslocar a definição de sistema para além da imaginação burocrática: o tratamento do desnível de complexidade feito pelos sistemas sociais (isto é, suas estratégias para se criar ordem a partir do caos) não consideram somente um ordenamento material de itens. Luhmann coloca que rituais religiosos executam essa mesma função na medida em que traduzem incertezas externas em um esquema interno dotado de sentido. Não se trata somente, então, de encontrar causas e efeitos em uma dimensão técnico científica, mas em uma dimensão simbólica de significado<sup>22</sup>.

Se pudermos, pois, sintetizar uma definição prévia do conceito de sistema, diríamos que trata-se de uma relação produzida entre elementos inicialmente contingentes a fim de se produzir uma ordem a partir do caos. Ou, nos termos de um autor citado por Baecker: “o sistema é a caixa branca que emerge a partir da interação entre duas caixas pretas” (Glanville, 1979, 1982 apud Baecker, 2001, p 60).

---

<sup>22</sup>Aqui, o papel dos sistemas nos lembra muito o de uma eficácia simbólica, no sentido de Lévi-Strauss (1975) em um texto de mesmo nome: ao ver uma mulher se deparar com dificuldades no parto, o xamã, por meio de um canto, traduz esse problema, a princípio fisiológico, em uma linguagem de sentido referente às crenças daquela cultura, fazendo com que a mulher em trabalho de parto compreenda as dificuldades e, assim, por meio de uma indução psicológica, espera-se uma cura e o retorno ao fluxo normal do parto. Aqui, o corpo fisiológico seria o análogo do caos e a cultura daquele povo o análogo do sistema. Em caso de sucesso, podemos dizer que o canto do xamã atuou como uma operação do sistema que construiu uma caixa branca, uma relação de causa e efeito plausível para aquela cultura que permitiu a reação psicológica da mulher no parto.

## II – O objeto de estudo da teoria dos sistemas: a diferença sistema/ambiente

Ouve-se com frequência que Luhmann é um autor pertencente à teoria dos sistemas, e logo imagina-se que seu objeto de estudo são sistemas sociais. Isso é verdade em um certo sentido. Porém, tal classificação ajuda a reforçar o equívoco de que o autor utiliza uma categoria rígida e inadequada. Portanto, devemos colocar de um ponto de vista mais teórico no que consiste a teoria luhmanniana e afastar, uma vez mais, as pré-noções do senso comum: ela trata não dos sistemas sociais em si, mas da diferença entre sistema e ambiente. A identidade do sistema é produzida apenas através da diferença com seu ambiente, de forma que, sem ela, aquele não seria capaz de realizar suas operações porque perderia a sua diferença fundamental. Isso significa dizer que, no processo de diferenciação dos sistemas, há alguns pressupostos fundamentais (Luhmann, 2016), algumas condições de possibilidade que, no entanto, não são diferenciadas juntamente com os sistemas. Um exemplo importante é a categoria de pessoas<sup>23</sup>. Pessoas são condições de possibilidade para o funcionamento e diferenciação dos sistemas sociais, porém, elas não fazem parte desse sistema, mas de seu ambiente. Além disso, o sistema se baseia em uma realidade contínua que pressupõe como externa à diferença sistema/ambiente, isto é, que não atenta para seus limites, como as realidades físicas, químicas e psíquicas (o Sol e o oxigênio são necessários para a política ou a arte, por exemplo). O sistema pressupõe que estas realidades externas ajam no sistema e também, no caso das pessoas, que ajam para si mesmas no ambiente social sem que considerem esse limite.

Nesse ponto há uma semelhança e uma diferença importante entre Luhmann e Durkheim: para ambos a diferença entre indivíduo e sociedade não se trata apenas de uma diferença de grau, mas de princípios epistemológicos e de realidades distintas. Luhmann (2016) argumenta que a decomposição de processos sociais não se depara com a consciência como unidade última deste; ou seja, trata-se de uma realidade, como diria Durkheim, *sui generis*. Porém, enquanto Durkheim considera a sociedade como uma realidade que se sobrepõe ao indivíduo e o coage, sendo este, portanto, parte da realidade social, mas situado em uma posição inferior, Luhmann evita uma hierarquização desse tipo ao colocar o indivíduo (as pessoas) fora do sistema social e, com isso, aquilo que em Durkheim aparece enquanto desnível de complexidade vertical se transforma em Luhmann em diferença de complexidade horizontal.

---

<sup>23</sup> Luhmann prefere “pessoas” a “sujeitos” para evitar a superestimação na tese da subjetividade da consciência (Luhmann, 2016).

Na teoria luhmanniana tanto a realidade social quanto a realidade da consciência (das pessoas) são extremamente complexas, e por isso torna-se impossível uma ser abarcada pela outra. Considerando que a diferença sistema/ambiente tem como um de seus pressupostos possibilitar a redução de complexidade, não nos surpreende porque as pessoas foram colocadas fora do sistema social: a realidade de suas consciências não pode ser compreendida totalmente. Antes, o sistema deve considerar apenas aqueles aspectos da consciência que possibilitam o seu funcionamento.

Colocar as pessoas como elementos externos aos sistemas possibilita um ganho teórico no que diz respeito à questão da agência. “Como fazem parte do ambiente do sistema social, os seres humanos recebem maior liberdade (maior complexidade) do que os papéis sociais, normas e estruturas permitiriam” (Vanderstraeten, 2005, p 474). Não há, portanto, nem uma coerção social que conduz os indivíduos a agirem de determinada maneira, ao estilo de Durkheim, e nem uma apreensão analítica das formas de agência a partir do sistema social, como no caso de Parsons.

O paradigma da diferença sistema/ambiente traz duas consequências para as questões referentes a distinções entre o real e o analítico: em primeiro lugar, toda a classificação de acontecimentos e elementos no mundo deve levar em conta que estes pertencem a um ou mais sistemas ou ao ambiente de um ou mais sistemas. Não há, nesse sentido, uma existência ontológica de um objeto, evento ou ocorrência a um sistema ou outro, há apenas uma pluralidade de existências atribuídas a partir da diferença sistema/ambiente. Isso nos leva à segunda consequência: toda a atribuição é feita a partir de um sistema específico. É sempre um sistema que classifica se determinada coisa pertence a ele ou a seu ambiente (ambiente que inclui outros sistemas). Até mesmo a diferença sistema/ambiente não pressupõe um meta-observador, mas um sistema capaz de observar o “mundo” (*Welt*) e, a partir disso, constatar que o que se chama de mundo é uma constituição de diferentes distinções entre sistema e ambiente. Porém, não se trata de uma perspectiva de um relativismo radical. “Seu ou/ou não é absoluto, é, antes, somente relativo ao sistema, mas, mesmo assim, objetivamente” (Luhmann, 2016, p 204). O mundo, na teoria luhmanniana, não pressupõe uma unidade material apreensível; sua apreensão se faz apenas através de diferenças. Nesse sentido, argumenta Luhmann (2016), o mundo é multicêntrico, com cada uma das diferenças integrando umas às outras em seu sistema ou em seu ambiente.

A diferença sistema/ambiente, como já dissemos, é relativa a um sistema e, portanto, o ambiente se constitui como um estado de coisas referente ao sistema (Luhmann, 2016). Nesse sentido, o ambiente não é uma unidade, uma identidade e nem é capaz de realizar operações ou reconhecer o sistema. Ele é um horizonte que o sistema precisa observar a fim de planejar suas operações. Como foi dito, cada sistema consegue observar que, em seu ambiente, existem outros sistemas, e isso leva a uma diferença importante na teoria luhmanniana entre as relações sistema/ambiente e as relações sistema/sistema. No que se refere à questão da diferenciação social da modernidade, essa distinção é um ponto chave para estabelecer se as influências entre os diversos subsistemas se dão de forma direta, através da relação sistema/sistema, ou de forma indireta, na forma sistema/ambiente. Como cada sistema precisa realizar continuamente suas operações, e como cada sistema é ambiente para os outros, cada sucesso, alteração ou problema em um sistema torna o ambiente de todos os outros mais complexos, e vice versa. Trata-se de uma relação de mutualidade de influências com grau elevado de sensibilidade.

O desnível de complexidade constitutivo da diferença sistema/ambiente força o sistema a tratar esse desnível de maneiras diferentes conforme se esteja referindo a processos no ambiente ou no sistema (Luhmann, 2016). De modo geral, processos internos ao sistema são relevantes para este, e processos do ambiente são irrelevantes para o sistema. A consequência disso é um aumento simultâneo da dependência e da independência: dependência sobre elementos do sistema e independência sobre elementos do ambiente. Porém, argumenta o autor (Luhmann, 2016), justamente porque há um desnível de complexidade, muitas ocorrências do ambiente sobre o sistema são deixadas ao acaso, uma vez que este não consegue reagir de maneira ordenada a tudo o que acontece. Para Luhmann, no entanto, o acaso não é a mera sobra daquilo que o sistema não conseguiu tratar, mas faz parte do próprio processo de seleção do sistema para reduzir complexidade.

A diferença sistema/ambiente pressupõe também a diferenciação temporal do sistema. Da mesma forma em que, como dissemos no capítulo anterior, a diferenciação da linguagem a permite realizar encadeamentos temporais próprios, o mesmo processo acontece com os sistemas: o encadeamento de ocorrências passadas e futuras, no sistema ou em seu ambiente, é feito a partir da estrutura temporal do próprio sistema. Isso demonstra uma nova dimensão no desnível de complexidade entre sistema e ambiente, que se trata do desnível a respeito do tempo de reação. Um sistema não reage a uma ocorrência do ambiente no mesmo momento de seu acontecimento. Antes, ele consome tempo para selecionar as reações mais adequadas para isso e, nesse sentido, a quantidade de tempo torna-se um fator chave para se decidir os pontos de

contato com o ambiente. Por essa razão, na modernidade, argumenta Luhmann (2016), crescem os problemas de preocupação com a logística do tempo. É um exagero dizer, no entanto, que cada sistema possui seu próprio tempo. O sistema precisa constantemente manter a relação com seu ambiente, e isso também vale na dimensão temporal, de modo que se estabelece uma cronologia conjunta. O presente momentâneo é utilizado como base comum para se estabelecer distinções igualmente comuns entre passado e futuro, e é com base nelas que se podem diferenciar-se as estruturas temporais de sentido (isto é, as formas próprias que cada sistema conecta ocorrências passadas e futuras).

Podemos complementar o argumento de Luhmann e dizer também que a diferenciação funcional, considerando que é uma característica da sociedade moderna, tem como condição de possibilidade não apenas um padrão lógico de um tempo presente, mas um padrão social de tempo único para o ambiente social em sua totalidade. Renato Ortiz (1994) nos mostra como a integração espacial e temporal de cidades antes isoladas foi um fator crucial para se estabelecer um novo ideal de sociedade (o Estado-nação moderno). O advento do horário nacional, e posteriormente do horário mundial de Greenwich, é um traço característico da modernidade que marca o início de uma integração social que, depois, se estende a outros domínios (o da economia por exemplo, com a internacionalização do capital, como bem demonstrado nas análises de Marx). Portanto, se é verdade que os ambientes se diferem no que diz respeito à referência ao sistema, pode-se dizer que eles se assemelham ao compartilharem uma referência temporal única.

A diferença sistema/ambiente pode ser estabelecida através de vários critérios (selecionados pelo sistema). Luhmann aponta exemplos como perto/longe, amigo/inimigo e concorrente/cooperante. No que diz respeito aos sistemas sociais, porém, há algumas formas predominantes de diferenciação que, a cada período histórico, apresentam-se como as formas de diferença principais que guiam as outras diferenciações sociais. Tais formas são a diferenciação segmentar; diferenciação centro/periferia; diferenciação hierárquica e a diferenciação funcional<sup>24</sup>. Isso acontece porque, apesar das variações em que a diferença sistema/ambiente ocorre, há também pressões evolutivas que selecionam aquelas formas de seleção mais adequadas, isto é, aquelas capazes de gerar novas diferenciações do mesmo tipo.

---

<sup>24</sup> Ver item VI deste capítulo.

### III – Diferenciação sistêmica

Além da diferenciação sistema/ambiente, existe uma segunda forma de diferenciação que Luhmann (2016) chama de “diferenciação sistêmica”. Esta ocorre quando o sistema reaplica em seu interior o esquema diferenciador sistema/ambiente e, com isso, forma subsistemas também orientados pela diferença sistema/ambiente. A diferença, agora, é a de que o ambiente do subsistema não é aquilo que está externo ao sistema mais amplo, mas a própria totalidade do sistema no qual se insere (por exemplo: o sistema social, a sociedade, é um ambiente para cada um de seus subsistemas, como a economia, a política, o direito, etc); esse ambiente já possui uma complexidade reduzida e, por fim, trata-se de um ambiente de mesmo tipo operativo (um subsistema de comunicação não se forma em um sistema de pensamento, por exemplo, apenas em um sistema de comunicação). Esse processo de diferenciação sistêmica não é condição necessária para a formação do sistema, ele ocorre a partir do aumento de complexidade dentro de um sistema: aumento do número de elementos e de relações entre esses que são mais especificamente selecionadas. Diante disso, a diferenciação sistêmica funciona como um meio de redução de complexidade na medida em que cada subsistema lida com apenas uma parte da totalidade do sistema (Luhmann, 2016).

Deve-se atentar para o fato de que a diferenciação sistêmica não ocorre a partir de um planejamento feito pelo sistema social mais amplo, mas de seu próprio processo de autopoiese. O autor rejeita a distinção todo/parte, porque ela dá a impressão de que a junção dos subsistemas confere um sentido ou uma funcionalidade para o sistema total. Esse processo também é denominado por Luhmann (2016) de “formação sistêmica reflexiva”, e aqui a noção de “reflexividade” demonstra grandes similaridades com a noção do mesmo termo de Ulrich Beck (2012): em seu diagnóstico de época da sociedade contemporânea, Beck argumenta que as transformações sociais emergentes não estão ocorrendo através de ideologias, revoluções ou planejamentos de qualquer tipo, mas são consequências (inesperadas) do próprio desenvolvimento social. Da mesma forma, em Luhmann, a diferenciação sistêmica é consequência da própria reprodução social, e não de um planejamento gigante da divisão social. Em ambos, portanto, a reflexividade social tem um sentido de autoconfronto da sociedade com ela mesma. Pode-se compreender também o caráter não planejado da diferenciação sistêmica quando Luhmann argumenta que a totalidade do sistema social, mediante esse processo, é reconstruída dentro do sistema a partir de cada subsistema de modo distinto.

Assim, o sistema social moderno da sociedade é ao mesmo tempo: sistema funcional político e seu ambiente no interior da sociedade, sistema funcional econômico e seu ambiente no interior da sociedade, sistema funcional científico e seu ambiente no interior da sociedade, sistema funcional religioso e seu ambiente no interior da sociedade, e assim por diante (Luhmann, 2016, p 218).

O processo de diferenciação sistêmica tem um importante papel na teoria luhmanniana de explicar orientações sociais voltadas ao ambiente externo da sociedade e orientações sociais voltadas à sua própria estrutura. Isso retoma o argumento anterior de que a diferenciação social pode ser concebida como indiferença crescente em relação ao ambiente ao mesmo tempo que aumenta a sensibilidade com processos internos ao próprio sistema. Não se deve entender disso, no entanto, que o sistema se torne isolado do ambiente. O que ocorre, na verdade, é que o filtro de informações, em vez de ser mediado primordialmente pela fronteira externa do sistema (como em alguma ideologia ou narrativa totalizante), é agora mediado pelas fronteiras do subsistema, que selecionam os elementos do ambiente externo de acordo com seus próprios critérios. Vê-se que, então, o que se chama de indiferença ao ambiente não tem nada a ver com isolamento. Significa apenas que não são mais critérios do ambiente que orientam o processo de diferenciação. O exemplo dado pelo autor entre transições sociais de sociedades orientadas por seu ambiente e sociedades orientadas por seus próprios esquemas internos ajuda a clarificar a explicação: Luhmann (2016) argumenta que um sistema social verticalmente orientado, estratificado, adota um tipo de diferença guiado por pessoas (pessoas são, lembrando, elementos externos à sociedade): seu local de nascimento destina-a a viver sob uma certa camada. Com a passagem para a diferenciação funcional, o esquema de diferença é orientado pelos problemas funcionais da própria sociedade e, com isso, de acordo com o autor, a orientação da diferença pelo ser humano passa a se tornar ideológica.<sup>25</sup> A diferenciação sistêmica também aumenta a capacidade de estabelecer pontos de contato com o ambiente. A reação dos sistemas ao

---

<sup>25</sup> Algumas afirmações sociológicas, partindo de outras premissas, corroboram a posição de Luhmann: Richard Sennet (2004), por exemplo, analisa a transformação do modo de construção da carreira individual, de uma sociedade monárquica para a moderna. Enquanto na primeira a regra para a ocupação de cargos no governo e em outras áreas obedecia ao princípio estamental ou de herança (orientação pelo ambiente), a passagem para a modernidade inaugura um novo tipo de lógica que o autor chama de “carreiras abertas ao talento”: os critérios de seleção para a ocupação de cargos não mais estariam ligados à posição social da pessoa, mas às suas capacidades técnicas para executar determinado trabalho (orientação pela necessidade do sistema).

ambiente se faz de acordo com as estruturas do primeiro, isso é, o que o sistema seleciona como ponto de contato e o que ele ignora. Considerando sistemas sociais, movidos pela comunicação, o autor dá o exemplo da linguagem (Luhmann, 1989): não se pode dizer tudo de uma só vez; frases e palavras são apenas compreendidas mediante referência a seus usos anteriores. Por conta dessa restrição, o sentido do mundo pode ser captado apenas momentaneamente e de maneira seletiva. Mencionando Husserl, Luhmann diz que o mundo aparece como horizonte de possibilidades, e não como uma coleção de coisas existentes. Nesse sentido, quando o sistema social forma subsistemas, ele incrementa a sua capacidade de estabelecer sentido ao mundo na medida em que aumenta seus pontos de contato, ou seja, aumenta sua capacidade de ressonância. Porém, com esse processo, a ressonância do sistema é incrementada apenas através de operações independentes umas das outras. De um ponto de vista mais técnico, é impossível dizer que “o” sistema ganha mais capacidade de ressonância ao ambiente porque sua unidade indica apenas o aglomerado de operações independentes feitas pelos seus subsistemas. Nos debates que Luhmann faz sobre a questão ecológica e no qual tenta rejeitar ideias simplistas do tipo “vamos mudar nossa forma de produção!” ou “vamos mudar nossa mentalidade sobre o meio ambiente!”, ele demonstra que ideias desse tipo pressupõem que o sistema social inteiro possa reagir de maneira unívoca e imediata aos perigos ecológicos, ou seja, desconsideram que o lugar principal em que tais aclamações por mudança são realizadas se dá nos subsistemas sociais, e de maneira desigual para cada um deles (por exemplo, é mais simples formular leis e tratados de proteção ao meio ambiente, como o Protocolo de Kyoto, do que alterar o modo de produção econômico para formas não agressivas ao meio ambiente).

#### **IV – Códigos e programas dos subsistemas**

Vamos reintroduzir a questão dos códigos binários e dos programas, mas tendo em vista agora os subsistemas sociais. Alguns apontamentos podem ficar repetitivos com o que já dissemos no capítulo anterior, porém, eles servem de apoio para mostrar outros aspectos não mencionados.

Os códigos binários são mecanismos criados pelo sistema para reduzir as possibilidades de processar a comunicação em duas alternativas possíveis, uma positiva e outra negativa. Só se observa outros sistemas através de um código criado pelo próprio observador. Eles consistem em abstrações (Luhmann, 1989) aplicáveis somente em um domínio social específico, o qual reclama pretensão de validade universal. Luhmann não ignora a influência de valores externos nos diversos códigos de subsistemas. Se há um valor positivo e um valor negativo para os

códigos, há mecanismos que regulam a alocação para um ou outro lado, que são os chamados programas. Os programas funcionam, para utilizar os termos de Weber, como os interesses culturais que guiam a adequação de um sistema a uma demanda externa específica. A questão do meio ambiente, por exemplo, pode incitar o subsistema do direito (que opera com o código legal/ilegal) a incorporar no seu código a violação à natureza, como um valor “ilegal”.

Os códigos dão novamente a impressão de que os subsistemas vivem em estados de completo isolamento, e esse é um olhar talvez bastante comum feito pelos leigos em teoria luhmanniana que a torna não atrativa. Gostaríamos de ressaltar que essa visão se trata de uma leitura equivocada que não leva a sério as relações entre interdependência e autonomia, mas colocam ambos os termos de maneira conflitiva, como se não houvesse outra alternativa possível: “ou a sociedade é separada, ou a sociedade é integrada”. Luhmann é um autor que leva a sério as relações entre autonomia e não autonomia; dependência e independência; etc, e por isso consegue construir um modelo original de teoria que incorpora ambas as posições de uma maneira teoricamente bem fundamentada.

Como os sistemas de função não são diferenciados em regiões do ser, coleções ou por meio de pontos de vista unificados, mas por meio de diferenças, é possível um alto grau de dependência recíproca. Tais dependências são muitas vezes interpretadas como restrições à autonomia se não como sintomas da reversão da diferenciação. Na verdade, o contrário é o caso. A diferenciação funcional promove a interdependência e a integração de todo o sistema porque cada sistema de função deve assumir que outras funções devem ser preenchidas em outro lugar. Este é precisamente o objetivo do código binário: diferenciar seus próprios domínios de contingência e seus próprios procedimentos para criar diferenças através de diferenças - e não essencialmente para diferenciar ordens exclusivas de existência. As operações podem, portanto, mudar muito rapidamente do legal para o político ou do científico para o código econômico. Esta possibilidade não nega a diferenciação do sistema. Em vez disso, ela é possível apenas com base nisso. (Luhmann, 1989, p 42-43).

Não se trata de reafirmar o antigo funcionalismo, ao estilo da solidariedade orgânica de Durkheim. Para Luhmann, termos como “dependência” ou “integração” não possuem um significado que aponta para a harmonia do sistema. Eles indicam, em vez disso, que a sociedade moderna está integrada a um tal nível que praticamente qualquer parte dela pode influenciar todas as outras sem que se saiba o que ocorrerá desse processo, acarretando em uma configuração social de risco. O desafio da sociedade moderna sempre foi, nesse sentido, tentar promover suficiente desintegração (Luhmann, 2006) para evitar tais riscos. Porém, não se pode

ver a integração como simples questões de risco. Há também um caráter funcional: ao mesmo tempo, ela permite uma certa coordenação do desenvolvimento social (exemplo do autor (Luhmann, 1989): a pesquisa científica viabiliza economicamente a construção de usinas nucleares a partir de uma decisão política legalmente fundamentada). Ou seja, não se pode interpretar a influência de cada um dos sistemas um nos outros como mero acaso. A diferenciação sistêmica permite o desenvolvimento da modernidade ao mesmo tempo que a coloca em risco.

Faremos uma breve descrição dos códigos e dos programas de cada um dos subsistemas sociais mencionados por Luhmann em *Ecological Communication* (1989) (a exposição sobre o subsistema dos meios de comunicação será reservada para o próximo capítulo). Vale lembrar que isso não esgota a exposição de todos os subsistemas sociais existentes: há, como dissemos, subsistemas sociais mais simples que não são codificados de maneira binária.

1) Economia: designa o subsistema no qual estão envolvidas operações diretas ou indiretas feitas com pagamento de dinheiro.

Código: pagamento/não pagamento.

Programa: preços. O critério do ambiente que estimula a realização de pagamentos são necessidades pessoais. Porém, sendo um sistema fechado, a economia não manifesta essas necessidades em sua forma pura; antes, as traduz na linguagem própria dos preços.

2) Direito

Código: legal/ilegal.

Programa: Normas legais. A abertura do sistema no caso do direito revela-se em seu modo de operação interpretativo de tais normas. A “cognição”, argumenta Luhmann (1989), é o fator do ambiente que irá decidir se determinada norma irá para um ou outro lado do código.

3) Ciência

Código: verdadeiro/falso

Programa: Teorias e métodos. A explicação de erros, diz Luhmann (1989), é colocada fora de critérios ideológicos, cognitivos ou que façam referência ao produtor de uma determinada proposição. Ela deve ser feita a partir do programa, isto é, deve-se explicar os

erros de uma teoria com base nela mesma e em seus métodos, ou com base em outra teoria e seus métodos.

#### 4) Política

Código: governo/oposição. O código da política é atrelado à centralização do poder político no Estado, isto é, à ocupação de cargos nessa instituição (posições em ministérios, no parlamento, etc). A distribuição desses cargos é o que determina o código do sistema político. É importante ressaltar que Luhmann não reduz a política, em sentido amplo, ao Estado. Movimentos sociais, por exemplo, são considerados “políticos” desde que tenham o objetivo de influenciar as decisões feitas no âmbito do Estado.

Programa: Eleições. A abertura do sistema se mostra, por exemplo, nas influências dos próprios candidatos para mostrarem a seus eleitores como irão governar, e na própria influência de fontes externas para convencerem a população a votar em um ou outro candidato.

#### 5) Religião

Código: transcendente/imanente

Programa: regras das escrituras sagradas (funcionam como forma de acesso ao transcendente).

#### 6) Educação

Código: seleção social/não seleção social<sup>26</sup>. O código da educação é ligado ao papel de realizar seleções sociais de diversos tipos, como tirar notas boas ou ruins, ser elogiado ou repreendido, avançar ou não em séries escolares, graduar-se ou não, etc. Por isso, sintetizamos esses diversos níveis descritos pelo autor no termo “seleção social”. Esta, por sua vez, conecta-se à necessidade de desenvolver uma carreira (Luhmann, 1989), que é um elemento necessário às pessoas para que elas tenham acesso a muitos outros sistemas. Isso confere ao sistema educacional um papel chave, uma vez que atua, nos termos de Durkheim (2012), como uma “antessala” para se adentrar o mundo social.

---

<sup>26</sup> Luhmann indica explicitamente em *Ecological Communication* (1989) o código de todos os subsistemas que analisa, mas não coloca o código referente ao sistema de educação. A partir do seu argumento sobre a função do subsistema e de suas conclusões, porém, torna-se possível projetar sugestões para o código, a qual sugerimos acima.

Programa: conteúdos a serem aprendidos. É através dos programas educacionais que a ressonância em outros sistemas a partir da educação pode ser aproveitada. Ao se exigir que conteúdo A ou B torne-se importante para seu código, para seleção de carreira nos mais diversos níveis, este terá de ser aprendido se as pessoas desejarem ingressar em outros sistemas. De maneira um tanto irônica, através de um processo contingente (dizer o que ou não deve ser aprendido), o conteúdo se torna importante porque se generaliza.

Para cada um desses subsistemas sociais, problemas relacionados ao ambiente externo da sociedade (Luhmann discute especificamente problemas do meio ambiente, mas poderia ser qualquer outro) produzem, ao mesmo tempo, muita e pouca ressonância, dependendo do nível do sistema em que se está falando. Por um lado, eles influenciam a sociedade de maneira insuficiente quando são emitidos em comunicações descoordenadas, fora de subsistemas (pela opinião pública, por exemplo: clama-se por preservação à natureza, sem que tal apelo seja traduzido na linguagem dos subsistemas). Por outro lado, eles podem produzir uma influência grande se conseguirem se ajustar às demandas programáticas de cada sistema. Como os subsistemas são dotados de um alto grau de interdependência, o sucesso da incorporação de um problema inicialmente externo em um deles (leis ambientais, por exemplo) irá desencadear efeitos em todos os outros ou em muitos dos outros, obrigando-os a igualmente considerarem esse problema em suas operações.

Novamente, há uma impressão aqui de racionalização social e de formação de rigidez estrutural conforme o processo de diferenciação funcional se realiza. Porém, trata-se do oposto: os programas que regem os códigos dos subsistemas tornam-se mais contingentes. Por exemplo, há a redução de tempo e a incerteza do futuro na ocupação de cargos políticos uma vez que não se organizam por uma lógica hereditária; verdades estabelecidas e mantidas podem mais facilmente ser falseadas; a variação de preços na economia não está sujeita a decretos arbitrários; etc. Além disso, a contingência aparece na complexificação geométrica da sociedade. Em formas hierárquicas ou regionais de diferenciação, é possível distinguir um centro a partir do qual um fluxo comunicativo emana. Isso se perde na estrutura funcionalmente diferenciada da modernidade. As relações de causalidades de um sistema em outro podem vir de qualquer lado.

Após expor a questão dos códigos e dos programas, retomaremos brevemente a questão da diferença sistema/ambiente enquanto uma distinção relativa ao sistema. Gostaríamos de acrescentar que esse pressuposto inclui a própria teoria dos sistemas: esta justifica a sua própria

posição de fala não como uma observação externa à sociedade, mas como uma observação interna, resultado de operações que ocorrem no subsistema social da ciência. Com isso, a teoria dos sistemas restringe e, ao mesmo tempo, define precisamente seus objetivos: fornecer uma descrição da sociedade que não se atrele a valores (códigos) externos característicos de outros subsistemas sociais. A teoria, enquanto elemento da ciência, deve se ater ao código da “verdade”, e não à “justiça”, à “salvação” ou à “ação”.

### **V – Acoplamento Estrutural**

Os acoplamentos estruturais são mecanismos pertencentes a mais de um sistema, eles integram os sistemas dos quais fazem parte a fim de possibilitar seu funcionamento operativo. A condição de existência da qual se fala aqui se refere a um nível material, àquele pressuposto que tínhamos descrito de que o sistema precisa considerar uma realidade física que o transpõe e que permite seu funcionamento. Os acoplamentos estruturais são os meios pelos quais os sistemas permitem-se ser “irritados”, influenciados por seu ambiente, enquanto ignoram ocorrências advindas de outros lugares. Ele funciona, ao mesmo tempo, como um mecanismo de abertura e de restrição ao ambiente. Tudo o que afetar o sistema que esteja fora do acoplamento estrutural só terá consequências para sua destruição, e não para sua reprodução. Os efeitos de fatores físicos do ambiente sobre a comunicação, como um incêndio ou um terremoto, são apenas destrutivos, não tomam parte na reprodução da comunicação a nível estrutural. No máximo, estimulam a circulação da comunicação ao tornarem-se temas para debates. É importante, portanto, considerar a diferença de realidades físicas: há aquelas que auxiliam mais diretamente na sua estrutura (os acoplamentos estruturais), e realidades físicas que atuam apenas como condição de possibilidade para a existência do sistema (as realidades físico-químicas) mas que não influenciam, de maneira geral, diretamente.

Considerando o sistema social, pode-se falar de acoplamento estrutural em dois níveis: o primeiro considerando a relação da sociedade como um todo com seu ambiente externo e o segundo considerando o ambiente interno da sociedade e seus subsistemas. No primeiro nível, há um acoplamento estrutural entre o sistema social, que opera por comunicação, e o sistema da consciência, que opera por pensamento, através do mecanismo da linguagem. O pensamento é condição de existência da comunicação: para haver comunicação, é preciso haver pessoas que digam coisas e uma consciência com percepção sensorial; porém, a unidade da comunicação não se constitui nem pela consciência e nem pelas pessoas. A linguagem funciona como o contínuo material entre essas operações distintas. Para Luhmann, a linguagem, entendida

enquanto acoplamento estrutural, não constitui um sistema próprio. Ela se reproduz apenas por meio de seu uso, tanto nos sistemas de consciência quanto nos de comunicação. Devemos lembrar que, mesmo no caso de acoplamentos estruturais, não se pode falar em transferência de operações de um sistema a outro, assim como Luhmann rejeita as transferências de mensagem. Comunicação e pensamento não atuam em sincronia, como se se falasse exatamente aquilo em que se está pensando. Em vez disso, seria mais adequado dizer que processos de pensamento afetam a performance comunicativa de maneiras complexas.

O segundo nível diz respeito a acoplamentos estruturais internos à sociedade, entre os subsistemas. Começamos aqui chamando a atenção para o reforço das questões de instabilidade e risco que esse conceito traz quando aplicado no ambiente interno da sociedade: Luhmann (2006) argumenta que existem inúmeros acoplamentos estruturais entre os subsistemas sociais, o que reforça seu argumento anterior de que, com o processo de diferenciação sistêmica, a sociedade torna-se altamente sensível para com suas dinâmicas internas. Cada um dos subsistemas pressupõe com vários outros uma continuidade material que garante o funcionamento de ambos, e nenhum deles possui uma importância privilegiada para se avaliar a totalidade do sistema. Citaremos alguns exemplos de acoplamentos estruturais colocados por Luhmann (2006), lembrando que eles não esgotam seu escopo de possibilidades: a) entre os subsistemas da política e do direito, a Constituição funciona como o acoplamento estrutural: ela permite, pelo lado da política, inovações no sistema jurídico e também, pelo lado do direito, a regulação das próprias ações na política; b) entre economia e política, o sistema tributário e o Banco Central funcionam como acoplamento estruturais: com eles torna-se possível sustentar o aparelho estatal e também regular o montante de dinheiro disponível em circulação<sup>27</sup>; c) entre direito e economia, o contrato e a propriedade funcionam como acoplamento estrutural: a regulação jurídica da propriedade é o que permite à economia desenvolver formas mais complexas (sociedades ou franquias, por exemplo) que não seriam possíveis de serem criadas apenas por meio de circulação de moedas e de mercadorias; etc.

O conceito de acoplamento estrutural permite a Luhmann substituir o esquema um tanto durkheimiano de diferença/integração por autopoiese/acoplamento estrutural (Luhmann, 2006),

---

<sup>27</sup> João Paulo Bachur (2013) faz uma crítica de acusações simplistas que colocariam Luhmann enquanto um defensor do liberalismo econômico, na medida em que, segundo esse raciocínio, a autopoiese do subsistema da economia significaria a não intervenção de outros subsistemas em sua lógica; no caso, o subsistema da política. Porém, o fato de ambos os subsistemas terem de contar com acoplamentos estruturais para se manterem em funcionamento permite rejeitar a associação de Luhmann a um autonomismo simplista e pensar, em vez disso, esse acoplamento enquanto possibilidade para um welfare state, por exemplo.

para indicar um raciocínio semelhante embora com diferenças vitais (o acoplamento estrutural pressupõe uma questão de risco que a integração não abarca, por exemplo).

## **VI - Formas de diferenciação dos sistemas**

Apesar de cada subsistema social possuir complexidades próprias não redutíveis uns aos outros, é possível identificar semelhanças estruturais que dizem respeito à forma dominante de diferenciação sistêmica. Cada sociedade, ao diferenciar-se, cria subsistemas de diversos tipos. Porém, em cada uma delas, há o que o autor chama de “formas de diferenciação dominantes” (Luhmann, 2006, p 484), isto é, uma forma de diferença-guia que orienta as diferenciações que uma sociedade sofre.

Luhmann identifica quatro formas sociais de diferenciação:

Diferenciação segmentária, caracterizada pela igualdade dos sistemas parciais da sociedade - sistemas que se distinguem ou a partir da descendência ou a partir das comunidades habitacionais, ou combinando ambos os critérios.

Diferenciação de acordo com o centro e a periferia: aqui admitimos um caso de desigualdade que transpõe - ao mesmo tempo - o princípio da segmentação e, portanto, prevê uma pluralidade de segmentos (casas familiares) em ambos os lados da nova forma. O caso não é totalmente realizado - embora, em certa medida, esteja preparado - quando, dentro de uma estrutura tribal, existem centros que só podem ser ocupados por famílias distintas [...]

Diferenciação estratificada, caracterizada pela desigualdade hierárquica dos sistemas parciais [...]

Diferenciação funcional, caracterizada tanto pela desigualdade como pela igualdade dos sistemas parciais. Os sistemas de funções são iguais em sua desigualdade. Daí a sua recusa em assumir qualquer prioridade da sociedade total nas suas relações recíprocas. Aqui não existe uma única desigualdade (como no caso do centro / periferia), nem uma forma da sociedade total para relacionar transitivamente todas as desigualdades, evitando as relações circulares inversas. Precisamente essas relações são agora completamente típicas e normais. (Luhmann, 2006, p 485-486)

Assim, para usar exemplos do autor, uma sociedade monárquica tem como diferença-guia a estratificação, mas a nobreza ainda se utiliza da diferenciação segmentária como forma de perpetuar sua endogamia e sua Casa e se diferencia de outras famílias. Da mesma maneira, uma sociedade funcionalmente diferenciada encontra desigualdades de classe que são cruciais para definir o acesso de pessoas a vários sistemas funcionais; porém, essas desigualdades são

interpretadas sob a referência da diferença-guia funcional, não constituem a estrutura social em si.<sup>28</sup>

As formas de diferenciação apresentadas por Luhmann não seguem um princípio evolucionista: não é possível determinar a partir do sistema social qual forma de diferenciação se tornará dominante. Além disso, não é possível falar, como no caso da teoria parsoniana dos sistemas, de uma crescente diferenciação. No esquema de Luhmann, a diferenciação em uma dimensão pressupõe des-diferenciação em outra. Ainda que, como o autor coloca, seja possível ordenar essas formas sociais a partir de seu nível de complexidade (lembramos, por exemplo, que a sociedade moderna, funcionalmente diferenciada, é marcada por um alto grau de integração), essa complexidade se realiza em um tipo específico: perdem-se diferenças e classificações que, em outras sociedades, eram importantes, para introduzir-se outras novas. A sociedade moderna não é marcada pela extensão de tribos “e” pela divisão em castas “e” pela diferença funcional. As duas primeiras formas sofrem regressões de complexidade pois não compõem a estrutura fundamental da sociedade moderna.

Essas formas dão um novo vigor à ideia de totalidade ou de unidade na medida em que um processo de diferenciação não se dá por formas aleatórias: é possível enxergar a unidade social a partir da sua forma de diferença dominante e derivar daí suas consequências (por exemplo, as consequências do alto grau de integração da sociedade moderna). Dito de outra forma: se, por um lado, não há um subsistema com perspectiva privilegiada para se analisar a sociedade como um todo, por outro, é possível observar as semelhanças entre os diversos subsistemas sociais para derivar daí uma forma mais ampla de estrutura.

---

<sup>28</sup> O argumento de Luhmann sobre as formas de diferenciação das sociedades gerou algumas ambiguidades interpretativas em temas como o da desigualdade social, por exemplo. Roberto Dutra Torres Junior (2014) nos mostra que a ideia luhmanniana da diferenciação é frequentemente mal interpretada porque sugeriria uma neutralização das desigualdades entre pessoas para o funcionamento dos subsistemas sociais. Porém, ele faz uma reinterpretação do argumento de Luhmann (com a qual concordamos) que visa juntar a ideia do “primado da diferenciação funcional” (Junior, 2014) com uma interpretação das desigualdades sociais: para resumir, Junior argumenta que os subsistemas, quando criam seus programas, visam reduzir a complexidade externa de cada uma das pessoas por meio da construção de “endereços sociais”, isto é, de padrões esperados de comportamento que se adequem a cada um dos subsistemas. Nesse sentido, reintroduz-se a ideia da desigualdade por meio da noção de “chances comunicativas”: a distribuição desigual dessas expectativas de comportamento no ambiente social.

### **Capítulo 3: o subsistema dos meios de comunicação**

Este capítulo trata de um subsistema social específico analisado por Luhmann: o subsistema dos meios de comunicação. Apesar de existirem inúmeros meios pelos quais a comunicação pode ser transmitida, Luhmann (2005) faz uma restrição conceitual a fim de tornar possível o estabelecimento de uma fronteira para o subsistema: em primeiro lugar, meios de comunicação referem-se a instituições da sociedade que empregam meios técnicos para difusão de comunicação (livros, rádio, televisão, etc) tendo em vista atingir um público grande, e, nesse sentido, um tanto indeterminado. A ideia por trás dessa restrição é a de que esse subsistema surge quando ocorre a produção em escala industrial de um produto portador da comunicação. Ficam excluídos, então, segundo o autor (Luhmann, 2005), os manuscritos que na Idade Média eram produzidos através do ditado e também eventos como conferências e palestras. Em segundo lugar, o subsistema pressupõe, de uma forma ou outra, a interrupção da interação direta entre participante e destinatário, uma quebra das chamadas relações face a face, o que dá ao sistema a possibilidade de reorganizar as comunicações de uma maneira que lhe é própria.

Nossa proposta nesse capítulo, além de apresentar a obra sobre meios de comunicação de Luhmann, é fazer algumas inferências gerais sobre como ela se relaciona com a nossa questão sobre a ordem social. No entanto, uma conclusão mais sistemática sobre o assunto, como foi colocado, é apresentada apenas no capítulo final.

#### **I - A ambivalência da realidade**

Todo subsistema social, ou melhor, toda condição de possibilidade de se falar sobre um subsistema social, pressupõe o exercício da observação de segunda ordem, de se observar o que outros observam e compreender que ordem social constroem para si mesmos. Em uma observação de primeira ordem, conseguimos apenas captar que um novo subsistema surge por percebermos a massificação de conteúdos impressos, noticiados, transmitidos, etc. Mas essa não é a ordem social dos meios de comunicação, são apenas os efeitos de suas operações. O entendimento da ordem social criada pelos meios de comunicação se dá apenas no momento em que mudamos a observação da primeira para a segunda ordem: de fato, coisas são produzidas em massa. Mas o que determina que o subsistema produza uma coisa e não outra? Para responder a isso, precisamos buscar os critérios inerentes ao subsistema para ver de que maneira ele constrói sua própria realidade. É nesse sentido que há uma “ambivalência” do real, como Luhmann nomeia a seção de seu texto (Luhmann, 2005): existe uma realidade de primeira ordem, composta pelas operações de produção de conteúdos em massa pelo subsistema dos

meios de comunicação, e uma realidade de segunda ordem, que diz respeito ao tipo de realidade que esse subsistema constrói com suas operações e, acrescentamos, a contribuição para a ordem social que essa construção da realidade promove.

## II - Código

Assim como em outros subsistemas, os meios de comunicação criam códigos que permitem o ordenamento de suas operações. Se os temas são apresentados pelo subsistema de uma maneira própria, é preciso para isso selecionar critérios que possibilitem a escolha ou a rejeição dos temas, bem como sua forma de apresentação. O código do subsistema dos meios de comunicação é informação/não-informação<sup>29</sup>. Portanto, o subsistema considera tudo aquilo que é informação como parte de si, e ignora o resto como parte do ambiente. Nesse ponto, no entanto, surge uma questão que se refere à generalidade dos termos do código. A informação, como havíamos visto anteriormente, é um componente presente em qualquer comunicação, diz respeito a uma seleção de possibilidades, sua participação por alter e sua recepção por ego<sup>30</sup>. Nesse sentido, todo sistema utilizaria a distinção informação/não informação de maneira subjacente a seus códigos principais. Onde estaria, então, a especificidade dos subsistemas dos meios de comunicação? Luhmann (2005) argumenta que é apenas esse sistema que reflete sobre essa diferença implícita para selecionar suas operações, e é nesse ponto, a nosso ver, que a observação de Filho (Luhmann, 2005) faz sentido: a informação de que os meios de difusão tratam precisa ganhar um complemento próprio que seja distinto do de outros subsistemas. No caso, o subsistema dos meios de comunicação trata a própria informação como critério, o que sugere a distinção informativo/não informativo.

---

<sup>29</sup> Vale colocar aqui as observações da nota do tradutor (Ciro Marcondes Fiho (Luhmann, 2005)): ele aponta que na opinião dos estudantes e professores de jornalismo, o código deveria ser “informativo/não informativo”, mas o mantém na forma que Luhmann apresenta por uma questão de fidelidade à tradução. Manteremos o original, mas usando algumas vezes a distinção sugerida para complementar o raciocínio. Outros autores também já sugeriram novas propostas para o código do subsistema: Aguado (2009) argumenta que Luhmann foca excessivamente em uma mídia de perspectiva orientada pelo jornalismo, o que o leva a sugerir o código mais abrangente orientado pela distinção “interesse/não-interesse”. Porém, a nosso ver, isso retira a relação principal que a mídia constrói com a ideia de tempo, isto é, com a constante produção de “novidades” e da reprodução do lembrar e do esquecer. Mas não é nosso propósito analisar em detalhes essas outras propostas, estamos apenas situando nossa perspectiva.

<sup>30</sup> Ver capítulo 2, item I.

Há ainda um outro fator particular ao subsistema dos meios de comunicação que ajuda a distinguir o caráter único da informação: trata-se de sua relação com o tempo. Uma informação só é informativa se aparece enquanto novidade, não podendo ser repetida. Quando se transforma em acontecimento, diz Luhmann (2005), rapidamente passa para o outro lado do código e vira não-informação. O subsistema opera, dessa forma, sempre buscando novas informações.

É necessário fazer uma rápida observação sobre o conceito de informação que não é explicitada por Luhmann e, no entanto, se não é feita gera a impressão de ambiguidade: por um lado, como dito logo acima, os meios de difusão produzem redundância de informação, permitindo que a mesma circule pelo ambiente social. Luhmann (2005) afirma, com efeito, que um sistema pode fazer com que uma informação produzida dentro dele circule entre seus subsistemas. Por outro lado, e em sentido contrário, como vimos anteriormente, não existe uma transferência de informação de um sistema a outro, ou de alter para ego. Como é possível algo circular mas não ser transferido? Aqui temos duas alternativas de resposta possíveis: podemos recusar a proposição de Mingers (1995) de que as seleções da comunicação são feitas dentro de um mesmo sistema e, com Vanderstraeten (2012), admitir que alter e ego sejam, em todos os casos, sistemas diferentes. Porém, isso fadaria toda a teoria sociológica luhmanniana ao fracasso, pois teríamos que admitir a possibilidade da transferência de informação de um subsistema social a outro, sendo que a teoria mostra constantemente a diferença de códigos, programas e critérios que permitem a diferenciação social da comunicação no cenário da modernidade. Então, vamos tomar um segundo caminho e distinguir entre circulação e transferência: Luhmann recusa a ideia de transferência no sentido de que ela pressupõe que algo se perde quando é transferido. A circulação, por outro lado, aponta Filho (2005), é um processo multiplicador, e nesse ponto podemos incorporar o princípio das três seleções comunicativas<sup>31</sup> que formam a comunicação: com a primeira seleção, a da informação, temos a mesma informação circulando. Porém, ela é participada de uma maneira particular, sofrendo uma segunda seleção de sentido. Por fim, ela é entendida de uma outra maneira, sendo esta a terceira seleção. Em resumo, o mesmo conteúdo é repassado, porém, não só ele é participado e entendido de maneiras distintas por vários destinatários e participantes (lembramos do exemplo do jogo do telefone sem fio) como também essa multiplicidade de sentidos não se perde no

---

<sup>31</sup> Ver capítulo 1, item I.

momento do repasse. Isso nos permite manter tanto as proposições de Mingers (1995) quanto as de Vanderstraeten (2012) sobre as formas de seleção da comunicação.

A busca por novas informações torna-se ainda mais acelerada se se leva em conta que os meios de difusão produzem redundância<sup>32</sup>, excesso de informação de maneira, poderíamos dizer, excessiva. Não demora para que uma informação se torne de conhecimento geral e perca seu valor informativo. Essa característica, Luhmann (2005) argumenta, produz uma disposição social para imprevistos e surpresas, mantendo a sociedade em alerta. Os meios de difusão se ajustam, nesse sentido, ao dinamismo igualmente acelerado presente em outros subsistemas sociais como a economia e a política, que frequentemente trazem novos conflitos ao ambiente social.

Trazendo o argumento para a nossa questão de pesquisa, é possível dizer que o subsistema dos meios de comunicação torna a percepção da ordem social mais elástica ao deixar a sociedade mais sensível a ocorrências do ambiente. As pessoas e os subsistemas preparam suas operações considerando que sempre há possibilidades de uma mudança de cenário, de forma que uma alteração no ambiente não seja equivalente a uma crise de anomia. Assim, por exemplo, se eu sei que o dólar pode subir ou cair, eu planejo meus investimentos considerando tal flutuação; se eu sei que pode ocorrer uma tempestade nesse fim de semana, posso adiar minha viagem; se eu sei que a sequência de um filme não será mais lançada, desisto das minhas expectativas sobre ele; etc. Se só podemos conhecer alguma coisa através dos meios de comunicação, e se os meios de comunicação utilizam como critério do “informativo” aquilo que é novo, não é nada estranho considerar que nossa percepção do ambiente e daquilo que é “ordem” já é muito acostumada com novidades que, ironicamente, por ocorrerem frequentemente, tornam-se padronizadas.

### **III- Programas**

Também como em outros subsistemas, os meios de comunicação contam com programas, critérios para selecionar entre um valor e outro do código de que utiliza. Os programas do subsistema dos meios de comunicação são a) notícias e reportagens, b) publicidade e c) entretenimento. Luhmann analisa cada um deles separadamente.

---

<sup>32</sup> Ver capítulo 1, item I.

### Notícias e reportagens

A especificidade que caracteriza as notícias e as reportagens enquanto um espaço próprio se dá pela profissionalização do jornalismo: o desenvolvimento de uma formação própria para isso, critérios de trabalho e também a credibilidade de que os jornalistas pesquisam as informações de maneira no mínimo suficiente para que não sejam apresentadas enquanto falsas. Os erros, assim, não são típicos e, quando ocorrem, faz-se uma justificativa. Nesse sentido, a notícia, em sua especificidade, guarda uma relação com a verdade (embora, como Luhmann aponta, muito diferente com a relação que a ciência estabelece com a verdade).

Em relação às notícias, Luhmann aponta algumas características que guiam, nesse campo do programa do sistema, a distinção entre informação/não informação. Estas são derivadas de dois princípios (Luhmann, 2005): 1) a informação deve aparecer enquanto surpresa e 2) a informação precisa ser compreensível.

a) *Dualidade entre o novo e o padrão*. Por um lado, toda a informação precisa ser nova, não é sugerível repetir notícias. Por outro lado, essa novidade precisa aparecer em contextos de acontecimentos que sejam familiares, senão sua interpretação seria impossível. Assim, por exemplo, noticia-se a subida ou queda do dólar, sabendo que todos os dias ele irá variar, ou a ocorrência de um terremoto, sabendo que eles ocorrem de tempos em tempos. Dito de outra forma, a informação dificilmente noticia algo totalmente novo. Sendo os meios de comunicação também meios de difusão, isto é, que expandem determinadas ocorrências para além de seu contexto local, eles expandem o horizonte cultural das pessoas para além daquilo que elas têm contato imediato. As pessoas se acostumam a vivenciar e agir sobre um ambiente que lhes aparece de maneira indireta. Porém, tal ambiente não aparece enquanto estranho. A pessoa toma mais contato com outras partes da sociedade que não necessariamente lhe interessam, o que poderia sugerir, à primeira vista, uma simples reação de indiferença dado que, como diz a segunda proposição da improbabilidade da comunicação<sup>33</sup>, quanto mais uma comunicação sai de seu contexto original, mais motivos um alguém fora desse contexto possui para recusá-la. Porém, não só vivemos sob a constante influência de um ambiente externo a nosso local de vida, como também aceitamos suas imposições comunicativas de maneira genuína. Nos preocupamos seriamente com bilhões de reais que foram desviados para corrupção, com a

---

<sup>33</sup> Ver capítulo 1, item II.

extinção de espécies animais que habitam apenas o continente australiano ou com a declaração de pessoas famosas sobre um tema específico.

b) *Conflitos*. Conflitos aparecem como informação por abrirem um futuro incerto ao criarem uma expectativa de ganhadores e perdedores. Também abrem a expectativa para uma solução, porque são apresentados enquanto indesejáveis. Nesse sentido, o subsistema constrói sua visão de ordem social ao apresentar o conflito enquanto uma ocorrência disfuncional, ameaçadora dessa ordem.

A nosso ver, no entanto, Luhmann provavelmente concentrou-se em falar apenas de conflitos que não são socialmente previstos, como uma guerra ou um confronto policial. Mas o subsistema também atua na construção da ordem através de conflitos previstos: As eleições e jogos esportivos, por exemplo, seguem a mesma estrutura de criar uma expectativa entre vencedores e perdedores, mas não são apresentados enquanto eventos indesejáveis. Ao contrário, conflitos socialmente previstos atuam na definição de identidades pessoais ou grupais que se fortalecem socialmente, porque são apresentados de forma a incentivar o público a escolher um lado, isto é, a incorporar a distinção entre ganhadores e perdedores. Não necessariamente o subsistema é o criador de tais identidades, mas com certeza as fortalece permitindo que seus símbolos e suas comunicações circulem em diversos contextos. O conflito, dessa forma, pode atuar positivamente na reprodução da ordem.

c) *Quantidades*. As quantidades são atrativas porque possuem uma capacidade informativa alta, porque independem do contexto próprio onde foram tiradas. Elas são, frequentemente, comparadas com outras quantidades para aí se produzir uma diferença informativa (por exemplo, PIB nesse mês x PIB no mesmo mês do ano passado), algo que joga com a dualidade maior/menor. Dados agregados são tratados enquanto fatos, e por isso sua aplicabilidade é ampla.

d) *Transgressões à norma (escândalos)*. Os escândalos são informativos porque produzem uma indignação coletiva e, por consequência, o reforço da norma. Os meios de comunicação, nesse caso, permitem-se agir enquanto um sensor moral na medida em que consideram seu público como indeterminado e, de certa forma, padronizado. Ela ignora, assim, que pessoas agem em diferentes subsistemas e possuem diferentes valores, para criar um reforço moral generalizado e padronizado. É importante notar: Luhmann (2005) não diz que os meios de comunicação são novos criadores da moral, e isso porque tudo que eles fazem é reproduzir seu código, isto é, a

distinção entre o bom e o mau. Eles fazem isso selecionando escândalos isolados para mostrar o outro lado, o da norma, sem que, no entanto, se conheça a normalidade do desvio.

d.1) *Julgamentos morais*. A renovação da moral que surge do escândalo é permitida no momento em que a ele possam se misturar julgamentos sobre certo e errado, permitindo a renovação do código da moral. Isso produz, por um lado, uma irritação no ambiente social na medida em que se fala de um problema, em princípio, de interesse geral. Por outro lado, a discussão sobre a moral é desencaixada de qualquer obrigação social com ela, da mesma forma que, por exemplo, Luhmann falou sobre a questão do meio ambiente em sua época: era um discurso desencaixado de qualquer dinâmica específica dos subsistemas sociais (dito de outra forma, era um tipo de comunicação que não se encaixava em nenhum código).

d.2) *Orientação por ações e pessoas*. As transgressões à norma são sempre atribuídas a agentes e suas ações, deixando de lado questões sobre suas motivações para o agir, por conta de sua complexidade. O objetivo aqui é facilitar o julgamento moral entre bom e mau, isto é, a passagem de um lado para o outro do código. Essa referência a agentes, argumenta Luhmann (2005), reforça a institucionalização da ideia de ação. A categoria de pessoas, no raciocínio luhmanniano, é complexa na medida em que envolve a junção de elementos do sistema biológico, psíquico e social, sem que se tenha em mente que tipo de combinação produzem. A sociedade moderna desenvolve áreas separadas para estudar cada um desses sistemas, por serem demasiado complexos. No subsistema dos meios de comunicação, como contextos complexos devem ser deixados de lado, ocorre o processo inverso, e agrega-se todos eles à categoria de “pessoas”. Estas funcionam, então, como um critério para redução de complexidade e também como critério para a seleção de futuras comunicações.

Nesse ponto da argumentação, o papel do subsistema dos meios de comunicação se mostra bastante contraditório: se, por um lado, ele atua enquanto reprodutor de expectativas morais e ajuda na criação de uma referência generalizada do bom e do ruim, por outro lado ele realiza essas operações de uma maneira arcaica, no sentido de que se utiliza para isso da orientação por pessoas. O prestígio ou o estigma moral é aplicado à pessoa dependendo de suas ações, e isso tudo em uma sociedade que deixou de ser orientada pelo prestígio. Ao final de tudo, a moral paira como um fantasma na sociedade moderna ao se constituir como uma estrutura de expectativa entre as pessoas, mas sem que o apelo a ela por parte desses forneça a possibilidade de alguma reprodução ou alteração em suas estruturas. No máximo, ela funciona enquanto um estímulo do ambiente para o sistema operar. Um político corrupto pode ocupar

um cargo executivo e um chefe injusto pode ocupar o cargo mais alto de uma empresa. Podemos odiar isso por não vermos posições ocupadas por pessoas prestigiadas, mas não há nada que o sistema político ou econômico possam fazer apenas a partir desse estigma moral para tirar essas pessoas de lá.

e) *Recursividade*. Alguns acontecimentos são considerados “eventos-chave” (Luhmann, 2005) para que se noticiem séries de outros acontecimentos que de alguma forma estão ligados àquele. Em acidentes nucleares por exemplo, não se noticia apenas o acidente, mas a extensão de danos, o motivo da falha, a reação das autoridades, a reação dos envolvidos e dos próximos à região, etc.

f) *Opiniões*. Opiniões de pessoas, muitas vezes, são divulgadas enquanto notícias. Isso ocorre pelo seguinte: os meios de comunicação produzem, na sociedade moderna, as pessoas públicas (políticos, celebridades, etc) e, portanto, noticiam sobre suas vidas. Dessa forma, como o critério de seleção para ser informativo está na pessoa, suas ações são consideradas relevantes por si mesmas. Porém, pela mesma lógica de orientar-se por pessoas, pode ocorrer o efeito inverso: são publicadas opiniões de pessoas aleatórias, justamente para mostrar que, enquanto pessoas, elas merecem ser ouvidas. As opiniões, nesse sentido, cumprem um triplo papel: elas reforçam, primeiro, a atualidade do tema discutido, o mantém na agenda. Em segundo lugar, elas reforçam o status das pessoas públicas enquanto tais, seja porque falam dela, seja porque reforçam sua autoridade em um assunto. Por fim, as opiniões produzem reflexividade, ou seja, pode-se reagir a elas com outras opiniões, críticas, comentários, etc. Esse terceiro ponto, argumenta Luhmann (2005), aumenta a sensibilidade do subsistema para que ele reaja a mudanças na opinião pública que ele mesmo produz.

Luhmann (2005) não nos diz muito sobre os seletores das reportagens, apenas aponta que estas baseiam-se não na surpresa, como na notícia, mas em um suposto nível de conhecimento do público sobre alguma coisa (um país distante, uma doença, o clima, etc). As reportagens se caracterizam pela reatualização de uma notícia passada com o objetivo de se criar uma memória e uma identidade, o que pressupõe estabelecer uma distinção entre lembrar e esquecer (Martinez, 2011).

### Publicidade

A peculiaridade da esfera da publicidade enquanto um programa do subsistema dos meios de comunicação reside em seu caráter comunicativo momentâneo: cada publicidade não

possibilita comunicações posteriores a partir dela mesma, não possibilita uma “apreciação crítica” (Luhmann, 2005). Isso ocorre porque a propaganda é divulgada como se fizesse sentido instantaneamente, e também porque é feita com diversas camadas de aspectos estéticos que acabam por esconder a informação daquilo que é veiculado (por exemplo, um outdoor mostrando alunos de ensino médio de um colégio X que foram aprovados no vestibular, sem que exista qualquer informação concreta sobre esse colégio, como endereço, mensalidade, estrutura, etc.)

A própria rejeição de uma comunicação publicitária já é considerada um sucesso, justamente porque a pessoa para e pensa sobre aquilo. Considerando a teoria da comunicação de Luhmann, mesmo a rejeição já supera duas de três improbabilidades comunicativas<sup>34</sup>: a de alguém entender sobre o que se está falando e a da comunicação ter expandido contextos locais (dificilmente publicidades são feitas com interação face a face) e alcançado pessoas que muito provavelmente estavam pensando em outras coisas antes de pensar na propaganda. A publicidade, assim, diz o autor (Luhmann, 2005), provê alguém sem gosto com algum gosto.

O sucesso da publicidade ultrapassa a perspectiva econômica, isto é, os ganhos que se tem com ela. Luhmann (2005) não oferece muitos dados precisos para essa proposição, mas sugere que os gastos com publicidade ultrapassam a receita advinda de vendas de produtos, e temos razões para acreditar nela se considerarmos a diferenciação funcional de subsistemas: a esfera da publicidade ganha cada vez mais autonomia em relação a suas justificativas econômicas. Além disso, mesmo desconsiderando essa informação sobre gastos e receitas, o autor aponta outro objetivo da publicidade, que é a relação entre redundância e variedade (Luhmann, 2005): a redundância se refere à própria venda do produto, ao fato de que ele está sendo vendido, e a variação se refere à estratégia da publicidade de sempre propor que aquilo que se vende é algo novo (é aqui que a novidade da informação entra).

### Entretenimento

Luhmann propõe a construção de uma área do entretenimento dentro dos subsistemas dos meios de comunicação recorrendo à distinção entre uma realidade “real” e uma realidade ficcional ou episódica que é fornecida pelos meios, em um movimento que lembra muito as províncias finitas de significado propostas por Alfred Schutz (1979): ocorre uma autonomia

---

<sup>34</sup> Ver capítulo 1, item II.

dessa realidade, mas que ao mesmo tempo sempre é interpretada com referência à realidade “real”, cotidiana. Essa realidade imaginária consegue uma relativa autonomia da realidade “real”, argumenta Luhmann (2005), porque os meios de comunicação fornecem uma espécie de camada externa visual e acústica: o livro, a imagem da televisão, o som, etc.

É a partir dessa autonomia de uma realidade ficcional que o entretenimento opera a distinção informação/não informação: dentro do mundo imaginário se considera aquilo que possui ou não valor informativo.

Luhmann se refere exclusivamente ao romance moderno como exemplo de entretenimento, mas faz referências gerais a partir disso. Ocorre que o romance surge a partir do desenvolvimento em massa da produção de conteúdos impressos (Luhmann, 2005), o que leva à necessidade de distinguir entre fato e ficção, entre maneiras pelas quais diferentes histórias podem ser contadas. Dessa maneira, o romance ganha características próprias que o diferenciam, enquanto informação, daquelas presentes na notícia ou na publicidade. Por exemplo, a novidade da informação não precisa aqui ser estimulada de maneira significativa como na publicidade, ela aparece simplesmente no desejo das pessoas de serem entretidas de maneiras diferentes (não ler o mesmo livro ou ver o mesmo filme duas vezes, por exemplo). Além disso, a comunicação fica, de certa maneira, livre:

Entretenimento significa não procurar nem encontrar nenhum motivo para responder à comunicação com comunicação. Em vez disso, o observador pode concentrar-se na vivência e nos motivos das pessoas apresentadas no texto e *nesse* caso praticar a observação de segunda ordem (Luhmann, 2005, p 102).

Luhmann deixa claro que todas as considerações sobre possíveis efeitos psicológicos causados no espectador por meio do entretenimento não são colocadas pelos meios de comunicação, por se tratarem de coisas muito complexas (o que reforça sua premissa de as pessoas fazerem parte do ambiente do sistema). Antes, o que ocorre na produção do entretenimento é a distinção feita pelo subsistema entre a auto referência e a hetero referência, sendo a primeira a realidade “real” e, a segunda, a realidade imaginária construída a partir da observação da primeira. A área de entretenimento observa, na realidade “real”, pessoas agindo em situações e cria, a partir de suas próprias premissas, uma realidade imaginária dotada da mesma lógica, porém, sem a pretensão de imitá-la ou copiá-la. O que confere ao entretenimento o seu valor é justamente a capacidade de se observar que ele reconstrói conflitos reais de maneira criativa (ou seja, ficcional).

A contribuição das áreas de publicidade e entretenimento para a construção da ordem social pelo subsistema dos meios de comunicação pode ser melhor entendida com o auxílio do argumento de John Thompson (1998), que analisa o papel dos media na construção do self. Thompson concorda juntamente com a fenomenologia e a teoria dos sistemas no que diz respeito à seleção de conteúdos culturais: os indivíduos selecionam aqueles conteúdos que despertam mais seu interesse enquanto ignoram outros (Thompson, 1998). Além disso, eles têm um papel ativo no estabelecimento de relações de sentido entre o que os media produzem e a sua própria vida. O autor considera esse duplo processo como as características definidoras do “projeto simbólico” do self, que se constitui na apreensão e conversão de materiais simbólicos fornecidos pelos media em uma narrativa biográfica identitária.

Os materiais simbólicos dos media, segundo Thompson (1998), vêm a substituir os materiais simbólicos anteriores, constituídos em contextos locais e através interações face-a-face. Isso traz, fundamentalmente, duas consequências relacionadas entre si: em primeiro lugar, há um aumento das possibilidades para o indivíduo selecionar quais materiais serão ou não serão considerados por ele. Em segundo lugar, por causa desse aumento de possibilidades, o self torna-se mais reflexivo e menos estável na medida em que é confrontado com sempre outras possibilidades.

A ideia de self não é central no argumento de Luhmann, mas mesmo assim podemos aproveitar o argumento de Thompson traduzindo-o para a teoria dos sistemas: através da publicidade e do entretenimento, o subsistema dos meios de comunicação disponibiliza às consciências (às pessoas) um ambiente estruturado<sup>35</sup> com muitos elementos para ser observado e apreendido pelos esquemas de pensamento. Porém, mesmo sendo estruturado, ainda se trata de um ambiente, isto é, de um fenômeno mais complexo do que os sistemas de consciência individuais. Nesse sentido, ele sempre guarda a característica de um horizonte de possibilidades que pode vir a ser utilizado.

A característica da publicidade apontada por Luhmann de prover um gosto para alguém e a do entretenimento de criar um mundo ficcional demonstram a proposição acima de criar um ambiente estruturado dotado de muitas possibilidades para a observação da consciência: há muitos anúncios para se ver, há muitos romances para se ler. O caso dos romances ainda é mais

---

<sup>35</sup> Luhmann discute essa diferença entre uma observação sistema-ambiente e uma observação sistema-sistema em *Ecological Communication* (1989)

ilustrativo porque os indivíduos tomam a distinção entre uma realidade “real” e outra fictícia fazendo com que a última reentre na primeira de maneira reflexiva. Thompson demonstra essa proposição com um exemplo de uma funcionária de livraria (“Dot”) que recomendava livros de ficção romântica para seus clientes:

Novamente, os leitores de Radway [autora de ficção romântica] ilustram bem esse ponto: apoiando-se na experiência de Dot para selecionar seus romances entre inúmeros títulos disponíveis, eles incorporam as mensagens extraídas dos textos num sistema de habilidade prática para tratar os relacionamentos pessoais e enfrentar as demandas da vida diária. Ler romance de ficção é uma lição prática de como administrar um relacionamento que promete muito mas oferece bem menos, e no qual o caminho da felicidade é semeado de obstáculos dolorosos que devem ser confrontados, suportados e finalmente vencidos (Thompson, 1998, p 189)

*Acoplamentos estruturais:*

Lembremos que os programas, ao contrário dos códigos, são a parte aberta dos sistemas, na qual eles mantêm contato com o ambiente. É na dimensão dos programas, então, que se dão os acoplamentos estruturais<sup>36</sup>. Cada um dos programas acopla-se a um subsistema diferente, segundo Luhmann: as notícias/reportagens fazem acoplamento com o subsistema político na medida em que a política (no sentido estrito de assuntos estatais) é sempre um tema recorrente na mídia. Por sua vez, o subsistema político responde a questões levantadas na mídia e também ganha vantagens nas menções de personagens políticos (por exemplo, em uma corrida eleitoral). A publicidade realiza acoplamento com a economia: ela se trata de um produto diretamente econômico, mas que não pode efetivar seu uso no mercado e sim nas dinâmicas operacionais dos próprios meios de comunicação. Em contrapartida, os meios de comunicação utilizam a publicidade como forma de criar informação. Há também um segundo fator referente à publicidade que se trata da sua condição de possibilidade para a criação do jornalismo, pelo menos no caso norte-americano. Michael Schudson (2001) discorre sobre a formação nos Estados Unidos de uma esfera profissional própria do jornalismo e de um “jornalismo objetivo”, na medida em que este, entre outros fatores, afastava-se de conexões exclusivamente político-partidárias e começava a ganhar a maior parte de sua renda através de anúncios. Esse desenvolvimento histórico nos permite perguntar se o jornalismo, no caso norte-americano ou

---

<sup>36</sup> Ver capítulo 2, item V.

mesmo de modelos parecidos, também não mantém com a economia um acoplamento estrutural, de forma a não poder sustentar-se enquanto esfera autônoma de produção de realidade sem anúncios publicitários. Por fim, o entretenimento mantém um acoplamento estrutural com a arte, mas de maneira assimétrica. O subsistema da arte não se beneficia do entretenimento, mas este, por sua vez, utiliza materiais feitos originalmente para obras de artes. Luhmann (2005) diz que o entretenimento é uma forma de “arte trivial”.

### Temas e contribuições

Ainda a respeito dos acoplamentos estruturais, Luhmann argumenta que os temas funcionam enquanto mecanismos de acoplamento entre o subsistema dos meios de comunicação e outros subsistemas, isso provavelmente na área de notícias da programação, embora o autor não indique com clareza. A ambivalência entre uma realidade de primeira e outra de segunda ordem que apresentamos no início do capítulo indica a capacidade do sistema para distinguir entre “auto referência” e “hetero referência”, entre uma realidade interna e uma realidade externa. Os temas<sup>37</sup>, são a hetero referência do subsistema dos meios de comunicação (Luhmann, 2005), pois não são criados dentro do sistema, mas em seu ambiente social externo. Porém, se o tema é o mesmo de todas as perspectivas, as contribuições ao tema<sup>38</sup>, no nosso entendimento, são o fator sobre o qual a auto referência de cada sistema atua, porque elas são flexíveis: podem ser consideradas ou ignoradas (já que há muitas contribuições possíveis e nunca é possível utilizar-se de todas), e também concatenadas sob pressupostos distintos. Através das operações do próprio subsistema dos meios de comunicação, os temas são apresentados de uma forma que nada tem a ver com seu tratamento em outras áreas (exemplo do próprio autor: o tema da Aids não é apresentado tendo como pressuposto práticas médicas como diagnósticos ou conversas com pacientes). Poderíamos dizer que através da hetero referência dos temas, o sistema constrói suas próprias contribuições ao tema utilizando sua estrutura autorreferente.

### Alguns exemplos sobre o acoplamento estrutural através de temas

Entender os temas enquanto mecanismos de acoplamento estrutural nos permite explorar alguns outros exemplos que são ilustrativos não apenas no entendimento do

---

<sup>37</sup> Ver capítulo 1, item I.

<sup>38</sup> Ver capítulo 1, item 1.

acoplamento estrutural, mas principalmente no papel central que o subsistema dos meios de comunicação assume quando entra como sistema participante nesse processo.

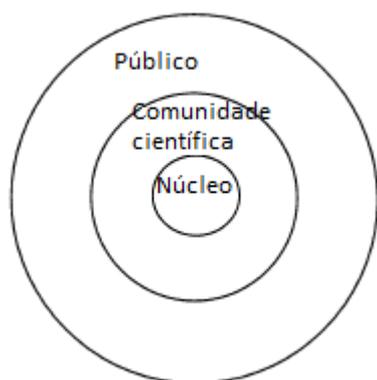
Começamos com o estudo de caso da história de Sally Clark, mulher britânica que foi injustamente acusada de matar seus dois filhos pequenos. Eric Nobles e David Schiff (2004) relatam como a construção de um evento enquanto um “fato midiático” divergiu bastante de sua construção enquanto um processo jurídico. Em um primeiro momento, Sally Clark foi acusada de matar seus dois filhos bebês: as notícias não relatavam as complexidades médicas que foram desenroladas durante o julgamento para que os especialistas chegassem a conclusões, e também não mencionavam as capacidades de um júri leigo para entender argumentos médicos. No espaço da mídia, a questão girava em torno de valores: “como é possível uma mulher de classe média e procuradora ter matado seus filhos?”, e disso decorriam explicações das mais variadas: que ela tinha problemas com álcool, que era depressiva, que não estava apta a ser mãe, etc. Em um segundo momento, Sally Clark foi inocentada em função de uma nova evidência médica que não havia sido liberada para a defesa. Diante disso, a mídia utilizou os mesmos elementos já presentes em sua memória sistêmica para contar uma história diferente: Clark agora é a mulher-procuradora-de classe média que passou por uma experiência terrível que não deveria ter acontecido. A construção dessa nova empatia é reforçada pela inserção de outros elementos: comparação de fotos de uma Sally mais jovem e alegre, em contraposição a uma Sally depois de ter passado pelo ocorrido; as reações de seu marido e de seu pai sobre o ocorrido; etc.

Os autores chamam atenção para o entendimento de que as notícias não podiam relatar as complexidades de todos os devires do julgamento, isto é, de como ela chegou a ser culpada e o que aconteceu para ser inocentada. Podem até mencionar isso como pano de fundo, mas esses processos não cabem no subsistema enquanto “informação”. Isso, eles argumentam, por dois motivos: a) o espaço da notícia é muito limitado para se falar sobre complexidades médicas e jurídicas de uma maneira acessível ao leitor e b) mesmo que houvesse espaço físico disponível, isto não despertaria a atenção do público. Ou seja, é preciso apresentar o ocorrido de uma forma, digamos, autêntica, que permita cumprir o objetivo almejado pelo subsistema dos meios de comunicação de, através de meios de difusão, expandir uma comunicação restrita para além de seu contexto local.

O próximo exemplo trata do acoplamento estrutural entre ciência e meios de comunicação a partir de um argumento que parte dos chamados “estudos sociais da ciência”.

Collins e Evans (2002) discutem o problema da expansão do conhecimento científico para âmbitos sociais que se localizam além do círculo restrito dos cientistas. Os autores apontam três domínios do que chamam de “expertise” em relação a um conhecimento científico: os cientistas centrais que conduzem determinado projeto (core-set), a comunidade científica no geral e o público.

Figura 3: Domínios de expertise científica



Fonte: Collins, e Evans, 2002, p. 245

Os autores não discutem especificamente a questão dos media, mas apontam que outros anéis poderiam ser desenhados para representá-los (Collins e Evans, 2002) e também destacam o papel dos media no processo de levar as informações sobre o que ocorre nos dois primeiros anéis para o público geral.

Em um primeiro momento, temos uma situação parecida com o caso de Clark: as complexidades científicas discutidas pelos cientistas são deixadas de lado e as informações chegam ao público de forma reduzida, não apenas porque o público é leigo sobre o assunto, mas porque, apontam os autores (Collins e Evans, 2002), normalmente a controvérsia científica que ocorre dentro do círculo mais restrito não tem interesse para o público geral. A este, interessam questões mais simples como “vamos financiar a fusão à frio ou não?”, interessam outras comunicações que não passam de maneira tão central pelo subsistema da ciência, o que nos remete mais uma vez à diferença entre contribuições de um tema feitas por sistemas diferentes.

O que Collins e Evans chamam atenção, porém, é para a situação em que uma controvérsia científica resultante de um debate já há muito tempo existente é resolvida pelo

público antes de ser resolvida no debate mais interno: nesse caso, geralmente tomam-se decisões baseadas em sim/não que, segundo os autores, retroagem no debate interno, o que pressiona os cientistas a ignorarem as dúvidas restantes dependendo do que foi decidido e apenas “seguir a onda”. Assim, “[...] a natureza e a história da ciência são transformadas em mitologia como resultado da exposição além do núcleo central.” (Collins e Evans, 2002, p 247).

Há ainda um último risco para a ciência, que ocorre quando o público toma conhecimento do debate científico não quando ele já vinha sido discutido com o tempo, mas quando esses debates estão no seu início e o nível de incerteza é maior. Nesse momento, argumentam os autores (Collins e Evans, 2002), o público observa que os cientistas são menos unidos, discutem uns com os outros, mudam mais de ideia e, principalmente, observam que eles utilizam-se de raciocínios cotidianos para chegar a uma conclusão técnica. Isso prejudica a confiança nos cientistas (e, por consequência, no subsistema da ciência); eles, argumentam os autores, não são mais vistos pelos leigos enquanto pessoas diferentes deles, e então a controvérsia científica torna-se propriedade pública, cada um pode dar uma opinião sobre isso que terá o mesmo peso de qualquer outra.

A ordem social é constituída, dessa maneira, através de ocorrências diversas: em primeiro lugar, a um mesmo tema são conferidas contribuições ao tema muito diferentes a partir de sistemas diferentes, pois todos eles estão realizando distinções de auto e hetero referências. O tribunal quer saber das provas atestando a inocência de Clark e os cientistas querem saber detalhes técnicos sobre o experimento; os meios de comunicação partem desse contexto, mas o expandem e agora querem saber o que levou Clark a matar seus filhos e se o experimento vai ser financiado ou não. O direito, a ciência e os media (e outros subsistemas), cada um à sua maneira, constroem um ordenamento de causas e efeitos contingentes<sup>39</sup>.

Esses casos, como já dissemos, apontam para o papel dos temas enquanto acoplamentos estruturais<sup>40</sup>, mas apontam também uma posição vantajosa dos media nesse mecanismo: o autor aponta que o tratamento que os meios de comunicação dão aos temas tem possibilidades significativas de repercussão em outros subsistemas; por outro lado, a forma de apresentação dos temas que outros subsistemas fazem tem poucas chances de repercutir nos meios de difusão a fim de conseguir a receptividade desejada. Temos no processo de acoplamento estrutural uma

---

<sup>39</sup> Ver capítulo 2, item I.

<sup>40</sup> Ver capítulo 2, item V

relação de desigualdade sobre os limites do sistema: por mais que o subsistema do direito construa uma relação de sentido, não é a sua comunicação que circula pelo ambiente social. As pessoas tomam conhecimento do caso de Sally Clark por aquilo que é falado nos media, e não pela discussão dos advogados. Considerando que uma das funções do acoplamento estrutural entre a sociedade e a consciência é a de possibilitar o entendimento da comunicação, então, é possível dizer que aquilo que é entendido parte especificamente do subsistema dos meios de comunicação e não de outro, e muito menos da soma das comunicações de todos os subsistemas.

#### **IV – Considerações sobre a ordem social**

Falar sobre meios de comunicação e ordem social é direcionar o problema para o cenário da sociedade moderna. A consolidação de um subsistema dos meios de comunicação é, assim como o de todos os outros subsistemas sociais, um evento improvável resultado de uma mudança ocorrida na ordem social; mais especificamente, em uma mudança de uma forma de diferenciação social estratificada para uma ordem de diferenciação funcional. Naquela, não se precisava de meios de comunicação em massa principalmente porque todo o conhecimento necessário sobre o mundo era garantido através de autoridades advindas do estamento mais elevado, ou de práticas sociais que eram restritas a uma localidade. Com o surgimento de novos subsistemas sociais não mais dependentes de um local específico e o processo de descentralização do conhecimento que acompanha a modernidade<sup>41</sup>, o conhecimento na sua forma local e hierarquizada deixa de ser adequado. Em seu lugar, os meios de comunicação dão forma a um novo conhecimento de espaço nacional e global e de característica acêntrica, que fornece às pessoas alguma sensação de ordem no novo cenário fragmentado da modernidade.

Nesse sentido, o aparecimento do subsistema dos meios de comunicação é uma ilustração do processo que descrevemos sobre a diferenciação sistêmica<sup>42</sup>: o aumento de complexidade da sociedade obriga o sistema a criar diferenciações internas que estejam aptas a lidar com ela. Cada vez mais a sociedade interage menos com o ambiente externo e se auto observa em suas diversas operações sistêmicas, até o ponto de colocar as pessoas para fora da linha que separa o sistema do ambiente. O subsistema social aparece como resultado de uma

---

<sup>41</sup> Cf Karl Mannheim – *Ideologia e Utopia* (1986)

<sup>42</sup> Ver capítulo 2, item III

dessas diferenças, com a função de tornar observável uma sociedade espacialmente alargada e desprovida de centro.

Da mesma maneira que outros subsistemas, os códigos, programas e as operações que os meios de comunicação criam seguem o princípio da “ordem a partir do caos”<sup>43</sup>. Tornar a sociedade moderna observável significa ter de criar critérios para separar aquilo de que é importante se falar (informativo) daquilo que não é, sem a possibilidade de basear essa separação em critérios que se apoiem na tradição. O subsistema precisa realizar testes constantes de selecionar o “que” e o “como” da informação<sup>44</sup>, além de observar a sua recepção pelo público. Dessa forma, ele pode tanto criar padronizações quanto diferenciações (Luhmann, 2005) ou, dito de outra forma, pode criar relações de causa e efeito a partir de suas próprias contingências (assim, por exemplo, assistir a um jogo seria, para o subsistema, um efeito causado pelo fato do jogo estar sendo transmitido, e não por algum interesse cultural no jogo). Tudo isso significa que o novo conhecimento fornecido pelos meios de comunicação não aparece espontaneamente com a ordem social moderna, mas precisa ser construído a partir de reduções de cenários de contingência. Ele precisa, sobretudo, criar uma forma<sup>45</sup> a partir de seus próprios elementos.

Talvez o maior problema que atinge o subsistema dos meios de comunicação seja o de criar confiança<sup>46</sup>. Embora ele seja a organização que fornece a possibilidade de se adquirir conhecimento sobre as dinâmicas cotidianas do cenário moderno, ele sofre as pressões de a) como dissemos, ter de inventar esse conhecimento sem justificativas da tradição e b) ter sua estrutura baseada nos meios de difusão sem que haja um meio de comunicação simbolicamente generalizado<sup>47</sup>. Ambos os fatores aumentam as possibilidades de rejeição da comunicação, o que para a ordem social se traduz em um problema da “ordem do conhecimento”. Quem está autorizado a falar? Como posso confiar naquilo que é dito? Essas e outras perguntas são constantes que circunscrevem os meios de comunicação a todo o momento, e estes veem-se

---

<sup>43</sup> Ver capítulo 2, item I

<sup>44</sup> Ver capítulo 1, item I

<sup>45</sup> Ver capítulo 1, item III

<sup>46</sup> Iremos discutir esse aspecto mais detalhadamente no capítulo final (item III). Limitamo-nos aqui a considerações iniciais.

<sup>47</sup> Ver capítulo 1, item IV

obrigados a criar mecanismos de reforço de confiança. Ao mesmo tempo, porém, as pessoas não têm a possibilidade de rejeitar o conhecimento advindo dos meios de massa, porque não existe nenhuma outra possibilidade de se manter informado (não tanto no sentido de conhecer o mundo, mas no de estar incluído nas referências culturais que as pessoas compartilham entre si). O subsistema garante parte da ordem do conhecimento, poderíamos dizer, através do monopólio da informação legítima. Contudo, isso não anula a necessidade de se criar confiança, da mesma forma que o monopólio da violência não anula a necessidade do Estado criar mecanismos que façam as pessoas confiarem em sua organização.

## Capítulo 4: Os meios de comunicação e a ordem social

Neste capítulo, discutiremos alguns pontos adicionais sobre o subsistema dos meios de comunicação que permitem responder de maneira mais consistente à pergunta proposta na pesquisa: como a teoria do subsistema dos meios de comunicação de Luhmann contribui na resposta à questão “como é possível a ordem social”? Colocamos quatro proposições, cada uma localizada em um subitem do capítulo, cada uma respondendo uma parte da pergunta. Seguindo a sugestão de Luhmann (2018), acreditamos que, tendo a característica de uma pergunta que é elaborada para incentivar a pesquisa científica sociológica, ela sempre é respondida em partes que, evidentemente, não esgotam o potencial de novas respostas.

### I - Formação de esquemas e limite do subsistema

Luhmann (2005) desenvolve os conceitos de “esquema” e “script” com o objetivo de explicar as maneiras que as pessoas desenvolvem para conhecer o mundo moderno, dada a substituição das antigas formas tradicionais de conhecimento pelas novas formas colocadas através dos meios de comunicação. Os esquemas são criados em função da necessidade que o sistema da consciência tem de realizar distinções contínuas entre lembrar e esquecer para não se sobrecarregar. Os esquemas regulam aquilo que é lembrado e esquecido tendo em vista permitir que a consciência consiga reconhecer aquilo que é estranho através daquilo que é familiar; por isso, os esquemas realizam abstrações<sup>48</sup>.

As abstrações esquemáticas podem ser complementadas diante do confronto com uma situação concreta, não se tratam de modelos pré-fixados ou uma estrutura mental preexistente. Os esquemas são regras para realizar operações, como um manual para se executar alguma coisa. Porém, justamente por poderem ser complementados, eles não forçam à repetição. Devemos entender isso enquanto uma simultânea permissão e restrição de flexibilidade: pode acontecer, por exemplo, de a cada repetição ou a cada ciclo de repetição de operações o esquema se alterar.

---

<sup>48</sup> Podemos encontrar um exemplo da aplicação de esquemas familiares a coisas não familiares nos escritos de Durkheim e Mauss (2008) sobre as sociedades australianas: estas, descrevem os autores, são divididas em duas fratrias ou duas metades. Cada coisa do universo, por sua vez (o Sol, a Lua, as estrelas, jacarés, cangurus, etc), pertence a uma ou à outra fratria. Apesar de aqui tratar-se de classificações sociais e não individuais, o exemplo nos mostra como o sistema social aplica distinções familiares a ele (fratria A/fratria B) para fazer o reconhecimento de demais elementos não familiares.

Os esquemas podem se referir a coisas (por ex, sua utilidade) ou a pessoas (por ex, expectativa de papéis). Eles ocupam na teoria de Luhmann o papel de acoplamento estrutural entre os meios de comunicação e o sistema de consciência (Luhmann, 2005).

O processo ocorre de forma circular. Os meios de comunicação dão ênfase à compreensibilidade. Mas compreensibilidade é mais bem garantida por meio de esquemas que os próprios meios já tenham produzido. Eles fazem uso, para seu próprio funcionamento, de um ancoramento psíquico, que se pressupõe como resultado do consumo das representações mediáticas, quer dizer, sem quaisquer outras comprovações (Luhmann, 2005, p 177-178)

Esse acoplamento permite, segundo o autor (2005), alterar as mudanças estruturais do esquema e, da perspectiva das pessoas, estruturar a memória sem, no entanto, fixar um compromisso com a ação. Nesse ponto, os meios de comunicação têm uma vantagem em relação a outros subsistemas sociais: estes não alteram a forma dos esquemas, porque seus limites são menores. Ao contrário, quando se tem presente um subsistema que sobrepõe seus horizontes cognitivos ao das pessoas, ele ganha a capacidade de modelar os esquemas presentes na consciência individual embora, é importante apontar, isso não ocorra de forma alguma por meio de um planejamento orientado com esse fim. O subsistema cria tal efeito de maneira corriqueira, apenas realizando suas operações. Além disso, ele precisa atuar tendo em vista as estruturas do sistema de consciência; não pode exigir mais do que a capacidade deste.

O script, por sua vez, é um esquema de ordem diacrônica, isto é, que busca padronizar sequências de acontecimentos temporais ou relações de causa e efeito entre eventos.

Se o subsistema dos meios de comunicação, como argumenta Luhmann, se torna o responsável por formações esquemáticas no cenário moderno, isso nos obriga a discutir sobre a sua posição no que diz respeito aos limites comunicativos gerados pelo sistema social. Uma questão que se coloca quando se estabelece o paradigma da diferença sistema/ambiente para os sistemas sociais é a dos limites do sistema, ou seja, como eles se estabelecem e até onde alcançam. Os limites do sistema social não são uma entidade fixa, como uma membrana ou uma fronteira territorial. São limites dinâmicos que podem ser mantidos ou alterados a cada operação do sistema. Sendo as operações do sistema social o conjunto não-ordenado de comunicações realizadas em cada um de seus subsistemas, seu limite pode ser entendido como o alcance comunicativo possibilitado em cada um dos subsistemas.

Limites dinâmicos são possíveis por conta do modo operativo do sistema social, a comunicação. A comunicação, como vimos, é um processo improvável, e, portanto, ela demanda um certo grau de exigência para ser compreendida e possivelmente aceita. Ela orienta-se, assim, por expectativas de aceitação. Aqui entram dois tipos de condições que possibilitam alterar o limite da comunicação: 1) as condições referentes aos temas. Lembremos que os temas possuem dimensões materiais, temporais e sociais<sup>49</sup>. A partir de restrições em uma dessas dimensões (por exemplo, proibir a discussão de temas religiosos ou o esgotamento de um tema antigo) os limites do sistema são reduzidos, porque a comunicação alcança menos. Da mesma forma, ao expandir o repertório temático (as contribuições ao tema) de um determinado assunto, a comunicação alcança mais, e os limites do sistema aumentam. Aqui, trata-se de saber o que é ou não aceitável comunicativamente. 2) as condições referentes aos meios. As expectativas de aceitação da comunicação podem ser alteradas com o uso dos meios. Luhmann destaca somente o papel dos meios simbolicamente generalizados, que possibilitam reforçar essas expectativas e as chances de sucesso. Porém, vale destacar também o papel da linguagem e dos meios de difusão, que podem atuar mais fortemente no sentido oposto de reduzir os limites do sistema: só é possível dar continuidade a uma comunicação se ela é entendível (e, aqui, as fronteiras nacionais ainda exercem sua influência nos limites, apesar de não serem o fator determinante); só se expande os limites do sistema se este atinge âmbitos para além da interação presencial, o que, porém, aumenta as chances de rejeição. À diferença de outros sistemas (o de pensamento ou o do corpo biológico), portanto, os limites do sistema social são autogerados (Luhmann, 2016), estão disponíveis no próprio sistema.

O subsistema dos meios de comunicação é irritado constantemente por todos os outros. Nesse sentido, não há, a princípio, um tema não discutível pelos media. O momento em que ele aparece como “informação” pode variar, juntamente com suas formas de apresentação. Mas não há nada que impeça o subsistema de tratar algo como “não-informação” de maneira permanente. Seu horizonte temático é, portanto, universal, o que aumenta seus limites sociais. Além disso, o apoio do subsistema nos meios de difusão faz com que o subsistema, como vimos nos casos de Sally Clark e no argumento de Collins e Evans, tenha vantagem na apresentação dos temas no sentido de que é a sua contribuição ao tema, e não a de outro subsistema, que se torna socialmente disponível para observação.

---

<sup>49</sup> Ver capítulo 1, item I.

**Proposição 1:** O subsistema dos meios de comunicação totaliza as referências culturais e cognitivas individuais ao fornecer a elas seus próprios esquemas.

Como diz Luhmann logo no início de sua obra sobre os media, tudo o que nós sabemos sobre a sociedade e o mundo, sabemos através dos meios de comunicação (Luhmann, 2005). E não apenas *o que* sabemos, mas também *como* sabemos, é disponibilizado pelo subsistema. Essa colocação tem profundas consequências para o problema da compreensão dos horizontes culturais e cognitivos dos sistemas, na medida em que todas as possibilidades de observações de um ambiente são propiciadas pelo subsistema dos meios de comunicação. É nesse sentido que seria possível dizer que ele totaliza as referências culturais e cognitivas individuais ao fornecer a elas seus próprios esquemas. Se no passado a teoria crítica apontou a submissão dos conteúdos culturais à lógica industrial capitalista, agora apontamos a submissão dos horizontes culturais e cognitivos à lógica do subsistema dos meios de comunicação. Isso significa que distinções antes válidas para nós, como perto/distante, perdem seu poder de persuasão. Para o subsistema dos meios de comunicação, toda comunicação é global, no sentido de que pressupõe uma expansão de limites para além de um local específico. Se a relevância espacial tende a tornar-se a mesma para qualquer ocorrência, não há mais tanta dificuldade para nos interessarmos sobre um fato local ou um fato distante, porque a distinção local/distante não se faz mais presente em nosso horizonte cognitivo.

A ordem social torna-se possível, retornando à nossa pergunta, por meio da expansão dos limites do subsistema dos meios de comunicação e de sua conseqüente totalização no fornecimento de temas para discussão e também na forma como se compreende esses temas. Poderíamos dizer que o subsistema realiza o papel de reduzir a complexidade das formas de compreensão de fenômenos externos que antes eram deixadas às interpretações de saberes tradicionais.

É importante ressaltar que nossa proposição sobre a totalização realizada pelo subsistema não se trata de um movimento de lavagem cerebral, manipulação ou coisa do tipo. Ainda prevalece o fato de que a consciência individual é inacessível a qualquer sistema de comunicação, de que pessoas são apenas ambiente para o sistema social e que, portanto, é perfeitamente possível rejeitar comunicações advindas do subsistema dos meios de comunicação (o que Luhmann lembra várias vezes quando coloca que estes vivem sob suspeitas de manipulação). A totalização das referências se faz no sentido de igualar a comunicação socialmente disponível sobre diversos temas à comunicação apresentada em um único

subsistema, como se ele fosse o único que tivesse algo a dizer sobre aquilo. Por consequência os esquemas e scripts das consciências individuais seguem a lógica do subsistema, não porque os media de alguma forma penetram a consciência e a moldam, mas porque não há disponibilidade cultural para submeter um tema à observação individual cujas informações sobre ele não sejam já, de algum modo, informações selecionadas pelo subsistema.

Vamos dar um exemplo ilustrativo do argumento acima através das discussões que Pierre Bourdieu (1997) faz em relação ao jornalismo e aos meios de comunicação. O autor argumenta que as discussões colocadas a público por meio da televisão são caracterizadas por um tipo específico de intelectuais, os “fast-thinkers”. Tratam-se de pensadores adaptados às condições de urgência colocadas pelo meio jornalístico, pessoas que falam aquilo que já se espera ouvir para que, dessa forma, os programas de jornais angariem cada vez maiores índices de audiência. Essas pessoas são produtoras de ideias prontas, isto é, comunicações que, argumenta o autor (Bourdieu, 1997), não se coloca o problema da recepção, uma vez que tratam-se de ideias convencionais e aceitas pela maioria das pessoas. Além disso, o fenômeno do fast thinking dá pouco espaço à variação de ideias: Para cada tema em discussão, argumenta o autor, a televisão sempre chama para a discussão alguns nomes pré-selecionados e rejeita pessoas que trariam uma contribuição mais original para o tema.

Além das condições específicas ligadas à televisão, Bourdieu também menciona o papel de agentes situados tanto no campo jornalístico quanto em outro campo de produção cultural (literatura, filosofia, ciência, etc) na propagação do fenômeno que está chamando de intrusão do jornalismo em outros campos específicos de produção cultural.

Esses “intelectuais-jornalistas”, que se servem de seu duplo vínculo para esquivar as exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem-adquiridos no outro, estão em condição de exercer dois efeitos principais: de um lado, fazer adotar formas novas de produção cultural, situadas em um meio-termo mal definido entre o esoterismo universitário e o exoterismo jornalístico; de outro lado, impor, em especial através de seus julgamentos críticos, princípios de avaliação das produções culturais que, conferindo a ratificação de uma aparência de autoridade intelectual às sanções do mercado [...], tendem a reforçar o efeito de índice de audiência ou de lista de best-sellers sobre a recepção dos produtos culturais e também, indiretamente e a prazo, sobre a produção, orientando as escolhas (as dos editores, por exemplo) para produtos menos requintados e mais vendáveis (Bourdieu, 1997, p 111).

Trazendo o argumento de Bourdieu para a linguagem da teoria dos sistemas, poderíamos dizer que pessoas intelectualmente vocacionadas ou intelectuais profissionais funcionam enquanto acoplamento estrutural entre o subsistema dos meios de comunicação e o da ciência. Porém, os critérios pelos quais classificam-se as produções intelectuais são dados pelas exigências específicas dos meios de comunicação, e não pelas exigências da ciência. Assim, por exemplo, se uma pessoa leiga se interessar pelo universo intelectual e começar a procurar conteúdos sobre isso, provavelmente ela se deparará com os intelectuais e as produções selecionadas pelos media, e não com os grandes nomes e teorias paradigmáticas do conhecimento científico. Se essa prática se repete, com o tempo formam-se, como nos diz o autor, uma nova forma de produção cultural ou, na linguagem dos sistemas, um novo programa para o subsistema dos media, orientada muito mais pela distinção informação/não-informação, comandada por sua vez por um programa orientado pelo fast-thinking e que não preza pela distinção verdadeiro/falso das áreas da ciência. Com efeito, nada impede que a pessoa leiga acesse diretamente o mundo intelectual e comece a ler artigos acadêmicos, livros clássicos, artigos, etc, mas esse tipo de comunicação, apesar de estar socialmente disponível (já que a ciência faz parte do sistema social), não ultrapassa o primeiro nível de improbabilidade, ele se restringe ao contexto comunicativo dos intelectuais profissionais. É muito difícil que ela passe no teste de se tornar um conteúdo massivamente difundido. O fast-thinking não permite que tomemos nosso café da manhã lendo um trecho de um livro de Castells em vez de uma coluna de opinião que resume toda a situação da internet em umas poucas linhas.

## **II - A construção da realidade**

Os três setores de programação do subsistema dos meios de comunicação, as notícias/reportagens, a publicidade e o entretenimento, não são colocados como parte de um mesmo subsistema aleatoriamente. Apesar de suas diferenças a nível de acoplamentos, eles possuem em comum uma mesma hetero referência quando realizam uma observação para produzir uma construção social da realidade: essa referência é o indivíduo<sup>50</sup>. Nas notícias, como dissemos anteriormente, assume-se que causas e efeitos são produzidos por indivíduos, como se eles tivessem a capacidade de produzir algum resultado intencionado, e deixam-se contextos complexos de lado. No setor da publicidade, assume-se um indivíduo típico das primeiras

---

<sup>50</sup> Aqui, Luhmann não utiliza o termo “pessoas” justamente para se referir ao ideal que se constrói nos subsistemas de comunicação de um indivíduo livre, racional e dono de seu próprio destino.

teorias econômicas clássicas, que calcula seus ganhos e perdas. Por fim, no entretenimento, histórias são produzidas tendo como foco as biografias, conflitos e situações de indivíduos. Elas são lidas pelas pessoas por uma necessidade de “recalque” (termo do autor) e, aliado ao pressuposto econômico, o entretenimento assume que cada indivíduo é livre para escolher a história de que (psiquicamente) precisa.

Deve-se atentar a alguns cuidados nessa interpretação de Luhmann. Apesar de uma mesma referência ao indivíduo, a forma de apresentá-lo varia de um setor de programação a outro, às vezes de maneira contraditória: na publicidade, assumem-se indivíduos com uma mesma estrutura motivacional, enquanto que no entretenimento cada indivíduo é singularizado a partir de uma história específica. Nesse sentido, portanto, fica difícil falar de uma ideologia individualista no subsistema dos meios de comunicação, porque ela não teria coerência em si mesma. Não é possível também falar de ideologia pelo motivo de que Luhmann não interpreta a orientação por indivíduos enquanto uma ilusão, um auto engano ou um erro do subsistema; tal atitude pressuporia uma realidade ontológica apreensível, o que, como dissemos, iria no sentido contrário de todos os pressupostos da teoria dos sistemas. A orientação por indivíduos é apenas uma das maneiras dos meios de comunicação realizarem sua própria construção social da realidade.

Além de compartilharem a mesma hetero referência, as três áreas da programação, embora com mais ênfase nas notícias e reportagens, compartilham critérios de seleção que ficam, segundo Luhmann, mais escondidos. Estes se referem à capacidade dos meios de comunicação de criarem atribuições de causalidade, ou seja, selecionarem as causas e os efeitos estabelecendo conexões de sentido entre eles. Baecker (2001) já nos disse que esse tipo de seleção de causas e efeitos é característico de todos os sistemas de comunicação <sup>51</sup>, mas a diferença aqui é que, por meio dessas atribuições, os meios de comunicação produzem apelos valorativos que reforçam a reprodução moral da sociedade. A publicidade, por sua vez, produz também um sentido da realidade um pouco diferente: ela apresenta um mundo de abundância material, que sempre vai além das limitações individuais, e também opera a construção de sentido dessa limitação: se anteriormente a falta de acesso a bens de consumo era interpretada enquanto uma restrição religiosa ou de estrato, agora ela é percebida apenas como ausência de poder de compra. “A sociedade assim, surge como uma ordem na qual há dinheiro em massa –

---

<sup>51</sup> Ver capítulo 2, item I.

e falta para todo mundo” (Luhmann, 2005, p 136). Por sua vez, o entretenimento produz um sentido de realidade no qual a distinção entre mundo real e mundo fictício é apagada. Supõe-se, em vez disso, uma experiência de vida comum compartilhada com todos que é usada como base de comunicação. Deve ser feita uma importante observação: como dissemos anteriormente, por se tratar de entretenimento, essa imagem da vida que é apresentada não possui obrigação posterior, isto é, não há motivos para se criar uma comunicação seguinte a partir das experiências com narrativas de entretenimento. Isso não contradiz o argumento de Thompson de que os romances podem servir para um aprendizado reflexivo do self. A nosso ver, a proposição de Thompson diz mais respeito aos sistemas de consciência propriamente do que aos sistemas sociais: a incorporação de materiais simbólicos e a construção narrativa são processos feitos pelas próprias consciências individuais (socialmente condicionadas ou não, isso não vem ao caso). O self não é comunicado, no sentido preciso de uma comunicação verbal; antes, poderíamos dizer que ele se trata de uma autorreferência da vivência.

### Indivíduo e ação

A teoria dos sistemas luhmanniana têm como um de seus pontos de partida a rejeição da ação enquanto objeto sociológico explicativo do social, e sua substituição pela comunicação. A comunicação é fundamento principal dos sistemas sociais e o processo elementar através do qual o autor chega a formulações mais amplas sobre a sociedade. Porém, a ação é um componente heurístico utilizado pelos sistemas sociais que permite a sua auto-observação e, também, a ação toma parte em alguns processos interativos que formarão mecanismos catalizadores para a formação de sistemas.

Assim, sistemas sociais não são constituídos de ações, como se essas ações pudessem ser produzidas com base na constituição orgânico-psíquica do ser humano e pudessem existir por si próprias. Sistemas sociais são decompostos em ações e, com essa redução, adquirem fundamentos conectivos para o curso comunicativo seguinte (Luhmann, 2016, p 163)

O processo comunicativo é decomposto em ações pelo motivo de que estas são mais reconhecíveis e tratáveis do que comunicações. A ação pode ser localizada espacial e temporalmente: é atribuída alguém que emite uma mensagem em determinado momento e não há a preocupação em saber a que informação ou receptor ela se refere.

A nosso ver, o subsistema dos meios de comunicação é aquele no qual a autodescrição sistêmica por meio de ações aparece de maneira mais evidente: através de cada uma de suas

áreas da programação, os meios de comunicação conseguem lidar com o que lhes aparece no ambiente como “indivíduo”; eles aumentam sua capacidade de lidar com esse ambiente por meio de representações sobre o que é o indivíduo e, graças a seu poder de difusão, compartilham tais representações no âmbito social. Por sua vez, os indivíduos são descritos sempre por meio de suas ações, e não por suas complexidades psíquicas. A ação torna-se o elemento conectivo de comunicações seguintes nos meios de massa, seja porque está se avaliando a conduta moral de alguém, sua disposição para adquirir certo produto ou sua identidade narrativa.

**Proposição 2:** A ambivalência entre uma realidade de primeira e de segunda ordem é, no caso do subsistema dos meios de comunicação, também uma ambivalência entre formas de diferenciação<sup>52</sup>.

Embora a existência do subsistema dos meios de comunicação, sua realidade de primeira ordem, se deva à forma da diferenciação funcional da sociedade moderna, a descrição que este fornece sobre o mundo, sua realidade de segunda ordem, segue uma orientação por ações individuais. Retornando à nossa questão de pesquisa “como é possível a ordem social?”, poderíamos dar parte da resposta: através das categorias de “indivíduo” e “ação”, o subsistema fornece uma padronização das hetero referências que ele e outros sistemas de consciências podem utilizar, facilitando a observação de ocorrências no ambiente. Com efeito, como vimos, Luhmann (2016) já havia descrito que todos os subsistemas sociais utilizam a ação como forma de autodescrição. Mas aqui trata-se de um fenômeno diferente: o subsistema dos meios de comunicação não está usando a ação de maneira autorreferente, para se decompor, mas para descrever o mundo exterior (ressaltando o cuidado que o termo “descrever” significa nesse caso: processar irritações, e não “atingir uma verdade”<sup>53</sup>). Isso é um tipo de operação que nenhum outro subsistema social faz, considerando que nenhum outro subsistema social utiliza meios de difusão enquanto material constitutivo de sua própria estrutura.

O subsistema dos meios de comunicação inverte, dessa forma, a diferença colocada por Luhmann (2018) entre indivíduo e pessoa. Em formas anteriores de diferenciação social, o indivíduo ou sua individualidade eram definidos pelo pertencimento a um único subsistema (por exemplo, fazia-se parte de uma família e não de outra; de um estamento e não de outro; etc). Na sociedade moderna, ao contrário, o indivíduo não é definido pela sua inclusão em um

---

<sup>52</sup> Ver capítulo 2, item VI

<sup>53</sup> Ver capítulo 4, item IV

subsistema, porque a sua participação em um deles não exclui sua participação em outro. Seu status como indivíduo é definido antes de sua inclusão nos subsistemas sociais. Por sua vez, o que define alguém participante dos subsistemas sociais modernos não é seu atributo de individualidade, mas sua característica como “pessoa”. Os subsistemas precisam que pessoas ajam para eles, para que possam realizar suas operações, e precisam do acoplamento estrutural com as pessoas (com os sistemas de consciência) para tornar a comunicação compreensível.

A pessoa singular não pode mais pertencer a um e apenas um sistema social parcial. Ela pode se engajar vocacional/profissionalmente no sistema econômico, no sistema jurídico, na política, no sistema educacional etc. e de certo modo o *status* social segue as trajetórias de sucesso trilhadas profissionalmente; mas ela não pode viver apenas em um dos sistemas funcionais. Como, no entanto, a sociedade nada mais é do que a totalidade de suas relações internas sistema/ambiente e ela própria não pode aparecer em si mesma como todo, ela não oferece ao singular mais nenhum lugar onde ele possa existir como “ente social”. Ele só pode viver fora da sociedade, reproduzir-se no ambiente da sociedade apenas como um tipo específico de sistema, no qual a sociedade é para ele um ambiente necessário (Luhmann, 2018, p 145)

De um ponto de vista histórico, isso significa dizer que o subsistema dos meios de comunicação utiliza hetero referências que não correspondem à lógica de diferenciação da sociedade moderna. Não mais atributos sociais diretamente ligados a figura de um indivíduo atuam enquanto diferença-guia de reprodução do sistema social. Evidentemente, ainda existem classes sociais, linhagens de parentesco, atribuições de prestígio, etc, mas tais características tornam-se, no cenário moderno, manifestações secundárias da diferenciação funcional. Porém, ao reduzir a complexidade dos fenômenos à figura do indivíduo, os meios de comunicação colocam os atributos ligados ao indivíduo novamente enquanto categorias centrais de descrição do mundo. Evidentemente, não se trata de um simples movimento reacionário: não vemos, pelo menos não com tanta frequência, os meios de comunicação utilizando classes, linhagens e honra como formas de legitimação de pessoas (embora, talvez, as celebridades sejam uma forma moderna de se falar de um alto estamento, mas isso seria outra discussão). Todos esses atributos passados são substituídos pelo fenômeno que Luhmann descreveu da institucionalização da ação<sup>54</sup>. Institucionalizar a ação significa, para o subsistema dos meios de comunicação, (re)transformar o ambiente “pessoa” em “indivíduo”, e construir sua individualidade novamente a partir de atributos individuais que agora são reduzidos à categoria de ação. Além

---

<sup>54</sup> Ver capítulo 3, item III

disso, retorna-se fenomenologicamente à acepção anterior de que essa “pessoa-indivíduo” faz parte de apenas um subsistema e não de uma multiplicidade deles (conhecemos Albert Einstein por suas ações na ciência; George Bush por suas ações na política, Steve Jobs por suas ações na economia, enfim, tomamos conhecimento do indivíduo, como nos disse Luhmann, apenas pelo seu status social definido pela profissão), embora o próprio subsistema abra possibilidades secundárias de explorar suas vidas para além de um campo específico de atuação (quando, por exemplo, publicam-se as biografias sobre os famosos, que prometem revelar o que está por trás da figura conhecida).

### **III – A produção de aceitação e de confiança**

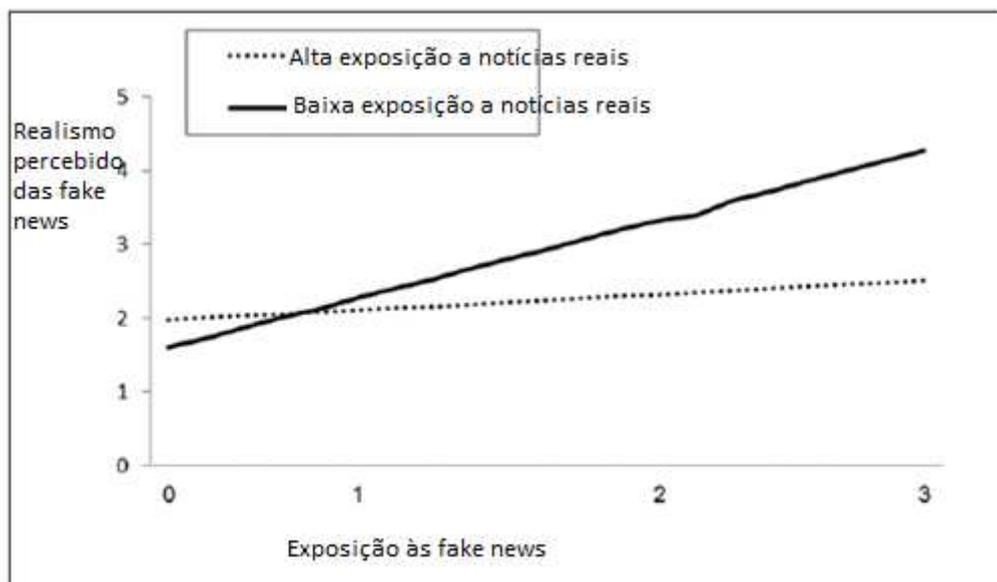
Uma constante desconfiança é produzida por conta da posição social singular que o subsistema dos meios de comunicação ocupam: de todos os subsistemas sociais, ele é o único que tem suas estruturas principais fundadas em meios de difusão; conseqüentemente, é o único que atua no segundo nível de improbabilidade comunicativa<sup>55</sup>. A todo momento, comunicações estranhas chegam ao conhecimento de públicos indeterminados e, a princípio, não há nada garantindo que estes vão aceitar o que quer que estejam vendo, ouvindo ou lendo.

A produção de desconfiança também pode ser observada no que, do ponto de vista da lógica (mas não do ponto de vista sistêmico), seria uma contradição ou inconsistência entre a área de notícia e a área de entretenimento do sistema. Em um survey realizado por telefone (Balmas, 2014), o autor compara a percepção da realidade de pessoas que acompanham notícias reais sobre política e programas satíricos sobre o mesmo tema, e de pessoas que acompanham apenas os programas satíricos. O gráfico abaixo (figura 3) mostra essa relação entre níveis de exposição a notícias falsas (“notícias falsas” aqui entendidas enquanto programas satíricos), a noticiários reais e a percepção da realidade:

---

<sup>55</sup> Ver capítulo 1, item II

Figura 4: Níveis de exposição a notícias falsas (fake news) e reais e a correlação com o realismo percebido das notícias falsas.



Fonte: Balmas, 2014, p 443.

O entretenimento, como vimos no último capítulo, faz parte dos programas do subsistema dos meios de comunicação. Apesar de Luhmann focar mais sua análise nos romances, seu argumento e o de Balmas sobre a estrutura do entretenimento são similares: o subsistema volta sua atenção na construção da personalidade dos personagens. No caso do romance, os personagens possuem biografia, problemas e situações de vida criados por eles mesmos (Luhmann, 2005); no caso dos programas de sátira política, há um foco excessivo na representação do personagem enquanto uma figura negativa, em traços como confiabilidade, moralidade, cumprimento de promessas, liderança, representação, cuidado com o cidadão, etc (Balmas, 2014). O entretenimento, nesse sentido, pode ser visto como um programa do subsistema dos meios de comunicação cujos efeitos na construção da realidade são contraproducentes em relação aos efeitos do programa das notícias: ele não somente opera através da criação de um mundo imaginário baseado no mundo real e, assim, cumpre a sua função de, como diz Luhmann (2005), não fornecer motivos para se preocupar com a comunicação seguinte, mas extrapola esses parâmetros ao fornecer, talvez de maneira imprevista, uma descrição do real que é diferente da descrição do real promovida pelo programa das notícias. Por sua vez, isso reforça o argumento do autor de que, a nível de construção da realidade, a distinção que o entretenimento cria entre um mundo imaginário e um mundo real se perde.

As chances de rejeição de um subsistema que só pode confiar na difusão de mensagens são muito grandes, e é por isso que ele se vê obrigado a recorrer a medidas que possam garantir que sua improbabilidade torne-se provável e que sua confiança ultrapasse sua desconfiança. Observamos, principalmente, quatro fatores que podem atuar na produção de confiança pelo subsistema dos meios de comunicação. O primeiro deles já foi exposto, deriva das proposições sobre os limites sociais do subsistema e suas consequências para a formação de esquemas: como “tudo o que sabemos” chega pelos media, nivelando os horizontes culturais e cognitivos do subsistema e das consciências, diminui-se a frequência com a qual as pessoas enxergam uma comunicação fora de contexto enquanto algo distante ou estranho e aumenta a frequência com a qual enxerga-se esse algo enquanto uma coisa familiar ou cotidiana. Além desse fator, três outros nos chamam à atenção: a) a utilização do código verdadeiro/falso; b) a relevância local da informação e c) a característica do subsistema enquanto “forma”.

*a) A verdade enquanto meio gerador de confiança para o subsistema dos meios de comunicação*

Nos perguntamos se não poderíamos incluir a verdade enquanto um catalisador não só na formação do sistema da ciência, mas também enquanto um meio generalizado que atua na produção de confiança pelo subsistema dos meios de comunicação. Com efeito, Luhmann enfatiza que nem todos os sistemas possuem um meio simbolicamente generalizado e nossa proposição não se trata de incluir a verdade enquanto meio generalizado dos meios de comunicação. Antes, trata-se de propor que o subsistema, da mesma forma que reproduz o código da moral bom/mau<sup>56</sup> sem, no entanto, refletir sobre esses valores, reproduz o código da ciência verdadeiro/falso, sem que suas operações reflitam sobre a verdade. Sendo o subsistema dos meios de comunicação processadores de irritações que se passam no ambiente social, e sendo uma dessas irritações as ocorrências no subsistema da ciência, é perfeitamente possível que o primeiro utilize os códigos do último, não em seu processo de autopoiese, mas em seu processo de construção da realidade. Ele ainda opera com a distinção informação/não-informação, não há uma substituição de códigos. Mas nada impede o sistema de considerar como “informação” ou “informativo” um valor utilizado por outro subsistema. Além disso, a

---

<sup>56</sup> Ver capítulo 3, item III

verdade é um meio que se faz presente, de uma maneira ou de outra, em todos os subsistemas, assim como outros meios de comunicação simbolicamente generalizados não são presos a um sistema específico. É possível observar verdade no direito, justiça na ciência, pagamentos na arte e poder nas salas de aula.

Mas de que maneira a verdade poderia tornar-se um meio de confiança para os meios de comunicação? Em primeiro lugar, devemos lembrar que, enquanto meio simbólico generalizado, a verdade tem a capacidade de superar a terceira improbabilidade comunicativa, a de se aceitar uma determinada comunicação<sup>57</sup>. A aceitação é a chave para a produção de confiança. Por exemplo, no subsistema político, quando ocorre um caso de corrupção, isso desvaloriza a confiança no meio sistêmico utilizado (o poder). Da mesma forma, propomos, a confiança é essencial ao subsistema dos meios de comunicação. A famosa frase que inicia o livro de Luhmann sobre o tema, “Aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação.” (Luhmann, 2005, p 1), a nosso ver, é o que deixa mais evidente que precisamos levar nossas vidas confiando na capacidade dos meios de comunicação de nos informarem sobre aquilo que consideramos relevante. Evidentemente, como Luhmann aponta, o sistema dos meios de comunicação sempre atua sob a suspeita de manipulação, o que seria um indicativo de “inflação” do meio (desconfiança), mas isso não interrompe suas operações. Da mesma forma que ocorre por exemplo com o dinheiro, a confiança em uma informação não se dá apenas em relação ao sistema, mas em relação à confiança que outros têm sobre essa informação, o que cria uma tolerância à desvalorização do meio e permite que o subsistema continue suas operações.

Essa proposição da produção de confiança e desconfiança pode ser ilustrada com um outro exemplo referente às chamadas “fake news”, agora entendidas não mais como programas satíricos, mas como notícias que tentam se passar por verdadeiras. Esse é um fenômeno que tem seu ápice social durante as eleições presidenciais norte-americanas de 2016. É nessa segunda acepção que o termo acabou se popularizando: as eleições norte-americanas de 2016 foram marcadas, entre outras coisas, pelo espalhamento em grandes quantidades de notícias falsas através de sites de notícia alternativos aos conglomerados tradicionais de mídia (Allcott e Gentzkow, 2017).

---

<sup>57</sup> Ver capítulo 1, item II.

Olhando para as fake news, nota-se que, mediante todos os esforços para esse objetivo, elas não conseguem alcançar o nível de confiança atingido pelos meios tradicionais. Por exemplo, além de contarem com meios físicos (jornais, revistas, etc), quase metade dos acessos online aos sites tradicionais de notícia (48,7%) acontecem de maneira direta, isto é, a pessoa digita o endereço no procurador, e apenas 10% dos acessos acontecem via mídias sociais, ou seja, clicando em um endereço que aparece no mural de notícias do facebook ou em uma conversa do whatsapp. Nos sites de notícias falsas, os acessos diretos caem para 30,5% e os acessos via mídias sociais sobem para 41,8% (Allcott e Gentzkow, 2017). Isso nos mostra o quanto sites de notícias falsas aparecem para os usuários de maneira passiva. Além disso, os autores nos mostram dados diretos usando também a própria categoria de “confiança” (Gottfried and Sharer, 2016 apud Allcott e Gentzkow, 2017): 34% dos adultos confiam “muito” ou “médio” nas notícias que recebem através de mídias sociais; esse número sobe para 76% e 82% quando se trata de confiança nas organizações midiáticas nacionais e locais, respectivamente. Um último exemplo: os autores nos mostram quais foram as principais fontes de informação durante as eleições norte-americanas de 2016 (Allcott e Gentzkow, 2017): As estações de TV somam 57,2% do total, comparado a 28,6% de internet e mídias sociais. Imprensa e rádio cumprem 8% e 6,2% do total, respectivamente.

Não é nosso propósito realizar um estudo empírico sobre confiança midiática. Os dados acima, como dissemos, têm apenas a função de ilustrar nossa proposição inicial de que a verdade pode ser vista como um meio de produção de confiança para o subsistema dos meios de comunicação. A conclusão que podemos tirar é a de que o meio no qual a informação circula importa para o grau de confiança depositado nesta<sup>58</sup>, e tais meios, como mostram os dados, acabam sendo justamente aqueles pertencentes ao subsistema dos meios de comunicação<sup>59</sup>. As pessoas confiam mais em meios tradicionais com receio de que as informações que chegam via mídias sociais possam ser falsas.

Não obstante a vantagem de confiança dos meios tradicionais, as redes sociais conseguem algum sucesso, o que obriga a uma reação por parte do subsistema dos meios de comunicação. Diante do fenômeno das fake news, começam a aparecer diversas plataformas

---

<sup>58</sup> O que reforça o nosso argumento anterior de que a teoria luhmanniana não possui um aspecto conteudista. Cf nota 15 deste texto.

<sup>59</sup> Para esclarecimento: as mídias sociais não fazem parte do subsistema dos meios de comunicação. Na sugestão de Jan-Felix Schrape (2016), elas situam-se em um nível diferente de construção da realidade.

criadas pelas próprias empresas de comunicação dedicadas exclusivamente à checagem de conteúdos que circulam pelas redes sociais<sup>60</sup>. Ora, o que isso significa, em termos de teoria luhmanniana? As fake news criam um fenômeno inflacionário do meio “verdade” ao desestabilizarem a confiança das pessoas diante de informações fornecidas de imediato. Não mais aquilo que aparece no formato de notícia pode ser colocado como genuíno. Nesse sentido, o subsistema se vê obrigado a reforçar essa confiança a partir de suas próprias estruturas, mediante a criação de outras operações que também partem de seu código valorativo “informação”, mas de uma maneira diferente: ao dizer, por exemplo, que tal evento, tal declaração ou tal acontecimento é falso, o subsistema reforça a assimetria de seu código (a sua preferência pelo valor positivo do código)<sup>61</sup> ao identificar o falso como “não-informação”, mas tudo isso pelos critérios da “informação”. “Confiem em mim, pois estou dizendo que isso é não-informativo”. O subsistema reforça, assim, a sua função social enquanto descritor do presente (Schrape, 2016) diante de um fenômeno que constantemente o coloca seu papel em cheque. E ele o reforça através de um exercício de “reflexividade institucional”, como diria Giddens (1991).

#### b) a relevância local da informação

Falamos aqui de outro mecanismo dentro dos programas das notícias que Luhmann coloca: a relevância local da informação. Muitas vezes a seleção do caráter informativo de um evento não se faz, digamos, nele mesmo, mas por fatores externos, e esse é o caso da relevância local. Aqui, a capacidade para algo ser considerado “informativo” aumenta muito, visto que se pode usar a justificativa geográfica para produzir uma informação (exemplo do autor (Luhmann, 2005): um jornal local pode noticiar que em sua cidade um carteiro foi mordido por um cachorro. Porém, isso não se tornaria notícia em dimensão nacional a menos que uma matilha de cães o matasse). Mas não se trata apenas de noticiar o local, mas também de realizar um processo de “reencaixe cognitivo”<sup>62</sup>. No caso do subsistema dos meios de comunicação,

---

<sup>60</sup> Temos no Brasil, por exemplo o “Projeto Comprova” e “Agência Lupa”; no México, o “Verificado”, etc.

<sup>61</sup> Ver capítulo 2, item VI

<sup>62</sup> A questão do “desencaixe” e “reencaixe” é discutida por Anthony Giddens (1991): no argumento do autor, a modernidade constitui-se como um período no qual nossas relações pessoais são desencaixadas de seus contextos locais e vividas a distâncias. Porém, em um movimento contrário, as próprias estruturas modernas permitem um reencaixe dessas relações distantes em relações mais diretas (por exemplo, alguns comércios premiam clientes recorrentes de sua loja por conta de sua fidelidade ou alguns sistemas democráticos realizam, às vezes, referendos populares), permitindo que as pessoas reforcem sua confiança nessas estruturas.

trata-se do seu potencial de fornecer a possibilidade de estabelecer uma relação de causa e efeito entre uma ocorrência não-local e uma consequência local (por exemplo, noticiar o aumento de preços de supermercados regionais tendo-se uma notícia anterior de crise econômica; noticiar a falta de recursos para hospitais e saúde locais, tendo-se noticiado anteriormente um caso de desvio de verba nacional; etc). Dessa forma, as pessoas constroem relações de sentido entre causa e efeito, trazendo para seu contexto local as consequências construídas de um evento causal construído que ocorreu em outra escala espacial.

*c) O subsistema dos meios de comunicação enquanto “forma”*

O subsistema dos meios de comunicação transmite confiança<sup>63</sup>, porque ele não é apenas o resultado da soma dos meios de difusão disponíveis. O subsistema, justamente por ser um sistema, dá a esses meios uma forma<sup>64</sup>, uma conexão forte entre elementos antes parcamente conectados. A formalização do subsistema (através da criação de códigos, programas, critérios comunicativos internos a ele e pessoas especializadas para agir dentro do subsistema), a nosso ver, permite que as pessoas depositem sua confiança nele. Da mesma forma que Giddens exemplifica a confiança no sistema com o passageiro que toma um avião sem nenhum conhecimento das técnicas de aerodinâmica, dos outros passageiros ou dos funcionários, podemos exemplificar a mesma confiança na pessoa que lê sobre uma ocorrência distante de seu local de vivência mas acredita na sua importância porque confia no meio que está utilizando. A pergunta “por que eu vou querer saber sobre isso?” é substituída pela noção de que “se colocaram isso no jornal, deve ser importante”.

**Proposição 3:** O subsistema dos meios de comunicação supera sua condição inicial de improbabilidade comunicativa através da geração de confiança.

Aqui, mais uma parte da nossa pergunta sobre a possibilidade da ordem social é respondida. O subsistema dos meios de comunicação, por basear suas estruturas em meios que geram muita rejeição (meios de difusão), e por não contar com um meio de comunicação simbolicamente generalizado, carrega uma alta dose de desconfiança. Ele precisa, portanto, procurar outros caminhos para produzir confiança e garantir sua legitimidade.

---

<sup>63</sup> Também nos inspiramos aqui na ideia de confiança de Giddens (1991) colocada na nota anterior.

<sup>64</sup> Ver capítulo 1, item III.

### Computador e mídias sociais: um breve adendo

Quando Luhmann escreveu sua obra sobre meios de comunicação, o computador pessoal e a internet em massa eram ainda fenômenos recentes, e, portanto, eles não entram com força na análise do autor. Não é nosso propósito, portanto, discutir o papel da internet para o subsistema dos meios de comunicação. Porém, os dados sobre as fake news (as notícias falsas, não as sátiras) nos incentivam a adicionar breves comentários introdutórios sobre o tema.

Em um pequeno trecho que dedica a escrever sobre o computador, Luhmann (2006) aponta que o seu potencial enquanto meio é uma quebra da unidade da comunicação “informação/participação/entendimento”<sup>65</sup>: tendo em vista que o computador funciona apenas pela introdução de programas a serem executados automaticamente, ao remetente torna-se impossível colocar a diferença entre informação e participação: não se pode falar de um “como” da informação se aquele que a participa não está disponível para julgamento. A informação no computador aparece, dessa forma, de uma maneira mais pura ou, melhor dizendo, oculta de suas intenções. Ora, os dados de baixa confiança sobre as fake news advindas de sites aleatórios confirmam a proposição luhmanniana: não posso acreditar/confiar em uma notícia (ou mesmo corrente, imagem, texto solto, etc) que não sei de onde veio, porque alter está escondido. Também se quebra a unidade entre participar e entender (Luhmann, 2006): aquele que insere dados/pública notícias falsas não sabe o que será extraído pelo outro lado; o único interesse de ego, se é que podemos chamar assim, é o de que os dados/notícias se processem/alarguem.

As comunicações online, portanto, não têm capacidade de formar um subsistema social novo, dado que com a quebra radical dos elementos que constituem a comunicação seu grau de improbabilidade torna-se demasiado elevado. Quanto a seu efeito para a comunicação social em geral, elas atuam enquanto um agente que possibilita trocas tanto no domínio da comunicação individual quanto no domínio de comunicações dentro dos limites dos domínios funcionais de cada subsistema, como sugere Schrape (2016). Este autor argumenta também, como dissemos, que as mídias sociais não podem ser incluídas enquanto parte do subsistema dos meios de comunicação por conta de um problema de ordem fenomenológica: seu nível de descrição da realidade é diferente daquele dos meios de massa tradicionais. Com efeito, Luhmann argumenta que uma das funções do subsistema dos meios de comunicação é a de

---

<sup>65</sup> Ver capítulo 1, item I.

representar a realidade através do processamento de irritações<sup>66</sup>, e Schrape (2016) segue nessa direção colocando que a função do subsistema é a da descrição do presente, enquanto que as mídias sociais teriam sua contribuição em aumentar a quantidade de tópicos discutidos que, por sua vez, poderiam ser abordados pelo subsistema dos meios de comunicação se ele os tomar como irritações.

*As mídias sociais na web facilitam a troca e, portanto, a gênese e difusão de conteúdo e enunciados no meso nível de comunicação [o nível designado pelo autor, que engloba as mídias sociais], no qual o escopo dos tópicos que circulam simultaneamente é muito mais alto do que na descrição comumente conhecida do presente em uma sociedade moderna. Na medida em que a evolução dos sistemas sociais pode ser parafraseada como uma “teoria de espera por oportunidades utilizáveis” (Luhmann 2012, 253), o conjunto de variações visíveis a partir das quais sistemas de níveis mais altos de seleção [o dos meios de massa] podem escolher dessa maneira expande-se significativamente (Schrape, 2016, p 10)*

Por fim, os possíveis efeitos que as mídias sociais possam ter para a nossa questão da possibilidade da ordem social são incertos. Enquanto elementos dinamizadores de trocas comunicativas, elas podem tanto atuar no polo da desestabilização da ordem, no sentido de aumentarem os níveis de irritação que cada subsistema tem que lidar, ou no polo do reforço da ordem, no sentido de aumentarem a complexidade dos subsistemas e permitir que eles sejam mais capazes para lidar com demandas do ambiente, como aconteceu no caso que vimos da criação das agências reguladoras para lidar com o fenômeno das fake news.

#### **IV – Esferas públicas**

##### O processamento de irritações

O subsistema dos meios de comunicação se especializa, de acordo com Luhmann (2005), na criação de “horizontes cognitivos” da sociedade através de constantes processamentos de irritações através de seu código informação/não-informação. Irritações, para Luhmann, são reações que ocorrem dentro do próprio sistema em função de ruídos advindos do ambiente externo. Dessa forma, se pensarmos na sociedade enquanto ambiente do subsistema dos meios de comunicação, podemos dizer que a função dos meios de comunicação consiste na descrição da sociedade, mas não em um sentido científico ou ontológico, mas a partir de sua própria dinâmica operacional de transformar aquilo que o irrita em informação. Vale lembrar

---

<sup>66</sup> Ver capítulo 4, item IV

que esse processo, no entanto, não é reativo, mas criativo, passando pelos critérios de seleção que distinguem informação de não-informação. Não é como se o subsistema simplesmente transformasse em notícia todos os eventos externos de maneira aleatória. Por esse motivo, argumenta Luhmann (2005), não se pode entender a realidade dos meios de comunicação pressupondo que sua tarefa seja disponibilizar informações e, a partir daí, medir o seu grau de distorção ou de manipulação da realidade. A possibilidade de compreensão desse mapeamento cognitivo da sociedade que os media fazem é dada por aqueles fatores que já discutimos: esquemas e scripts que ajudam em processos de generalizações, confirmações e condensações de sentido. Trata-se, no entanto, de uma construção em retrospecto: cada escolha feita pelos meios de comunicação para tratar uma ocorrência como “informação”, o código positivo do sistema (em contraposição à “não-informação”), só pode ser colocada em um esquema se se observar que ela é reutilizada em outras situações mantendo o mesmo sentido. Optar pela informação quer dizer também, como nos sugere Martinez (2011), optar pelo lembrar. Em suas constantes seleções e construções esquemáticas, os meios de comunicação distinguem entre lembrar e esquecer e possibilitam, dessa forma, a criação de uma memória.

### Esferas públicas

Há ainda uma outra função do subsistema dos meios de comunicação, que consiste na representação da “esfera pública”. Porém, antes, precisamos esclarecer o que significa esse conceito para Luhmann. Ele entende a esfera pública, juntamente com Baecker, como “o ambiente social interno dos subsistemas sociais – isto é, de todas as suas interações e de suas organizações...” (Luhmann, 2005, p 168). Cada subsistema social, porém, observa apenas uma parcela do ambiente social externo. Por exemplo, o mercado é o ambiente interno do subsistema econômico e a opinião pública é o ambiente interno do subsistema político (Luhmann, 2005), então o que se chama de esfera pública designa uma multiplicidade variada de ambientes que só ganham um sentido mais preciso quando se adota uma referência sistêmica. Como os sistemas não conseguem ver o que está além de suas fronteiras, os meios de comunicação teriam a função de representar essa esfera pública (porém, sendo uma representação, nunca se trata da realidade de fato, mas da realidade construída por eles), tornando-a transparente para outros subsistemas. Por exemplo, um político só pode reagir a uma opinião de um comentarista famoso se essa opinião é explicitada em algum lugar. Ele utiliza a opinião pública para se observar (observando as repercussões de ocorrências dentro do sistema) e responder a expectativas correspondentes. Da mesma forma, investidores só podem tomar decisões se tiverem informações sobre flutuações na bolsa de valores, etc.

### Opinião pública

Nos atentando um pouco mais à esfera pública que corresponde à opinião pública, ela é definida, ainda em outros termos, como um meio<sup>67</sup>: ela é um meio no qual, no âmbito psíquico, sistemas de consciência ou, no âmbito social, contribuições a temas, estão ligados entre si de maneira fraca (Blanco, 2003), uma vez que nenhuma pessoa tem acesso à consciência da outra e as contribuições a um tema não são mutuamente coordenadas. A partir do momento em que os meios de massa atuam no meio da opinião pública, esses pensamentos ou contribuições são continuamente confirmados e reforçados através de sua difusão. Porém, não ocorre a passagem do “meio” para a “forma”: a opinião pública não é uma unidade da mesma forma que o mercado também não o é (Blanco, 2003). Também, nesse sentido, não há uma transmissão de informação dos meios de massa para a opinião pública (Blanco, 2003), mas sim uma constante reciclagem de comunicações dispersas.

Esse processo de reforço de pensamentos e contribuições permite às pessoas terem a impressão de que estão pensando a mesma coisa e a possibilidade de compartilharem isso em um horizonte único sem que precisem perguntar para cada pessoa em específico o que ela pensa. Nesse sentido, a opinião pública não se restringe, para Luhmann, a um agregado de pensamentos individuais, porque ela não tem acesso a eles, apenas os pressupõe. Ela forma, para Luhmann, um complexo próprio que segue suas próprias leis (embora o autor não a considere um sistema, porque ela não forma códigos, programas e outros pré-requisitos necessários para tal). A unicidade do horizonte, porém, não garante uma unicidade de opinião. A comunicação ainda pode ser aceita ou rejeitada, ou seja, a opinião pública cria diferença ao mesmo tempo que cria redundância<sup>68</sup>.

O compartilhamento de uma opinião única nada mais é do que um processo de redução de complexidade feito pelos meios de massa para mostrar o resultado de inúmeras contribuições em agregados mais ou menos consistentes que podem, portanto, ser observados. Dito de outra forma (Blanco, 2003), a opinião pública aparece como, ao mesmo tempo, o resultado da comunicação e a disponibilidade da comunicação socialmente possível.

---

<sup>67</sup> Ver capítulo 1, item III.

<sup>68</sup> Ver capítulo 1, item I.

No nível mais específico dos programas, (das notícias/reportagens, da publicidade e do entretenimento), o subsistema cria conteúdos para uma comunicação futura. Mas isso, em um primeiro olhar, não é diferente de qualquer operação que esse ou outro subsistema social fazem, uma vez que todas as suas operações, sendo de caráter comunicativo, geram pressupostos para uma comunicação seguinte. A peculiaridade se encontra em outro lugar: os meios de comunicação criam uma realidade de fundo que pode se tomar enquanto pressuposta, e a partir daí as pessoas podem se afastar dela e expressarem-se com opiniões, julgamentos, etc sem o medo de serem contrariadas. Poderíamos dizer que, no raciocínio do autor, o subsistema dos meios de comunicação cria uma espécie de arena de discussão, na medida em que reduz a complexidade do mundo a pressupostos comuns. Com efeito, outros subsistemas também criam realidades de fundo das quais se partem, uma vez que a comunicação produz redundância, e pode-se opinar sobre elas (dois colegas sociólogos podem tomar um café e conversar sobre o valor da obra de Weber, por exemplo), mas eles não possuem a precisão informativa (no sentido de não refletirem sobre o valor “informação”) do subsistema dos meios de comunicação (nada garante que dentro do subsistema da ciência os dois sociólogos tenham os mesmos pressupostos básicos de Weber) que garante um terreno comum a partir do qual possam se produzir opiniões. Ao contrário, o subsistema dos meios de comunicação deseja a produção constante de opiniões a partir de suas publicações, para poderem medir o estado da opinião pública.

A construção da opinião pública produz nos meios de massa a criação de “valores próprios”: estes ocorrem em função do movimento de suposição que os meios de massa precisam fazer sobre uma uniformidade coletiva, durante o processo de criação de seus conteúdos. Ou seja, ao dizer uma coisa que supostamente sintetiza em algo único uma multiplicidade de contribuições ou pensamentos individuais, a operação dos meios de massa acaba produzindo e reagindo a seus próprios resultados; ela cria um “artefato”, diria Bourdieu (2010), da mesma maneira que ocorre quando um pesquisador, no momento da entrevista, força o entrevistado a responder uma pergunta em termos que ele não havia pensado, em termos que o próprio pesquisador acidentalmente impõe a ele. Esses artefatos funcionam enquanto “testes de realidade”. Isso não significa que eles testam seu nível de realidade ou falsidade. Significa dizer que eles precisam produzir indicadores da própria realidade que criam e que devem ser capazes de reagir às suas próprias operações com operações futuras que são parte dessa realidade. No subsistema dos meios de comunicação isso ocorre através do mecanismo já descrito por Luhmann de tratar as opiniões sobre acontecimentos elas mesmas como acontecimentos próprios. Isso é um teste de realidade porque, dessa maneira, o sistema pode

estimular a produção de comentários, divergências, mudanças de valor, o privilégio de alguns grupos e a exclusão de outros, etc (Luhmann, 2005). Estimulando-se o dinamismo social, comprova-se que a realidade criada pelos meios de comunicação molda a realidade externa.

**Proposição 4:** O subsistema dos meios de comunicação, na medida em que representa as diversas esferas públicas de outros subsistemas, tem a função de tornar a sociedade moderna visível.

A distinção que o subsistema estabelece entre informação e não-informação também pode ser observada, do ponto de vista da ciência, como uma distinção entre o visível e o invisível. Isso não significa que os media nos informam sobre tudo que existe na sociedade (do contrário, a “não-informação” não existiria), significa que ele cria um efeito de transparência, ele nos informa “como se” soubéssemos de tudo que há para saber. É possível produzir esse fenômeno porque é impossível saber de algo que não se conhece.

A sociedade moderna, em comparação com outros tipos societários, é marcada por um alto grau de complexidade. A pessoa que vive na modernidade não consegue mais reduzir sua vivência apenas a um grupo (família, casta, etc) ou se contentar com o conhecimento fornecido dentro dos limites do território em que vive. Luhmann (2006) argumenta que uma das características da modernidade que são consequências do desenvolvimento dos meios de difusão é a redução da necessidade de integração espacial para que os subsistemas realizem suas operações. O papel-moeda, os livros, as leis, etc, e também as pessoas, por consequência, podem circular mais livremente pelo espaço social. A expansão espacial sobrecarrega as capacidades cognitivas individuais, no sentido de que a pessoa não é mais capaz, apenas por si mesma, de conhecer o mundo em que vive.

Abraão, ou algum camponês do passado, morreu “velho e saciado da vida”, porque estava no ciclo orgânico da vida; porque a sua vida, em termos do seu significado e a véspera dos seus dias, lhe dera o que a vida tinha a oferecer; porque para ele não havia enigmas que pudesse querer resolver; e, portanto, poderia ter tido o “bastante” da vida. O homem civilizado, colocado no meio do enriquecimento continuado da cultura pelas ideias, conhecimento e problemas, pode “cansar-se da vida”, mas não “saciar-se” dela (Weber, 1982, p 166)

A consciência, e não apenas ela, mas os diversos subsistemas sociais, para poderem operar em um alto nível de complexidade, precisam de uma garantia sobre conhecimentos básicos sobre o ambiente em que vivem. Um pouco mais da nossa pergunta inicial é respondida: a ordem social (moderna) é possível através do processo de tornar visíveis os diversos ambientes dos subsistemas, o que possibilita que cada um deles realize suas operações de observação.

Tornar visível o ambiente social significa também tornar possível o compartilhamento de uma mesma referência temporal. Como discutimos no segundo capítulo, o processo de modernização da sociedade acarreta em uma profunda integração temporal dos subsistemas<sup>69</sup>, no sentido de que todos tomam como referência um determinado presente através do qual podem distinguir entre passado e futuro. Se os meios de comunicação, como entendemos, funcionam enquanto descritores do presente, então sugerimos igualmente que ele é o subsistema que permite a homogeneização das referências temporais para cada um dos subsistemas sociais. Com efeito, parte do problema já é resolvida com a introdução de um horário universal e a subsequente orientação das atividades sociais por ele (horários para entrar e sair do trabalho; horários em que ocorreram as flutuações de mercado; horários em que o transporte público passa; etc). Mas apenas isso não garante que o conhecimento das ocorrências aconteça ao mesmo tempo. Eu posso saber que houve um incêndio ontem às 15h, mas essa informação poderia chegar até mim apenas às 18h do dia seguinte. Com o subsistema dos meios de comunicação, tem-se a possibilidade de tomar conhecimento de ocorrências, não em tempo real, como se gosta de anunciar (uma vez que, como todos os subsistemas, os meios de comunicação têm seu próprio tempo de reação), mas ao mesmo tempo dos outros. É o momento em que os media divulgam a ocorrência, e não o momento da ocorrência em si, que constitui o presente padronizado a partir do qual podem-se criar distinções de passado e futuro e do qual podem-se tematiza-las na esfera da opinião pública.

O subsistema dos meios de comunicação também pode tornar o invisível visível, e aqui as discussões sobre ecologia são o melhor exemplo ilustrativo, porque introduzem uma nova esfera pública. Ulrich Beck e Anthony Giddens (2012) em suas discussões sobre a reflexividade da modernidade, cada um à sua maneira, argumentam que vivemos em uma sociedade marcada por constantes riscos (em especial os ambientais) de escala global. Se a modernidade não depende mais de integrações espaciais para suas operações, faz sentido que os riscos que estas produzem se alastrem também não apenas a nível local. Uma das razões que explicam esse risco é a de que, até há pouco tempo, o meio ambiente natural não era uma “informação” e, portanto, não se consistia enquanto uma esfera pública, enquanto um ambiente interno que outros subsistemas precisavam se preocupar. Da segunda metade do século XX para cá, no entanto, todos os efeitos desse mundo “invisível” do meio ambiente, argumenta Beck (2011), efeitos que estavam fora dos cálculos operativos dos subsistemas, começam a trazer consequências

---

<sup>69</sup> Ver capítulo 2, item II

estruturais para o cenário da modernidade. Por isso, a sociedade demanda uma reforma ou reorganização de suas estruturas (o que eles chamam de “reflexividade”), de modo que o meio ambiente possa ser incorporado enquanto um ambiente para ser observado. É necessário, coloca Giddens (1991), que as instituições reflitam sobre suas práticas e possam, assim se reformarem. O que os autores estão apontando, poderíamos dizer, é para a possibilidade e a necessidade de criação de uma nova esfera pública comum a todos os subsistemas. Investimentos financeiros, criação de leis, produções científicas e artísticas, missas, etc, passam a ser feitos incorporando em seus códigos uma preocupação ambiental que aparece enquanto programa<sup>70</sup>, que por sua vez só é possibilitada porque aparece enquanto “informação”.

A esfera da opinião pública cumpre uma função importante no processo de tornar os ambientes sociais visíveis. O teste de realidade que ela produz não beneficia apenas o subsistema dos meios de comunicação, mas todos os outros, considerando que a abordagem de ocorrências de outros subsistemas (a queda do dólar, a eleição do presidente, uma descoberta científica, etc) por meio de um comentário em uma coluna de jornal ou em um programa de televisão expande o escopo temático em questão (seja através da aceitação ou rejeição da ocorrência), deixando a presença dos outros subsistemas melhor representada.

---

<sup>70</sup> Essa, inclusive, era também a sugestão de Luhmann quando escreveu sobre as questões ambientais em *Ecological Communication* (1986).

## **Conclusão:**

O subsistema dos meios de comunicação possui um papel central na investigação do problema da ordem social porque permite o acesso cognitivo aos outros subsistemas e ao ambiente social. A sociedade moderna, que não conta mais com a proximidade espacial para se reproduzir, não existiria sem os meios de comunicação: ela se tornaria, primeiramente, invisível, porque nenhum subsistema poderia observar o que se passa em seu ambiente, ou o faria com muita dificuldade. O tempo seria dessincronizado, as incertezas sobre decisões se multiplicariam e as identidades ficariam estagnadas, sem a possibilidade de adquirir novos itens culturais. Provavelmente, o sistema social teria que regredir ao ponto de garantir estruturas sociais coladas na proximidade.

O acesso cognitivo é possibilitado pela posição singular dos media enquanto um subsistema que se estrutura por meios de difusão, o que garante um monopólio sobre a comunicação socialmente observável obtida através da expansão significativa de seus limites, colocando-o em posição vantajosa ao realizar acoplamentos estruturais com outros subsistemas sobre os temas que estes produzem. Graças à sua vantagem nos acoplamentos estruturais, o subsistema ganha a possibilidade de representar as ocorrências de todos os subsistemas e seus ambientes ao mesmo tempo, isto é, ganha a possibilidade de atuar enquanto descritor do presente através do processamento de irritações. A descrição do presente tem sua compreensão facilitada pela redução da complexidade das ocorrências à figura do indivíduo e de suas ações, sem muita consideração por razões complexas que as motivam ou até mesmo por uma posição crítica sobre elas (o que, a nosso ver, diferencia a verdade fatural, que o jornalismo lida, da verdade científica). Por fim, a descrição do presente é aceita porque a cada operação do subsistema, ele recria a confiança necessária para que suas comunicações não recebam um alto grau de rejeição, embora esta seja uma realidade constante que talvez sempre irá permear os meios de difusão. A construção da realidade pelos meios de comunicação, por fim, assume o lugar de discursos do saber que em outras sociedades eram garantidos por indivíduos situados em posições legítimas de fala, como os nobres, os sacerdotes ou os sábios (Luhmann, 2005). A diferença, no entanto, é a de que se anteriormente a informação produzida era mais aceita (provavelmente porque a palavra continha em si um conteúdo sagrado), hoje ela sempre vem acompanhada das suspeitas de manipulação.

A centralidade do subsistema dos meios de comunicação para a ordem social não deve ser confundida com uma posição sistêmica central, isto é, como se esse subsistema ocupasse

um lugar mais importante do que outros subsistemas sociais, seja na explicação sobre a ordem social ou para o funcionamento da sociedade moderna de maneira geral. Quando falamos da centralidade desse subsistema, queremos dizer que ele é uma das condições de possibilidade para a existência da diferenciação funcional, que a modernidade é impossível sem ele, mas ela também seria impossível sem a existência de um subsistema econômico, político, jurídico ou científico, por motivos relacionados a funções internas a esses sistemas que não poderíamos ter abordado no escopo desse trabalho. Se, de um lado, a sociedade moderna funcionalmente diferenciada se organiza sem um centro a partir do qual um fluxo comunicativo emana, isso não significa que seus elementos se tornam mais descartáveis. De outro lado, os subsistemas sociais tornam-se tão acoplado entre si que qualquer ocorrência em um deles possui grandes chances de afetar os outros. No limite, o simples colapso de um dos subsistemas (sem que ocorra uma substituição ou uma evolução das formas de diferenciação) criaria uma reação em cadeia que acabaria por solapar a estrutura da sociedade moderna. Mostramos ao longo deste trabalho qual seria a contribuição que um desses subsistemas, o dos media, trazem para se pensar o não colapso da sociedade, o acabamento do sistema social em um estágio pré-sistêmico de caos.

A contribuição do subsistema dos meios de comunicação para a ordem social também não deve ser confundida com uma ausência de conflitos e questões de instabilidade que o próprio subsistema gera. A pergunta pela ordem social suscita a pergunta pelo seu correlato negativo, a desordem social. O subsistema dos media não podem gerar desordem? Ou, além disso, gerar mais desordem do que ordem? Com efeito, o foco do trabalho pesou muito mais na questão da ordem social do que na desordem, mas essa escolha possui uma justificativa teórica. A ordem social pode ser sintetizada de maneira um tanto abstrata enquanto a saída de um estado pressuposto de caos e o consequente estabelecimento de relações entre elementos que não são, entretanto, meramente aleatórias, mas recorrentes no tempo (não por acaso, Luhmann (2016) indica a distinção elemento/relação como modo de medir a complexidade de um sistema). Ou seja, ela se inicia com a criação de sistemas sociais, com o processo descrito por Baecker (2001) da criação de uma caixa branca entre duas caixas pretas, e se aprimora conforme a complexidade desses sistemas evolui, isto é, conforme novas relações entre elementos são estabelecidas e outras deixam de existir. Não é possível se perguntar por aquilo que é desordenado. Isso equivaleria a investigar relações inexistentes, fazer uma pesquisa do ausente. Nesse sentido, perguntar-se pelo contrário da ordem social, pela desordem social, seria se perguntar por aquilo que, dentro das relações de ordem estabelecidas, ameaça a existência dessas próprias relações. A ordem precede temporalmente a desordem. Para se perguntar sobre

a desordem é necessário, portanto, uma ordem para ser desordenada. Não seria possível fazer a pesquisa da desordem gerada pelos media sem que se investigasse a sua contribuição para a ordem.

Dentro do escopo da teoria luhmanniana, a desordem social pode ser apreendida a partir do conceito de acoplamento estrutural<sup>71</sup>, tendo em vista que ele é o que nos permite visualizar os efeitos decorrentes das operações dos subsistemas em outros subsistemas ou em seu ambiente. Como vimos no segundo capítulo, as operações dos subsistemas possuem um duplo efeito de possibilitar tanto o funcionamento da sociedade moderna quanto a sua ameaça. Os riscos ambientais são o melhor exemplo para compreender como esse ordenamento moderno que acopla o desenvolvimento econômico à inovação técnica cria uma ameaça ecológica (uma desordem) para todo o sistema social que é difícil de ser absorvida imediatamente pelos diversos subsistemas. Ao mesmo tempo, porém, é esse próprio acoplamento que pode trazer soluções para as ameaças que ele mesmo cria (através do desenvolvimento de energias limpas e sua inserção na economia mundial, por exemplo). No caso do subsistema dos meios de comunicação, o principal acoplamento estrutural que ele possui em relação a outros subsistemas são os temas, então uma possível produção de desordem pode ser pensada de maneira mais produtiva a partir desse conceito. Apresentamos um exemplo de caso na relação media-ciência sobre o que ocorre quando as controvérsias científicas são apresentadas ao público no início de seu debate ou antes de sua resolução do debate pelos especialistas<sup>72</sup>. Nesses casos, mina-se a confiança na ciência (no meio simbolicamente generalizado da verdade) na medida em que o público toma contato com argumentações cotidianas dos cientistas e ganha o poder de definir a agenda da ciência interferindo no seu programa: o que determina o pêndulo do verdadeiro/falso deixam de ser as teorias e passa a ser a pressão popular. Outro exemplo que também apresentamos nas relações entre os media e a ciência diz respeito ao fenômeno dos intelectuais-jornalistas, que através de sua influência em subsistemas distintos e com o privilégio de alcance do subsistema dos meios de comunicação acabam também ameaçando o programa da ciência ao guiar os critérios da distinção verdadeiro/falso a partir do fast-thinking característico de espaços jornalísticos e não mais das teorias produzidas nos espaços acadêmicos<sup>73</sup>. As relações entre os media e a ciência não esgotam a investigação sobre a desordem social. Outros exemplos

---

<sup>71</sup> Ver capítulo 2, item V

<sup>72</sup> Ver capítulo 3, item III

<sup>73</sup> Ver capítulo 4, item I

de fenômenos de desordem gerada pelo subsistema dos meios de comunicação poderiam ser explorados a partir de outros sistemas que não a ciência.

Colocando de maneira mais generalizada, podemos pensar que a desordem ocorre através da difusão, feita pelos meios de comunicação, de um tema presente em um outro subsistema. Isso traz um potencial de incitar interferências comunicativas externas aos programas daquele subsistema que não são apenas esporádicas para serem ignoradas mas também não se caracterizam enquanto substitutos funcionais a ponto de se falar de uma nova ordem das coisas. Elas permanecem com um status difuso de uma ocorrência recorrente que não se consolida sistemicamente, um status adequado para serem encaradas enquanto questões de risco e, conseqüentemente, de desordem social.

## Bibliografia

- AGUADO, Juan. Self-observation, self-reference and operational coupling in social systems: steps towards a coherent epistemology of mass media. **Empedocles European Journal for the Philosophy of Communication**, Volume 1, Série 1, 2009.
- ALLCOTT, Hunt and GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, Volume 31, Number 2, 2017.
- BACHUR, João Paulo. **O Estado de bem-estar em Hayek e Luhman**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, Volume 25, Número 2, p 179-213, Novembro 2013.
- BAECKER, Dirk. Why Systems? **Theory, Culture & Society**. Volume 18, Issue 1, p 59-74, Fevereiro, 2001.
- BALMAS, Meital. When Fake News Becomes Real: Combined Exposure to Multiple News Sources and Political Attitudes of Inefficacy, Alienation, and Cynicism. **Communication Research**, Vol. 41, 2014.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo, SP: Editora 34, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Coautoria de Anthony Giddens, Scott Lash. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, SP: UNESP, 2012.
- BLANCO, José. La Construcción de la realidad y la realidad de su construcción. **Doxa Comunicación**, (sem volume), Número 1, Janeiro/Junho, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- COLLINS, H e EVANS, R. The Third Wave of Science Studies: Studies of Expertise and Experience. **Social Studies of Science**, vol. 32, issue 2, p. 235-296, 2002.

- CORSI, G. ESPOSITO, E. BARALDI, C. **Glosario sobre la teoria Social de Niklas Luhmann.** Universidad Iberoamericana, Iteso, Editorial Antrophos, México, 1996.
- DE BERG, Henk. A Systems Theoretical Perspective on Communication. **Poetics Today**, Volume. 16, Issue. 4, pages 709-736, 1995.
- DURKHEIM, Émile. **Émile Durkheim: sociologia.** Organização de José Albertino Rodrigues. 9. ed. São Paulo, SP: Ática, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Da Divisão do Trabalho Social.** São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A educação moral.** Tradução de Raquel Weiss. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1967.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo, SP, Editora da UNESP, 1991.
- HABERMAS, Jürgen e RATZINGER, Joseph. **Dialética da Secularização: sobre razão e religião.** São Paulo, Ideias & Letras, 2007.
- IZUZQUIZA, Ignacio. **La sociedad sin hombres: Niklas Luhmann o la teoría como escándalo.** Barcelona: Anthropos, 2008.
- JUNIOR, Roberto Dutra Torres. O problema da desigualdade social na teoria da sociedade de Niklas Luhmann. **Caderno CRH**, Salvador, Volume 27, Número 72, p. 547-561, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **A eficácia simbólica.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- LUHMANN, Niklas. **Ecological communication.** Chicago, IL, Univ. of Chicago, 1989.
- \_\_\_\_\_. Teoria dos sistemas na prática – **Vol 1: estrutura social e semântica.** Tradução de Patrícia da Silva Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- \_\_\_\_\_. **A realidade dos meios de comunicação.** Tradução de Ciro Marcondes Filho, São Paulo, SP. Paulus, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A improbabilidade da comunicação.** Seleção de João Pissarra. 4. ed. Lisboa: Vega, 2006.
- \_\_\_\_\_. **La sociedad de la sociedad.** Tradução de Javier Torres Nafarrate, Darío Rodríguez Mansilla e Marco Ornelas. Ciudad de México, Universidad Iberoamericana; Herder, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à teoria dos sistemas.** Tradução de Ana Critina Arantes Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

- \_\_\_\_\_. **Sistemas Sociais – Esboço de uma teoria geral.** Tradução de Roberto Dutra Torres Júnior, Marco Antonio dos Santos Casanova e Antonio C. Luz Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1986.
- MARTÍNEZ, Ana. La visión multidisciplinas de Luhmann sobre los mass media. **Razón y Palabra.** (Sem volume), Número 75, Abril, 2011
- MATURANA, H.R; VARELA, F.G; R. Uribe. Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model. **Byosystems**, Volume 5, Issue 4, pages 187-196, May 1974.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo, SP: Cultrix; 1971.
- MINGERS, John. **Self-producing systems: implications and applications of autopoiesis.** New York, NY: Plenum, 1995.
- NOBLES, R; Schiff, D. A Story of Miscarriage: Law in the Media. **Journal of law and society.** Volume 31, Issue 2, Pages 221 – 44, June 2004
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
- PARSONS, T. An outline of the social system. In T. Parsons, E. A. Shills, K. D. Naegele, & J. R. Petts (Eds.), **Theories of Society.** New York: Free Press, 1951.
- \_\_\_\_\_. Social Systems and Subsystems. Paris, Unesco, 1966. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001560/156049eb.pdf>. Data de acesso: 18/09/2017.
- \_\_\_\_\_. **Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas.** São Paulo, SP: Pioneira, 1969.
- SCHRAPE, Jan-Felix. Social Media, Mass Media and the ‘Public Sphere’: Differentiation, Complementarity and Co-existence. **Research Contributions to Organizational Sociology and Innovation Studies**, University of Stuttgart, 2016.
- SCHUDSON, Michael. The objectivity norm in American journalism. **Journalism**, Volume 2, Issue 2, pages: 149-170, 2001.
- SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais.** Organização de Helmut R Wagner. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979.
- SEIDL, David. Luhmann’s theory of autopoietic social systems. **Munich Business. Research**, 2004.

SENNETT, Richard. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Tradução de Rytá Vinagre. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.

SHANNON, Claude E. **The mathematical theory of communication**. Coautoria de Warren Weaver. Urbana, IL: University of Illinois, 1998.

THOMPSON, John, B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Vozes, 1998.

VANDERSTRAETEN, Raf. Autopoiesis and socialization: on Luhmann's reconceptualization of communication and socialization. **The British Journal of Sociology**, Volume 51, Issue 3, pages 581–598, September 2000.

\_\_\_\_\_. System and environment: notes on the autopoiesis of modern society. **Systems Research and Behavioral Science**, Volume 22, Issue 6, pages 471-481, November/December 2005.

\_\_\_\_\_. Rewriting Theory: From Autopoiesis to Communication. **Systems Research and Behavioral Science**, Volume 29, Issue 4, Pages 377–386, July/August 2012.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, RJ, LTC Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1982.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo; Revisão técnica de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.